

3.8 AS CERCAS_AS CERCAS E A RELAÇÃO TERRITORIAL_SITUAÇÃO TOPOGRÁFICA: O VALE, MOTIVAÇÕES ESPIRITUAIS E FÍSICAS

As ordens religiosas baseiam-se numa série de fatores para fundarem as suas casas religiosas e respetivas cercas. A escolha do lugar onde se implantam tem de obrigatoriamente responder a uma série de aspetos. O território é posto a favor dos complexos conventuais e monásticos de modo a satisfazer necessidades de ordem espiritual, económica e produtiva.

A escolha da situação fisiográfica destes recintos baseia-se em princípios a que estão subjacentes causas de realização espiritual e causas de cariz biofísico, relacionados claramente com a outra natureza e função primordiais destes espaços circunscritos pelo muro da cerca, a necessidade de produção de bens alimentares.

O vale, enquanto situação espacial, tendo em conta a sua morfologia côncava, e enquanto realidade física, proporcionando condições de fertilidade e produtividade, constitui uma instância adequada para o estabelecimento das cercas. Respondendo, portanto, aos fatores espirituais de forma tão assertiva quanto aos fatores materiais.

Inerente às ordens religiosas em geral está a ideia de encerramento, a procura de lugares “afastados do mundo”, isolados, na esperança de recriarem a imagem simbólica do deserto eremítico. O vale continha os lugares que melhor respondiam ao misticismo religioso. Simbolicamente a forma côncava, na qual se configuram os vales, constituíam uma “taça” na qual recebiam o céu e as influências divinas. A concavidade proporcionava, para além disto, o isolamento e o recolhimento necessário às práticas religiosas. A forma de vale estaria ainda associada, do ponto de vista simbólico, à virtude humana da humildade.

O vale significaria, portanto, enquanto aspeto religioso, “à convergência fecunda entre a alma humana e a graça divina, o encontro entre o solo terrestre e a água celestial”. “Era o vale cingido pelas encostas, o vale que contém o olhar, o vale diretamente aberto para a abóbada celeste, que oferecia aos frades a contemplação das infinitas paisagens siderais, num cenário propício à meditação e à paz espiritual.”

Mas como já referido anteriormente, responder apenas a questões de pendor espiritual não seria suficiente para ser escolhido um local para a fundação de uma casa religiosa e cerca. As necessidades materiais tinham também que ser atendidas. A instância de vale proporciona também as condições físicas favoráveis à implantação dos conventos, mosteiros e respetivas cercas.

Aqui os religiosos encontravam os solos mais férteis e os caudais de água adequados para alimentar as suas hortas e pomares - que exigem grandes quantidades de água e solos profundos - características que acompanhadas de situações climáticas favoráveis, estão diretamente relacionadas com a função de unidades produtoras de alimentos que estes recintos desempenham.

A implantação das casas religiosas e respetivas cercas em locais de cotas baixas (vales), permitia às instituições religiosas subsistir perante as adversidades do clima, nomeadamente ao intenso calor e às securas estivais, muito características tendo em conta o território português.

A carência de água determina que a cerca se situe próxima de uma fonte de abastecimento que proporcionasse um caudal constante e abundante para a rega das áreas produtivas da cerca. A escolha dos sítios de implantação nos vales está, portanto, relacionada com a proximidade de uma fonte de água (rios, ribeiras, tanques, nascentes, aquedutos, poços).

Em aspetos fisiográficos as cercas que se fundavam nos vales cingiam-se maioritariamente à zona inferior da encosta, estendendo-se até à base do vale. No interior das cercas, a implantação era executada com subtilidade, habilidade, ajustando adequadamente o programa às características naturais da topografia, traduzindo-se numa consequente poupança de energia e um melhor aproveitamento das potencialidades latentes do sítio.

Observando atentamente os recintos conventuais podemos afirmar que a organização espacial, funcional e vivencial é estruturada e estratificada. Sendo os elementos articuladores os limites. A construção do muro da cerca garantia a privacidade. Ao fundar este limite encerrava-se o recinto da paisagem, o qual os religiosos através da lavoura física e espiritual tornavam num espaço sagrado. Transformando o “deserto”, atribuindo-lhe estrutura e organização, formas e normas, onde se conjugava de forma equilibrada a natureza ordenada (pomar/horta) com a natureza selvagem, indomada (mata).

O muro da cerca será a formalização material da vontade de isolamento, elemento que em primeira instância controla as relações com o mundo exterior (físicas e visuais) e sugere a intimidade que se subentende e que se acentua no seu interior.

Os limites, nomeadamente os muros, tinham um papel preponderante, definindo e articulando a envolvente direta do edifício (pomar e horta) com os espaços mais próximos do muro exterior (mata), evidenciando sempre grande delicadeza e assertividade no desenho topográfico. Essa “preguiça” é de resto uma das qualidades arquitetónicas das cercas conventuais, revelando pragmatismo e inteligência na gestão de recursos.

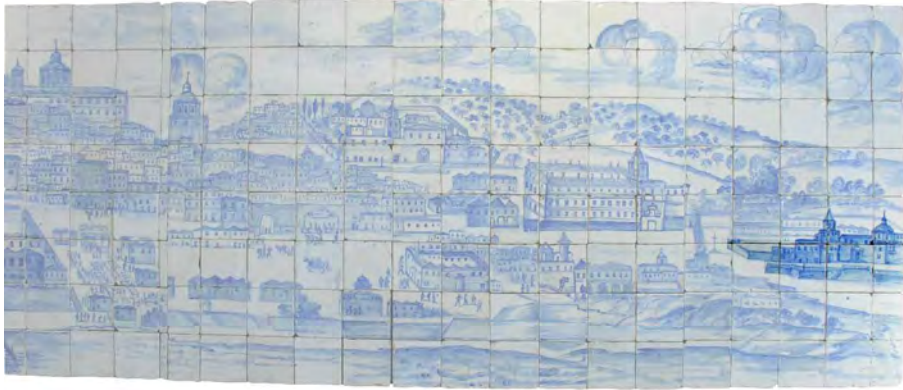
As zonas mais elevadas das cercas, geralmente mais declivosas, eram reservadas para as matas. Nas zonas a cotas mais baixas eram definidos hortas e pomares, áreas de produção, pois nas cotas mais baixas poderiam beneficiar de condições edo-climáticas mais favoráveis.

Para adequadamente se estabelecerem estes espaços de produção agrícola, operações de manipulação topográfica eram lavadas a cabo, preservando sempre a essência da topografia original. Estas operações resultavam na criação de terraços ou socacos, ligados por escadas e sustentados por muros de contenção.

Criar socacos - ou terraplanar de um modo geral - desencadeia uma série de processos relacionados com a genética dos solos, ativando a sua transformação em terreno mais fértil. Para além do mais há um claro decréscimo na perda dos solos pelo simples facto de se converter uma pendente numa sequência de plataformas. Quanto mais curtas as plataformas em maior número se tornam, reduzindo ainda mais a erosão dos solos. Ao mesmo tempo a infiltração de água é melhorada. Este ato de definir socacos pode ser encarado como o permanente impacto positivo do homem sobre a superfície da terra.

Xavier, António Manuel
Gaspar Mateus - Das Cercas
dos Conventos Capuchos (da
Província da Piedade),
Contributo para a Definição
de uma Política de
Recuperação: Évora: Tese
Mestrado: Departamento de
Arquitectura Paisagista;
Universidade de Évora; 2004 -
pág. 31

Xavier, António Manuel
Gaspar Mateus - Das Cercas
dos Conventos Capuchos (da
Província da Piedade),
Contributo para a Definição
de uma Política de
Recuperação: Évora: Tese
Mestrado: Departamento de
Arquitectura Paisagista;
Universidade de Évora; 2004 -
pág. 36



O Convento da Madre de Deus, Detalhes de Grande Vista de Lisboa 1700-1725 azulejo azul e branco, Museu Nacional do Azulejo



OS CONVENTOS E MOSTEIROS DE LISBOA INTEGRADOS NO SISTEMA DE VALES



- INVENTÁRIO DE CONVENTOS E MOSTEIROS NO SISTEMA DE VALES
- 1 - Convento do Bom Sucesso
 - 2 - Palácio de Belém
 - 3 - Convento das Ramengas
 - 4 - Convento do Cávário
 - 5 - Convento de Nossa Senhora do Livramento
 - 6 - Convento do Sacramento
 - 7 - Convento de Santos-o-Velho
 - 8 - Convento de São João Nepomuceno
 - 9 - Convento de Santa Joana
 - 10 - Convento de Santa Marta
 - 11 - Convento do Desterro
 - 12 - Convento de São Domingos
 - 13 - Convento de Anjoás
 - 14 - Convento de Santa Apolónia
 - 15 - Convento das Freiras de Lázaro
 - 16 - Convento de Santos-o-Novo
 - 17 - Convento de S. Francisco de Xabregas
 - 18 - Convento do Grilo
 - 19 - Convento das Gólas
 - 20 - Convento do Beato
 - 21 - Convento da Madre de Deus

- FESTOS SECUNDÁRIOS
- FESTOS PRINCIPAIS
- LINHAS DE ÁGUA
- SISTEMA CABECOS
- SISTEMA HÚMIDO

Os muros são postos novamente em evidência, neste caso em particular, ao falarmos das cercas que se implantam em vales, os limites constituídos pelos muros de suporte são uma tipologia muito particular e adequada a um espaço com a configuração morfológica côncava como é o caso de um vale.

O processo de criação de plataformas artificiais, recorrendo aos muros, é compreensível tanto pela necessidade de se criarem espaços adequados à gestão de áreas de produção, que necessitavam de uma adequada exposição solar, solos profundos e arejados e avultadas quantidades de água, como pela vontade de se criarem ambientes de recolhimento e intimidade tão procurados. Os socacos permitiam por vezes libertar o olhar do muro da cerca e possibilitavam aos religiosos vislumbrar para lá do universo controlado da cerca sem perderem a noção de reclusão que lhes era tão necessária.

De um modo geral as operações de transformação do terreno constituem a subtração de matéria, definindo espaços bastante contidos e introvertidos, abertos unicamente ao céu. Tal situação é mais pronunciada na imediação direta dos conventos. Este aspeto remete novamente para o aspeto ideológico da humildade e isolamento.

A topografia era de facto o elemento que determinava a regularidade da composição da cerca. Dependendo de quão acidentado era o terreno, o recinto na sua organização revelava uma maior racionalidade ou um traçado mais orgânico, mas os limites eram sempre os elementos que transmitiam à topografia a procura de ordem e beleza, formalizando a vontade do homem de conter e dominar a natureza.

Deste modo, nas áreas menos declivosas onde se localizam as hortas e pomares, é notório um esboço de uma estrutura onde a ortogonalidade é bastante evidente. Muros e socacos definem espaços exteriores, de uma vertente claramente produtiva, mas ao mesmo tempo com um carácter lúdico, que atuam como prolongamento da regularidade dos espaços do edifício religioso, pontuados por caminhos e polarizados por tanques.

Por sua vez, as zonas mais declivosas e elevadas, onde era definida a mata, materializava-se uma estrutura irregular e orgânica que, se refletia quer na vegetação, quer na definição de percursos.

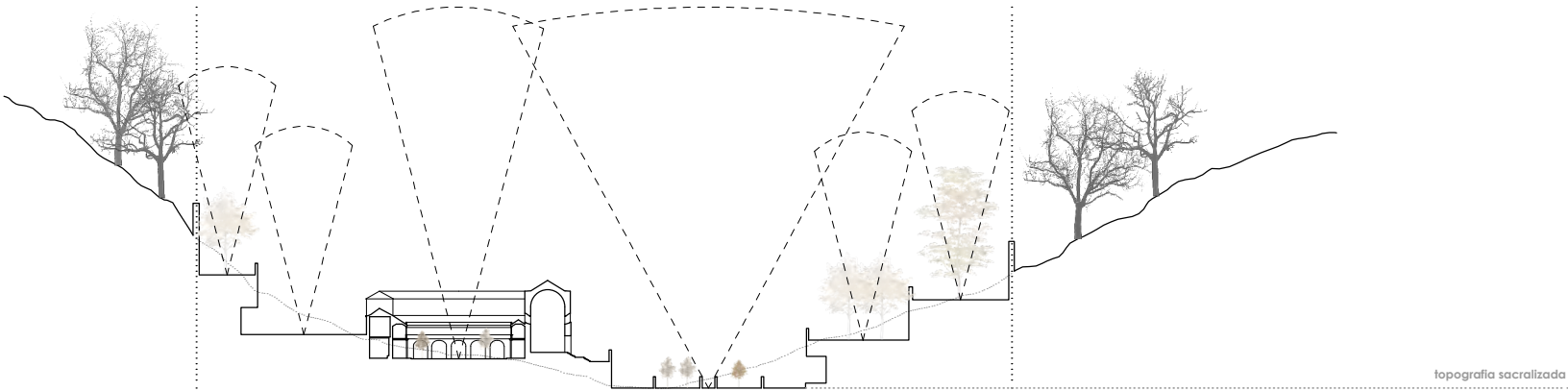
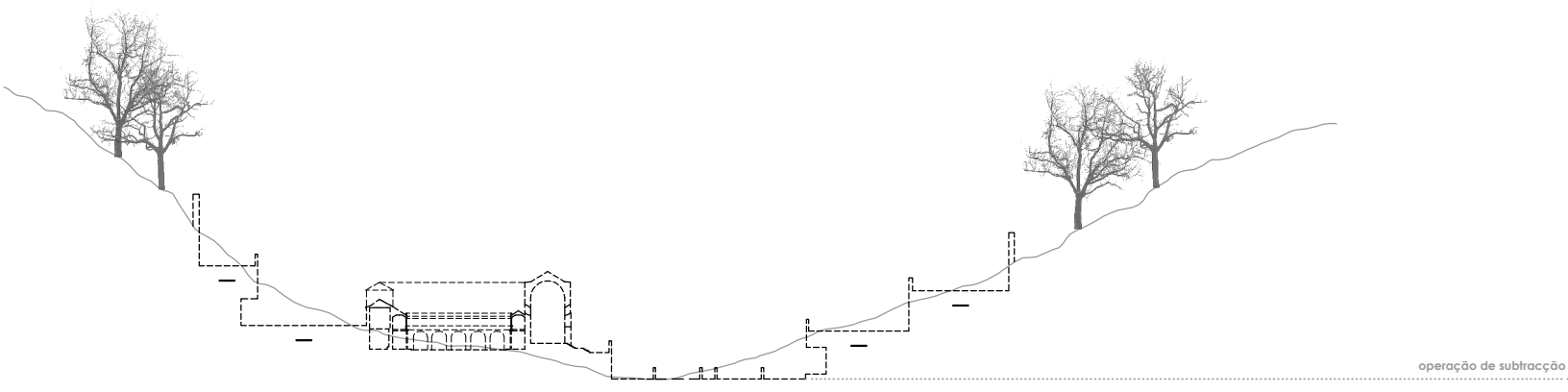
Os limites exteriores destes recintos localizados em vales cortam, de modo geral, a relação com o exterior. Um vale é do ponto de vista topográfico a instância mais baixa, estando, portanto, sobre constante domínio da envolvente. De forma a responder a esta condicionante o muro exterior destas cercas têm que, para efetivamente proteger a cerca, cortar por completo a relação com o exterior.

Os limites naturalmente reagiam às alterações na organização dos espaços, contribuindo fortemente para a sua caracterização. O carácter produtivo dos espaços das hortas e pomares obriga a uma estrutura regular, ortogonal, os limites são a tradução material dessa vontade, na forma como organizam o espaço, e por outro lado, quando nos referimos às matas, os limites refletem a natureza de uma vegetação selvagem, e ajustam-se livremente à topografia, e expressão a nível material coerência com todos os espaços que definem.

Sendo que a vertente produtiva e de subsistência era fundamental nas casas conventuais e monásticas, a cidade de Lisboa, revelou-se um local extremamente atrativo tanto do ponto de vista social, sendo um grande foco urbano, como do ponto de vista sua geomorfologia. A sua estrutura tipográfica de vales e colinas era ideal para implantação de estruturas conventuais e monásticas e respetivas cercas.

O vale do ponto de vista da autossustentabilidade é a situação ideal, proporcionando a fertilidade dos solos, recursos hídricos, exposição solar e declives, e ao mesmo tempo do ponto de vista espiritual é cúmplice com todos os princípios e dogmas da reclusão, encerramento e humildade próprios das doutrinas das ordens religiosas. Estes microterritórios (vales) viram-se transformados pelas ordens religiosas numa lógica que ainda hoje, e apesar de muito deturpada, se pode decifrar na cidade de Lisboa.

OCUPAR UM VALE



3.9 AS CERCAS_AS CERCAS COMO LEGADO ARQUITECTÓNICO_UM MODELO DE RESPOSTA À CIDADE CONTEMPORANEA

“ É necessária uma compreensão (e provavelmente muito em breve) do que está particularmente em falta nas nossas grandes cidades - nomeadamente, lugares para reflexão, silenciosos, espaçosos e extensos. Lugares com sublimes arcadas para dias de chuva, ou para dias demasiado soalheiros, onde nenhum ruído de veículos penetre...: edifícios e situações que como um todo expressem a sublimidade do recolhimento e reclusão do mundo... Queremo-nos ver a nós mesmos traduzidos em pedra e vegetação, queremos dar uma caminhada através de nós mesmos quando deambularmos por estes espaços e jardins.”

Friedrich Nietzsche
1882

Na paisagem urbana fragmentária de hoje em dia, a espacialidade e continuidade são substituídos por edificações singulares de carácter objetual. Estes "object trouvés" competem uns com os outros de forma ruidosa na sua estridente banalidade, sem estabelecerem relações ou influências entre eles, são adicionados uns aos outros sem estabelecerem qualquer tipo de relação, competindo por assumirem a sua individualidade. Definem-se tecidos urbanos através de uma colagem desprovida de continuidade, proporção e escala. Núcleos históricos, subúrbios, centros comerciais, zonas industriais e áreas agrícolas são justapostos, tendo como elemento de separação apenas zonas residuais. Todas estas realidades diluem-se umas nas outras, acabando cada um destes lugares por perder as suas características essenciais.

Este conflito de escalas e tipologias é conectado de forma extremamente complexa por infraestruturas transportadoras e não por espaço pensado para ser habitado. Todos os processos de expansão e criação urbana ocorrem a velocidades incríveis, impostas por um pensamento urbano que negligencia a necessidade do homem de se poder refugiar. A possibilidade de, como refere Nietzsche, criar na cidade espaço que possa oferecer ao homem a hipótese de este poder encontrar-se consigo mesmo.

Nos núcleos urbanos mais primitivos que atualmente ainda se preservam pode sentir-se uma adequação da cidade para com o território e para consigo mesma. Esta qualidade é proporcionada em parte por um fator do qual o ritmo de vida da sociedade contemporânea abdicou, o tempo. O tempo era o grande arquiteto, e o tempo confirmava as operações urbanas que eram corretas e aquelas que eram desadequadas. A cidade contemporânea é de um modo geral incapaz de relacionar o seu centro, foco original e polo atrativo, com a periferia urbana. Há de um modo transversal, no pensamento urbano, um equívoco ao considerar que só os tecidos urbanos históricos devem ser pensados enquanto locais de interesse urbano, deixando à mercê da especulação imobiliária o planeamento da periferia urbana. Esta realidade é à partida fragmentária pois a cidade não é encarada como um contínuo. Deste modo as zonas periurbanas transformam-se na "cidade genérica", como apelidada por Rem Koolhaas. Esta cidade genérica é a cidade libertada da influência do centro, resistente a qualquer tipo de identidade.

A cidade tornou-se apenas o reflexo da presente instância cultural, resultado imediato apenas das suas capacidades e das suas necessidades. É essencialmente a cidade sem história. A sua atmosfera urbana é fraca e distendida. Proporciona um modo de vida sedativo, por oposição ao que caracteriza a cidade clássica, que é na sua essência um sistema complexo e vibrante de relações entre pessoas. A cidade contemporânea transforma-se num espaço de uma estranha calma, proporcionado por um desapego ao espaço público, espaço público este que agora se vê cada vez mais como palco de movimento e transporte, de conexões, mas não de relações. A atestar o carácter fragmentário e complexo da cidade contemporânea genérica são as infraestruturas que as conectam. Nos tecidos urbanos históricos é fácil compreender a deslocação no espaço urbano, pois são dotados de coesão e densidade. A rua e a praça são os canais universais através dos quais de forma simples e direta se estabelecem todas as ligações. A cidade atual para sobreviver/funcionar necessita de um sistema de comunicação muito mais complexo. Pontes, viadutos, terminais, autoestradas, túneis são algumas de muitas formas em que as infraestruturas se metamorfosearam na cidade. Mais grave se torna a presença que elas adquirem no espaço urbano, pela sua dimensão e complexidade tornam-se situações paradoxais. São elementos que têm o propósito de estabelecer ligações, mas que acabam por dividir a cidade, impossibilitando a criação de espaço urbano contínuo.

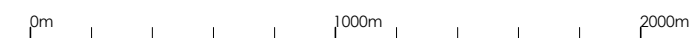
Na atual paisagem urbana a relação densidade/vazio é substituída por objetos conectados por uma malha de infraestrutura disposta de forma indefinida onde a identidade e relação com o lugar dificilmente conseguem ser obtidas. Quer a paisagem, quer a maneira como a experienciamos está a tornar-se cada vez mais superficial.

Os jardins na sua vertente mais tradicional, oásis murados com uma natureza mística e concentrada transformam-se em sítios de ciclos, estações, imagens e contemplação. Num território urbano cada vez mais cheio e cada vez menos denso, a expressão individual destes espaços verdes contidos enquanto fonte de prazer é cada vez mais essencial. De facto, esta será uma das formas que permitem aos habitantes da cidade poderem orientar-se com a realidade e consigo mesmos.

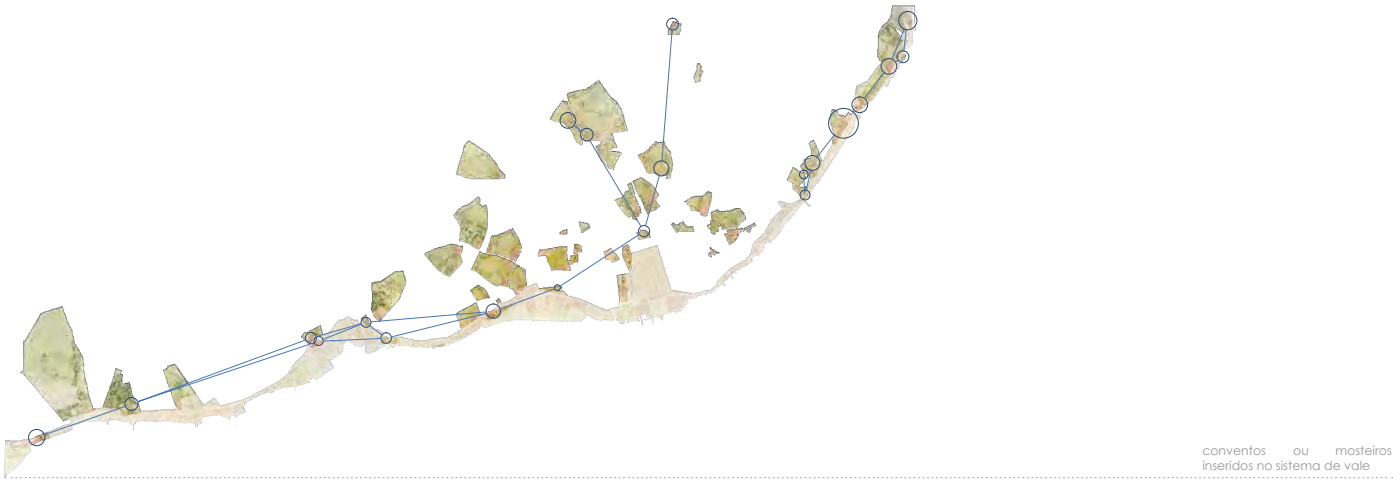
O desenvolvimento urbano e a perda de identidade e definição paisagista que paralelamente segue esta tendência podem ser atenuados com intervenções à escala da paisagem. Mas esta situação pode ser também amenizada através de intervenções cirúrgicas e precisas, revitalizando pequenos espaços exteriores que tragam de volta a experiência do espaço e da paisagem nos tecidos urbanos.

Contrapor esta tendência de aceleração das atividades e processos urbanos passa por pôr em evidência a importância dos espaços reminentes das cercas conventuais e monásticas bem como encarar este legado arquitetónico como tipologia que, não só numa vertente de aproveitamento do património arquitetónico, reutilizando-o, como também admitindo a possibilidade de construção de novos edifícios, pode responder aos atuais problemas urbanos.

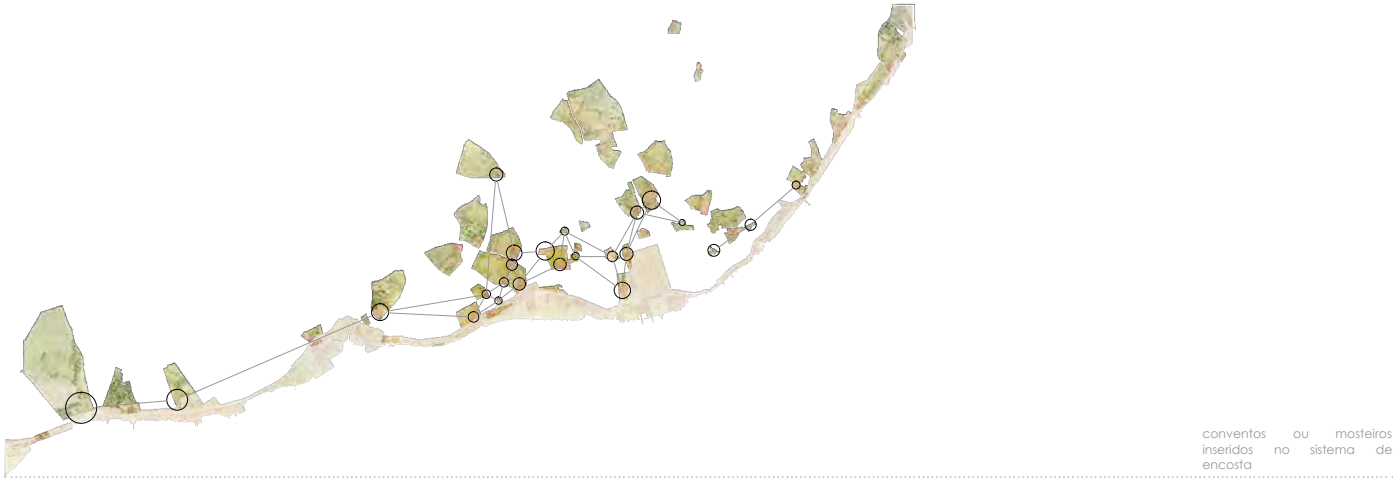
Allen, Rob - The Enclosed Garden: History and Development of the Hortus Conclusus and its Reintroduction into the Present-day Urban Landscape - Roterdão: 010 Publishers: 1999 - pág. 11



UNIVERSOS RELACIONADOS



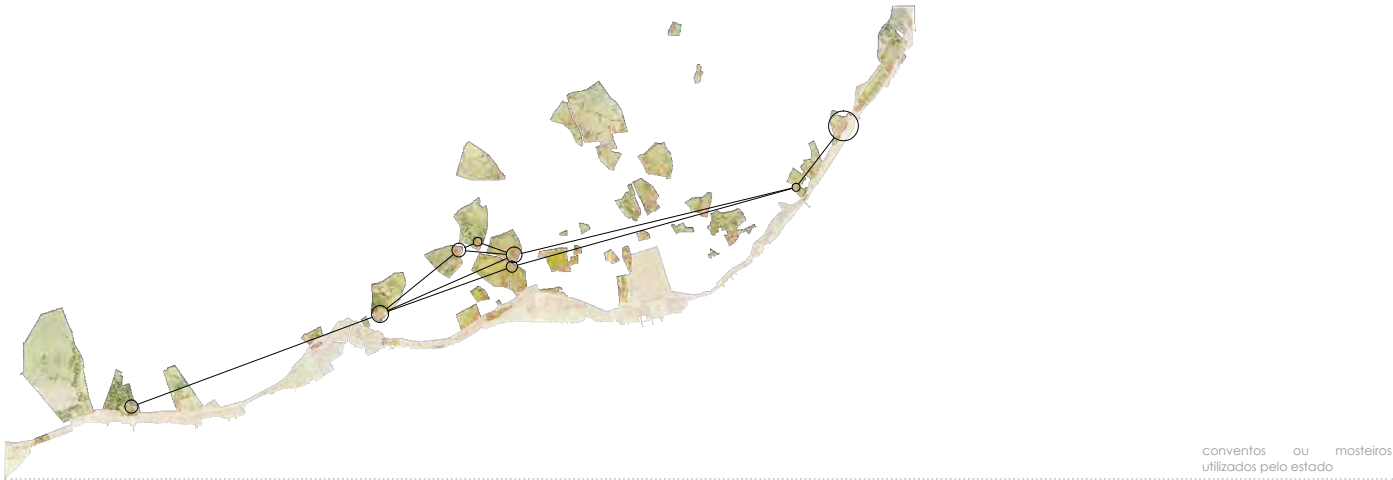
conventos ou mosteiros inseridos no sistema de vale



conventos ou mosteiros inseridos no sistema de encosta



conventos ou mosteiros inseridos no sistema de colina



conventos ou mosteiros utilizados pelo estado



conventos ou mosteiros que albergam programa cultural

Fróis, Virginia - Conversas à Volta dos Conventos (Jorge Gaspar - Os espaços conventuais e o metabolismo de cidade); Évora: Casa do Sul Editora; 2002 - pág.93

Estes são espaços que se afiguram como refúgios do ritmo frenético das cidades contemporâneas, espaços onde momentos de silêncio podem existir. Lugares de introversão que se fecham ao mundo exterior, para criar a ideia de paraíso, afastado da realidade do quotidiano.

O conceito de limite aqui é assertivo pois, uma barreira física como um muro revela-se como elemento adequado. Este é capaz de excluir a indesejável envolvente, atua como isolante acústico e protege-nos contra o frio, o sol intenso ou as agressões da poluição urbana. Os espaços herméticos definidos pelos recintos conventuais e monásticos na sua complexidade espacial de texturas, sombras, zonas cobertas, plantas e água proporcionam uma sedução que nos faz sentir e experimentar o universo empírico e sensual dos jardins de forma intensa. É o “vazio” das cercas, e dentro destas, jardins, pomares, hortas, lagradouros, etc., que atua como uma tela na qual a nossa imaginação pode ser libertada, uma pausa para respirar, livres das imposições da cidade.

Estes recintos devem ser louvados não só pela clara qualidade e riqueza espacial que oferecem, mas também, no papel que desempenham enquanto ligação histórica e cultural com o passado. São exemplos concretos de um modo de vida praticamente extinto, mas que pode conter em si respostas que possam reformular a cidade e o pensamento urbano.

Com a extinção das instituições conventuais e monásticas, grandes reservas quer de infraestruturas, quer de terrenos tornaram-se disponíveis para os mais diversos usos, quer fossem públicos, quer fossem privados. Nalguns casos o património arquitetónico e paisagístico foi preservado, embora em raras ocasiões, noutros o legado deixado pelas ordens religiosas foi erradicado.

Referindo o caso de Lisboa em particular, podem ser enumeradas situações que ilustram ambas as atitudes, embora aqui seja mais pertinente ressaltar aquelas em que as cercas se preservaram e com elas os maravilhosos espaços por estas circunscritos. Modelos desta situação são por exemplo a Tapada das Necessidades ou o Jardim da Estrela. Sendo claramente derivados de conventos estes constituem visivelmente mais-valias para a cidade de forma que foram naturalmente consagrados enquanto espaços de lazer e abrigo duma realidade urbana mais agressiva. A cidade de Lisboa contém em si vários exemplos como estes que podem ser recuperados, atribuindo ao seu tecido urbano uma necessidade salubridade e renovação.

“Com uma nova visão de cidade, dos valores edificados e dos usos mais convenientes, é possível recuperar muitos dos espaços conventuais como espaços de cultura, de reunião, de lazer ou de reflexão e isolamento.”

Partindo da visão lançada por Jorge Gaspar, relativamente ao potencial que as cercas têm enquanto revitalizadores urbanos, seria certamente desejável incutir uma nova mentalidade no pensamento urbanístico, que quebre com o preconceito, do artefacto/reliquia, que tão frequentemente é associado aos conventos, mosteiros e respetivas cercas, tornando-os meros objetos desconectados da evolução e crescimento urbano e de todos os seus sistemas.

Um dos fatores que contribui para a riqueza arquitetónica destas tipologias é a sua capacidade de responder a múltiplas funções e programas. Prova disso é o facto de grande parte das casas religiosas terem sido ocupadas, após a extinção das suas ordens, com outros usos. Infelizmente estas intervenções deturparam a logica funcional e espacial dos complexos onde se inseriam. Mas com a correta intervenção nestes recintos é possível garantir usos que as especificidades tipológicas das cercas não só sejam capazes de manter, mas que também possam perpetuar enfatizar o seu sentido.

Estas tipologias são capazes de integrar diversos programas, articulando em simultâneo realidades antagónicas, são unidades inseridas no contexto urbano mas que realçam a importância do aspeto ecológico em assegurar qualidade urbana, como um sinal de ruralidade que persiste. As cercas devem ser encaradas como universos relacionados, na sua condição de perímetros fechados e autossuficientes, mas ao mesmo tempo são instâncias que se tratando de, como já foi referido, uma tipologia que suporta variadas utilizações, são capazes de agir como elementos que despoletam conexões com outras redes que caracterizam o espaço urbano, enfatizando o sistema em que se inserem.

Estes recintos não podem deixar de ser pensados como parte integrante de estruturas dispersas ao longo do contexto urbano, por exemplo, integrando-se automaticamente na rede de parques e jardins, criando uma releitura do sistema ecológico citadino. O caso de Lisboa em particular, e evidenciando mais uma vez a sua riqueza histórica e cultural, é marcando de forma contundente pela presença de conventos e mosteiros. Uma intervenção numa destas estruturas, evidencia automaticamente todas as outras, enfatizando esta malha enquanto tipologia capaz de responder aos problemas da cidade contemporânea, expectante na criação e revitalização do espaço urbano.

4 CASOS DE ESTUDO

4.1 CASOS DE ESTUDO _ A ESCOLHA DOS CASOS DE ESTUDO

Este trabalho incide sobre a análise e compreensão das cercas conventuais e monásticas, numa primeira fase focando os aspetos gerais destes recintos e posteriormente descodificando as suas características mais particulares, desta vez olhando em concreto para os casos inseridos em território lisboeta. Nesta leitura, foram vários os critérios que conduziram à seleção dos casos de estudo expostos neste trabalho.

Estes casos de estudo são postos em evidência de forma a compreender, em várias dimensões, expondo-as, não só as cercas como o território onde se inserem. Para esta compreensão é necessário ter um olhar abrangente, especificamente em termos históricos, sociais e económicos que facultam as respostas para o desenvolvimento das cercas conventuais e monásticas em Lisboa.

A fundação no espaço urbano de conventos em Lisboa, não é um fenómeno que possa ser sistematizado ou sintetizado, do ponto de vista histórico ou geográfico, pois ocorre através de várias épocas e sob circunstâncias muito próprias. Podemos sim agrupar as fundações das casas conventuais e monásticas em períodos que revelam uma certa concentração, no tempo e em diferentes tipologias de implantação territorial.

Em Portugal o aparecimento de conventos, ou outro tipo de residência religiosa coletiva, que obedecesse a uma ordem ocorre primeiro em contexto rural. A disseminação efetiva das ordens religiosas pela Europa, acontece a partir do séc. X e XI, através principalmente das ordens de Cister e de São Bento, ordens estas que procuram sediar-se longe de núcleos urbanos. Esta condição aliada ao facto de que nesta época da Idade Média o território português estava sob o domínio muçulmano explica porque as casas religiosas surgem apenas em meios rurais, mais precisamente no norte do país.

Só quando se dá a reconquista cristã do território português e em particular de Lisboa em 1147, cimenta-se o controlo cristão a norte do Rio Tejo, criando estabilidade política, consolidando-se a ocupação do território e com o consequente desenvolvimento urbano é que as ordens religiosas vão, de forma crescente, integrar a estrutura dos principais tecidos urbanos em desenvolvimento. Era, portanto, difícil que os conventos e mosteiros se fundassem em Lisboa antes do séc. XII.

Havia ordens religiosas que revelavam mais propensão ao desenvolvimento da agricultura e povoamento do espaço rural e outras mais vocacionadas para o espaço urbano, embora não fosse um acontecimento invulgar haver ordens com casas tanto em meio rural como em meio urbano.

De forma sucinta podemos afirmar que as ordens monásticas procuram o espaço explicitamente rural, as ordens canónicas, as periferias urbanas e as ordens mendicantes procuram incluir-se no espaço urbano ou nas suas imediações, estas últimas tendo os principais grupos nas ordens de São Francisco, São Domingos e mais tarde Santa Clara, onde a primeira época de disseminação ocorre no séc. XII e XIII.

O primeiro período de grande dinâmica na implantação de conventos dá-se na segunda metade do séc. XII e XIII, devido, a como foi apontado, à reconquista cristã e consequente estabilização do território o que potenciou a implantação de conventos e mosteiros em Lisboa, pois estes elementos eram eles mesmos, mecanismos de estruturação social e territorial. Esta situação vê-se reforçada pelo aparecimento das ordens mendicantes, pois estas tinham os lugares urbanos ou periurbanos como adequados para o seu modo de vida. De modo que um dos casos de estudo, é um exemplo concreto desta primeira época de ocupação conventual e monástica em Lisboa.

Outros momentos em que na história de Lisboa, se faz sentir uma forte dinâmica na edificação de conventos foi o período que corresponde desde o final do séc. XV até ao final do séc. XVI e da segunda metade do séc. XVII até ao primeiro quartel do séc. XVIII.

Este segundo momento, que enquadra o séc. XV e XVI, é certamente impulsionado pelos descobrimentos que transformam Lisboa na cidade mais rica do mundo à época. Os conventos e mosteiros foram um de vários meios de expressão da riqueza conquistada pelos portugueses definindo uma nova imagem da cidade. Este facto foi especialmente favorável às ordens mendicantes. Sendo dependentes, por exemplo, de patrocínio régio ou aristocrático, estas ordens virão as suas casas erguidas com grande facilidade, devido à grande dinâmica económica que se fazia sentir em Portugal naquela época, o que difundiu os conventos mendicantes de forma acentuada por todo o território de Lisboa.

O último período de mais intensa edificação de conventos e mosteiros certamente relacionar-se-á com o estímulo económico provocado pelas colónias portuguesas, particularmente das remessas de ouro que foram trazidas para o país para financiar obras régias como o Convento de Mafra ou o Convento e Palácio das Necessidades.

As edificações religiosas foram novamente uma forma de transformar a cidade, principalmente através da visão do rei D. João V. O monarca procurava criar uma Lisboa que estivesse a par das grandes capitais europeias como Paris ou Viena, demonstrando o poder do regime absolutista. De modo que os conventos associados a programas palacianos passam a ser um acontecimento de alguma recorrência.

Se por um lado os casos de estudo são expostos de forma a ilustrar historicamente estes três períodos distintos de grande intensidade na fundação das casas religiosas, por outro procuram demonstrar como territorialmente estes se articulam de acordo com três sistemas distintos de implantação. O sistema de colina, o sistema de vertente e o sistema de vale. Que como é exposto nos capítulos que abordam o habitar a colina, habitar a encosta e o habitar o vale, a implantação em situações topográficas diferentes procura diferentes aspetos e tem significados distintos no contexto urbano e territorial.

Enquanto a implantação na colina procura o controlo e a afirmação territorial assumindo-se no contexto urbano, evidenciando importância social, a implantação no vale relaciona-se mais concretamente com uma vocação produtiva e procura resguardo na topografia.

Por sua vez o sistema de encosta, configura-se como misto, reunindo características tanto do

sistema de colina como do sistema de vale. Posiciona-se no território procurando enquadramento paisagístico tirando partido do sistema de vistas ao mesmo tempo aproveitando as pendentes para a sua produção.

Deste modo temos, cronologicamente, como primeiro caso de estudo temos como primeiro caso de estudo o mosteiro de São Vicente de fora. Primeiro a ser fundado em Lisboa, portanto, enquadrando-se no momento inicial da maior dinâmica no estabelecimento de conventos e mosteiros em Lisboa durante os séc. XII e XIII. Por outro lado, este mosteiro tem o papel fulcral na ocupação de uma das colinas mais antigas de Lisboa. Esta estrutura foi o elemento fundador do lugar e polo da subsequente malha urbana que ali se desenvolveu, de tal modo que essa colina é designada de colina de São Vicente.

Como segundo caso de estudo temos o convento e palácio das Necessidades. Fundado no séc. XVIII, esta estrutura é, possivelmente, a cerca com o melhor estado de preservação em Lisboa. Assim foi um caso que permitiu levantar os dados físicos de forma concreta. Constituinte uma tipologia de cerca ligeiramente distinta, pois integra um palácio, insere-se no sistema de vertente tirando partido da vista para o rio Tejo e o Vale de Alcântara.

Como terceiro exemplo temos o convento da Madre de Deus em Xabregas. Fundado durante o séc. XVI, insere-se claramente no sistema de vale. Marcando, inequivocamente, em conjunto com o convento da São Francisco de Xabregas, o vale onde se inserem. O facto de este ser o local do exercício do centro de cultura contemporânea, revelou-se obviamente como mais um motivo para a escolha desta estrutura conventual de modo a proporcionar uma mais profunda compreensão sobre o local de intervenção.

Como caso de estudo final foi escolhido um projeto não construído do arquiteto norte-americano Louis Kahn, o mosteiro dominicano feminino em Media, Pensilvânia. Como é típico da estrutura dos edifícios monásticos, o dormitório articula-se em torno do claustro definindo três dos seus lados. Neste projeto Kahn coloca os espaços comuns no claustro, tratando cada um deles como edifícios independentes, efetivamente enchendo o claustro, deixando apenas espaços exteriores irregulares entre as geometrias regulares do hall de entrada, refeitório, salas de aula e biblioteca.

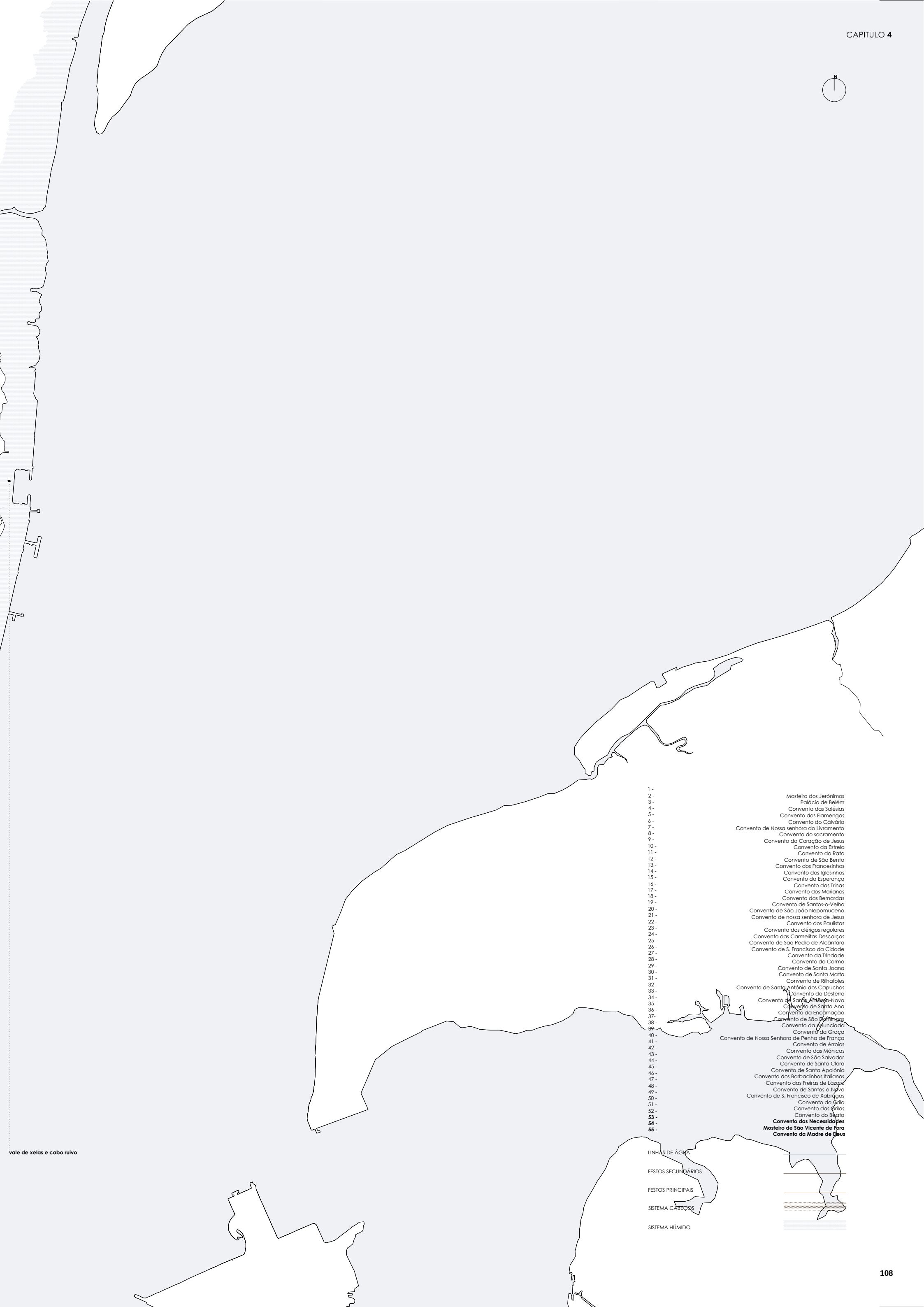
Esta rutura com a configuração tipológica tradicional resultou numa série de espaços dentro de um grande espaço que é o claustro.

Este projeto tratando-se obviamente de um mosteiro enquadra-se programaticamente com os restantes casos de estudo, mas pelo seu desenho que quebra com a estrutura tradicional de uma casa monástica levanta um tema particular: o da subversão tipológica.

Este tema está patente no projeto do centro de cultura contemporânea visto ser um projeto que ao lidar com o convento da Madre de Deus se articula em torno de uma praça, que neste caso remete diretamente para um claustro, mas a articulação programática, de igual modo que o projeto do arquiteto Louis Kahn, não acontece de forma tradicional. O programa estrutura-se como uma série de espaços encadeados uns nos outros, como uma "cinta programática" que não comunica diretamente com o claustro, mas que procura através dessa sequência de espaços habitar o limite do lote de intervenção, funcionando como um claustro invertido.

Deste modo o projeto de Louis Kahn revela-se esquematicamente como elemento que estabelece a ponte entre os restantes casos de estudo e o projeto do centro de cultura contemporânea.

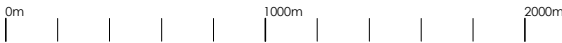
INVENTÁRIO DAS CERCAS CONVENTUAIS E MONÁSTICAS INSERIDOS NO SISTEMA FÍSICO DE LISBOA



- 1 - Mosteiro dos Jerónimos
- 2 - Palácio de Belem
- 3 - Convento das Salésias
- 4 - Convento das Flamengas
- 5 - Convento do Colégio
- 6 - Convento de Nossa senhora do Livramento
- 7 - Convento do sacramento
- 8 - Convento do Coração de Jesus
- 9 - Convento da Estrela
- 10 - Convento do Rato
- 11 - Convento de São Bento
- 12 - Convento dos Franciscinhos
- 13 - Convento das Irmãs
- 14 - Convento da Esperança
- 15 - Convento das Irmãs
- 16 - Convento das Marianas
- 17 - Convento das Bernardas
- 18 - Convento de Santos-o-Velho
- 19 - Convento de São João Nepomuceno
- 20 - Convento de Nossa senhora de Jesus
- 21 - Convento dos Paulistas
- 22 - Convento dos clérigos regulares
- 23 - Convento das Carmelitas Descalças
- 24 - Convento de São Pedro de Alcântara
- 25 - Convento de S. Francisco da Cidade
- 26 - Convento da Trindade
- 27 - Convento do Carmo
- 28 - Convento de Santa Joana
- 29 - Convento de Santa Marta
- 30 - Convento de Rilhaes
- 31 - Convento de Santo António dos Capuchos
- 32 - Convento do Desterro
- 33 - Convento de São João Novo
- 34 - Convento de Santa Ana
- 35 - Convento da Encarnação
- 36 - Convento de São Francisco
- 37 - Convento da Anunciada
- 38 - Convento da Graça
- 39 - Convento de Nossa Senhora de Penha de França
- 40 - Convento de Anjos
- 41 - Convento das Mónicas
- 42 - Convento de São Salvador
- 43 - Convento de Santa Clara
- 44 - Convento de Santa Apolónia
- 45 - Convento das Bradesinhas Italianas
- 46 - Convento das freiras de Lóvão
- 47 - Convento de Santos-o-Velho
- 48 - Convento de S. Francisco de Xavier
- 49 - Convento do Espírito
- 50 - Convento das Irmãs
- 51 - Convento do Bato
- 52 - Convento das Necessidades
- 53 - Mosteiro de São Vicente de Fora
- 54 - Convento da Madre de Deus
- 55 -

- LINHAS DE ÁGUA
- FESTOS SECUNDÁRIOS
- FESTOS PRINCIPAIS
- SISTEMA CÁLIDO
- SISTEMA HÚMIDO

INVENTÁRIO DAS CERCAS CONVENTUAIS E MONÁSTICAS DE LISBOA EM 1856 DE ACORDO COM A CARTA DE FELIPE FOLQUE



- 1- Mosteiro dos Jerónimos
- 2- Palácio de Belém
- 3- Convento das Solistas
- 4- Convento das Flandres
- 5- Convento do Calvário
- 6- Convento de Nossa Senhora do Livramento
- 7- Convento do Sacramento
- 8- Convento do Coração de Jesus
- 9- Convento do Estreito
- 10- Convento do Rato
- 11- Convento de São Bento
- 12- Convento dos Franciscanos
- 13- Convento das Irmãs
- 14- Convento da Esperança
- 15- Convento das Trindades
- 16- Convento das Bernardas
- 17- Convento de Santos-o-Velho
- 18- Convento de Nossa Senhora de Jesus
- 19- Convento das Paulistas
- 20- Convento dos clérigos regulares
- 21- Convento das Carmelitas Descalças
- 22- Convento de São Pedro de Alcântara
- 23- Convento de S. Francisco da Cidade
- 24- Convento da Trindade
- 25- Convento do Carmo
- 26- Convento de Santa Joana
- 27- Convento de Santa Maria
- 28- Convento de Ribaltoles
- 29- Convento de Santo António dos Capuchos
- 30- Convento do Desterro
- 31- Convento de Santo António-o-Novo
- 32- Convento de Santa Ana
- 33- Convento da Encarnação
- 34- Convento de São Domingos
- 35- Convento da Anunciação
- 36- Convento da Graça
- 37- Convento de Nossa Senhora de Penha de França
- 38- Convento de Anjos
- 39- Convento das Múnicas
- 40- Convento de São Salvador
- 41- Convento de Santa Clara
- 42- Convento de Santa Apolónia
- 43- Convento das Bernardinas Italianas
- 44- Convento das Freiras de Lázaro
- 45- Convento de Santos-o-Novo
- 46- Convento de S. Francisco de Xavier
- 47- Convento do Grilo
- 48- Convento da Graça
- 49- Convento das Necessidades
- 50- Mosteiro de São Vicente de Fora
- 51- Convento da Madre de Deus
- 52-
- 53-
- 54-
- 55-

INVENTÁRIO DAS CERCAS CONVENTUAIS E MONÁSTICAS DE LISBOA EM 1911 DE ACORDO COM A CARTA DE SILVA PINTO



0m 1000m 2000m

- 1- Mosteiro dos Jerónimos
- 2- Palácio de Belem
- 3- Convento das Salesas
- 4- Convento das Flandres
- 5- Convento do Carmo
- 6- Convento do Carmo
- 7- Convento de Nossa Senhora do Livramento
- 8- Convento do Sacramento
- 9- Convento do Espírito Santo
- 10- Convento do Espírito Santo
- 11- Convento do Espírito Santo
- 12- Convento do Espírito Santo
- 13- Convento do Espírito Santo
- 14- Convento do Espírito Santo
- 15- Convento do Espírito Santo
- 16- Convento do Espírito Santo
- 17- Convento do Espírito Santo
- 18- Convento do Espírito Santo
- 19- Convento do Espírito Santo
- 20- Convento do Espírito Santo
- 21- Convento do Espírito Santo
- 22- Convento do Espírito Santo
- 23- Convento do Espírito Santo
- 24- Convento do Espírito Santo
- 25- Convento do Espírito Santo
- 26- Convento do Espírito Santo
- 27- Convento do Espírito Santo
- 28- Convento do Espírito Santo
- 29- Convento do Espírito Santo
- 30- Convento do Espírito Santo
- 31- Convento do Espírito Santo
- 32- Convento do Espírito Santo
- 33- Convento do Espírito Santo
- 34- Convento do Espírito Santo
- 35- Convento do Espírito Santo
- 36- Convento do Espírito Santo
- 37- Convento do Espírito Santo
- 38- Convento do Espírito Santo
- 39- Convento do Espírito Santo
- 40- Convento do Espírito Santo
- 41- Convento do Espírito Santo
- 42- Convento do Espírito Santo
- 43- Convento do Espírito Santo
- 44- Convento do Espírito Santo
- 45- Convento do Espírito Santo
- 46- Convento do Espírito Santo
- 47- Convento do Espírito Santo
- 48- Convento do Espírito Santo
- 49- Convento do Espírito Santo
- 50- Convento do Espírito Santo
- 51- Convento do Espírito Santo
- 52- Convento do Espírito Santo
- 53- Convento do Espírito Santo
- 54- Convento do Espírito Santo
- 55- Convento do Espírito Santo

INVENTÁRIO DAS CERCAS CONVENTUAIS E MONÁSTICAS DE LISBOA NA ACTUALIDADE



0m 1000m 2000m

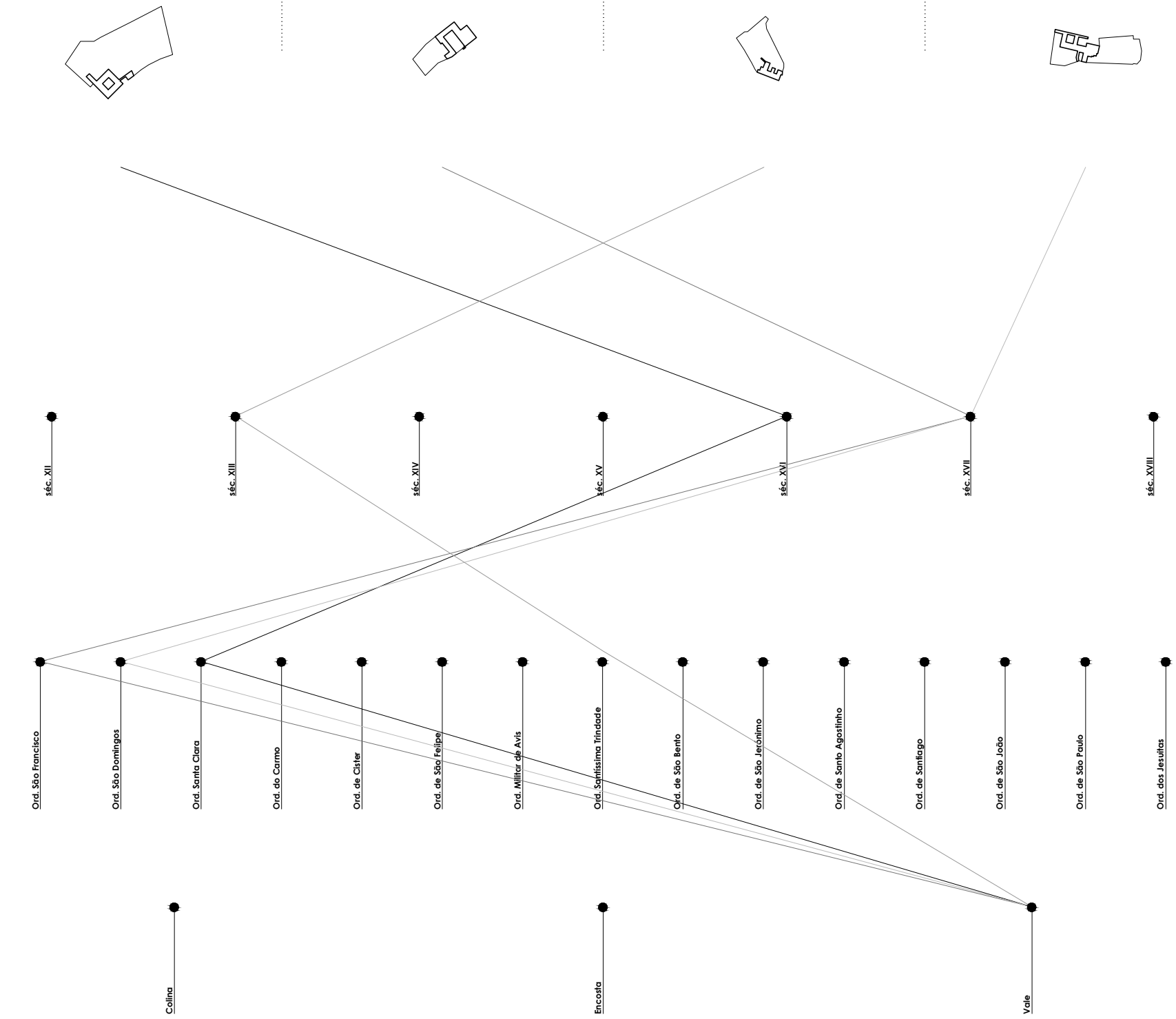
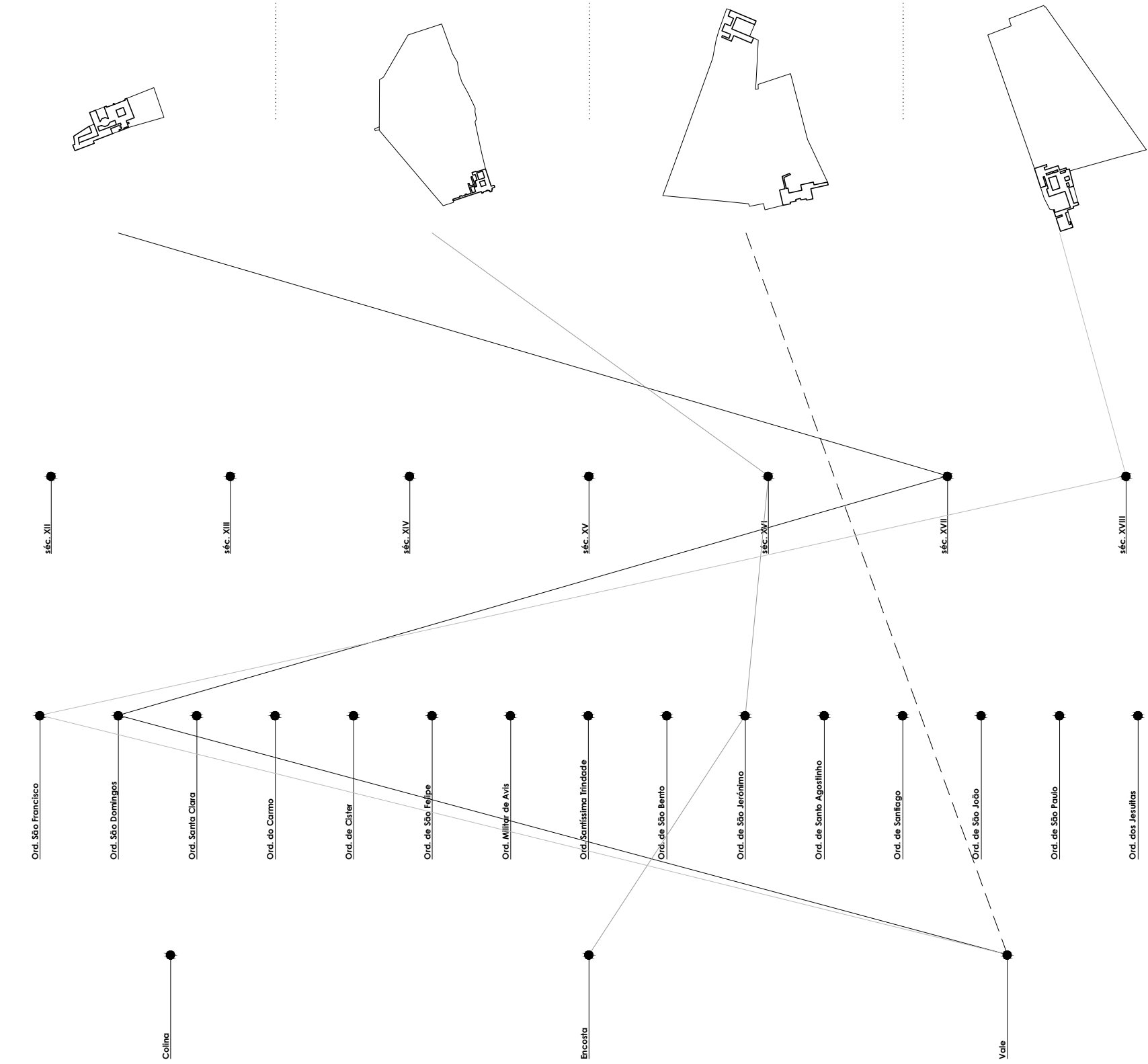
1. Convento de Bom Sucesso
2. Mosteiro dos Jerónimos
3. Palácio de Belem
4. Convento das Solistas
5. Convento das Romarias
6. Convento do Calvário
7. Convento de Nossa Senhora do Livramento
8. Convento do Sacramento
9. Convento do Coração de Jesus
10. Convento da Eirela
11. Convento do Rato
12. Convento de São Bento
13. Convento das Franciscanas
14. Convento das Irmãs de São Francisco
15. Convento da Esperança
16. Convento das Trindades
17. Convento das Marianas
18. Convento das Bernardas
19. Convento de Santa Maria da Vitória
20. Convento de São João Nepomuceno
21. Convento de Nossa Senhora da Esperança
22. Convento das Irmãs de São Francisco
23. Convento das Irmãs de São Francisco
24. Convento das Irmãs de São Francisco
25. Convento de São Pedro de Alcântara
26. Convento de São Francisco da Cidade
27. Convento da Trindade
28. Convento do Carmo
29. Convento de Santa Joana
30. Convento de Santa Maria
31. Convento de São João
32. Convento de São João
33. Convento de São João
34. Convento de São João
35. Convento de São João
36. Convento de São João
37. Convento de São João
38. Convento de São João
39. Convento de São João
40. Convento de São João
41. Convento de São João
42. Convento de São João
43. Convento de São João
44. Convento de São João
45. Convento de São João
46. Convento de São João
47. Convento de São João
48. Convento de São João
49. Convento de São João
50. Convento de São João
51. Convento de São João
52. Convento de São João
53. Convento de São João
54. Convento de São João
55. Convento de São João

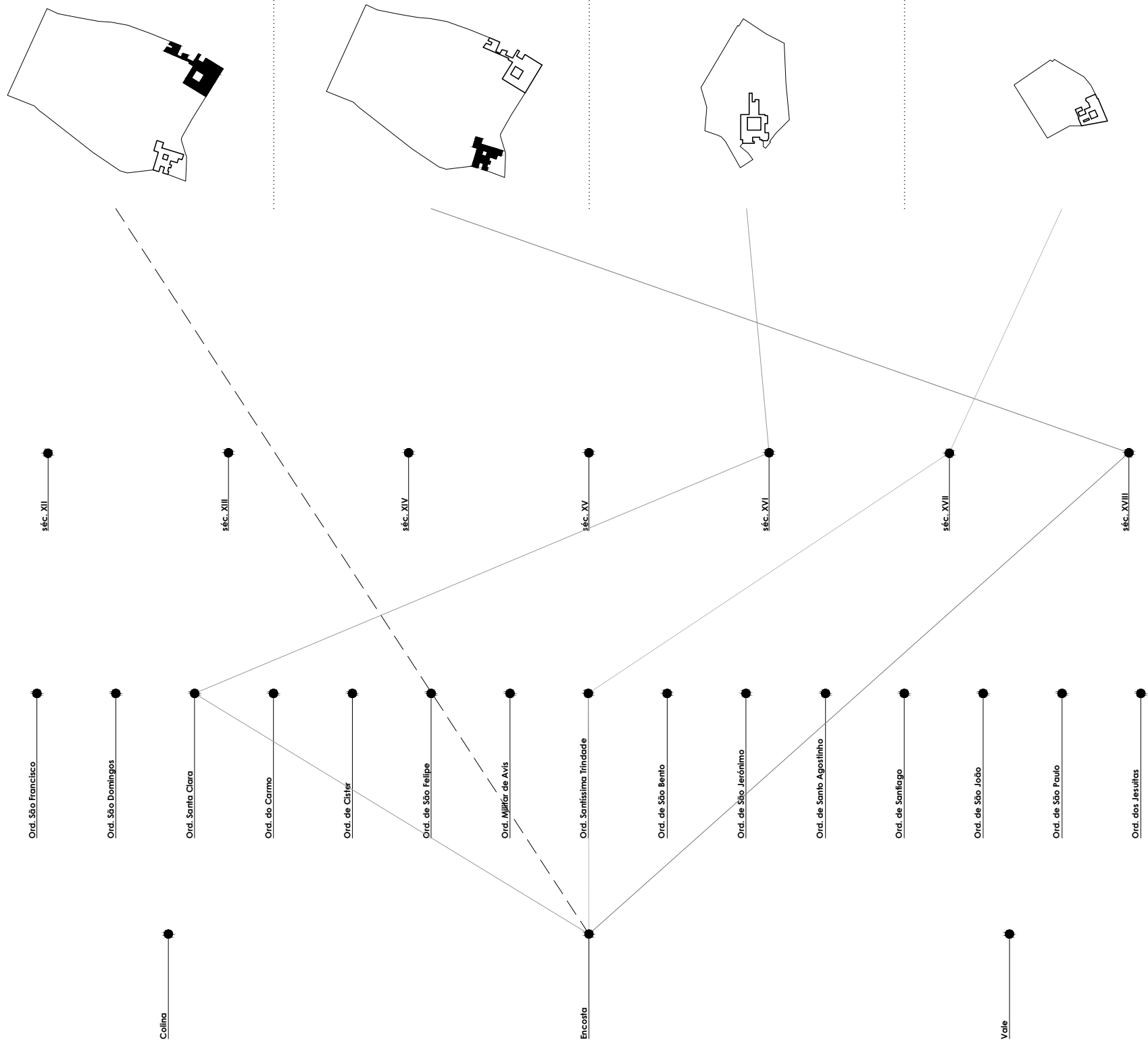
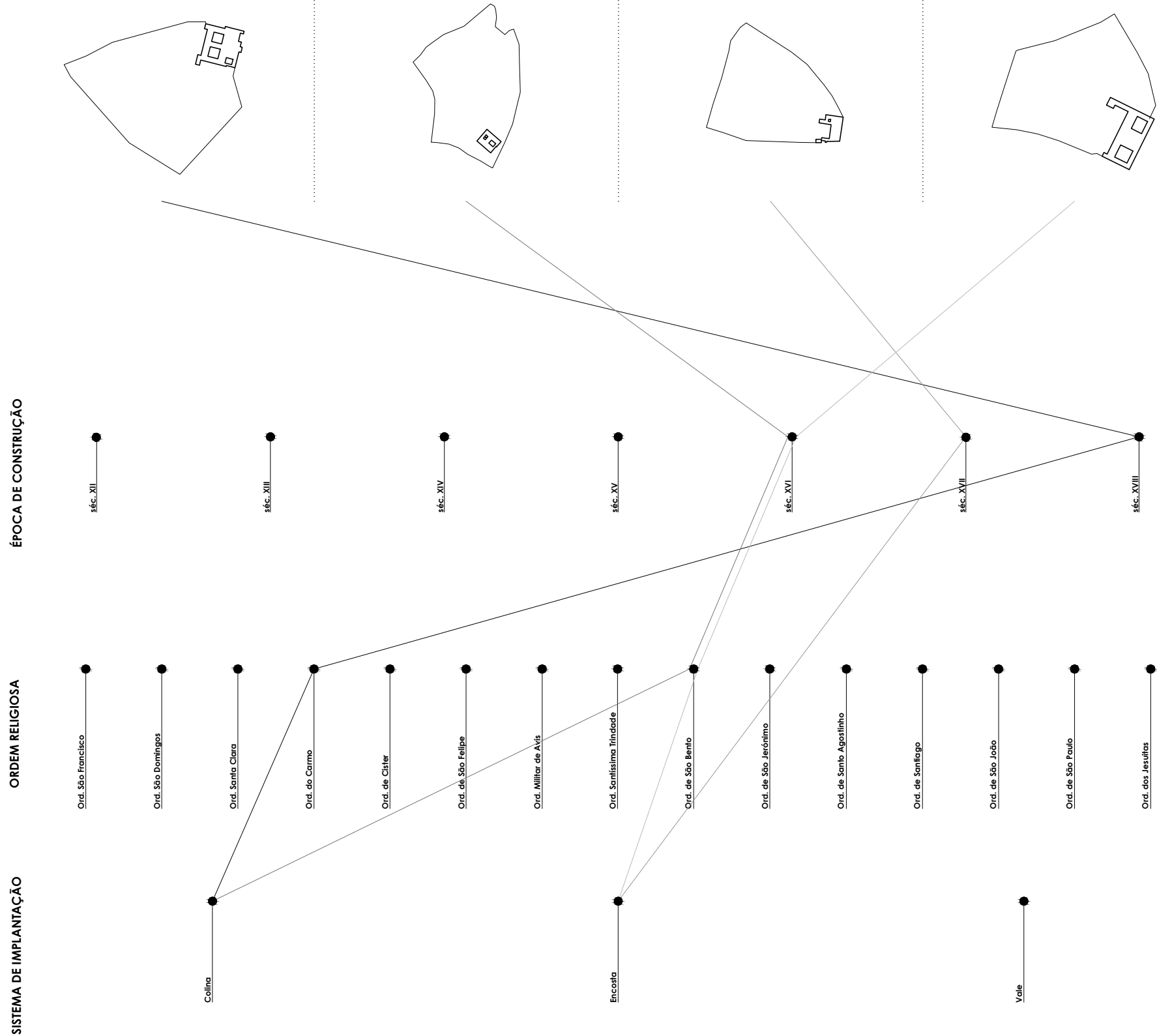
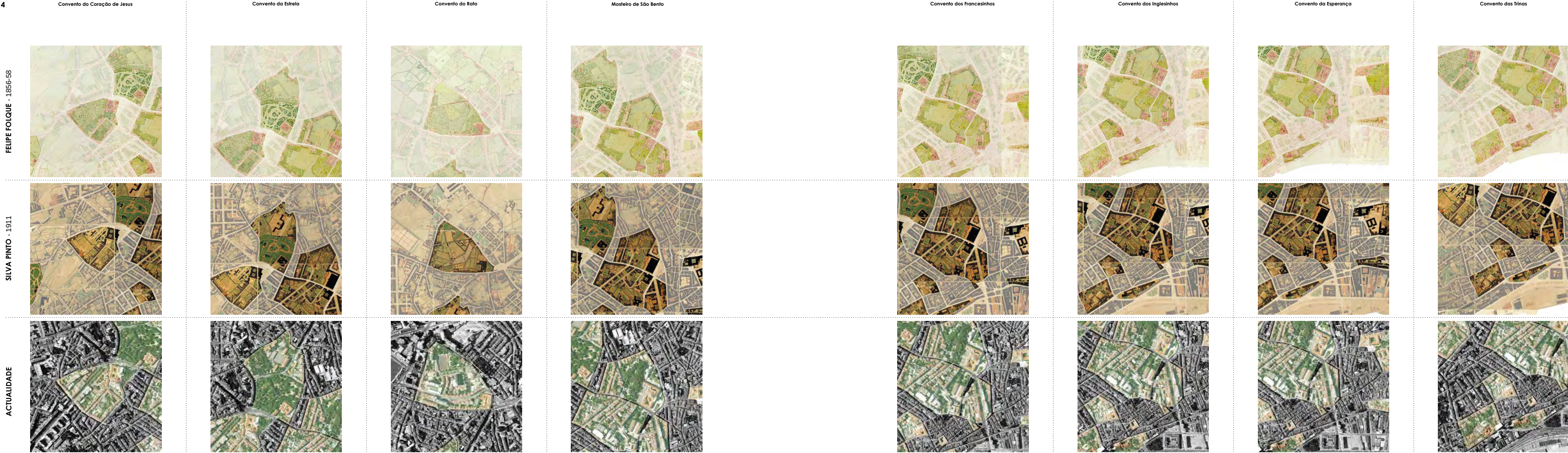


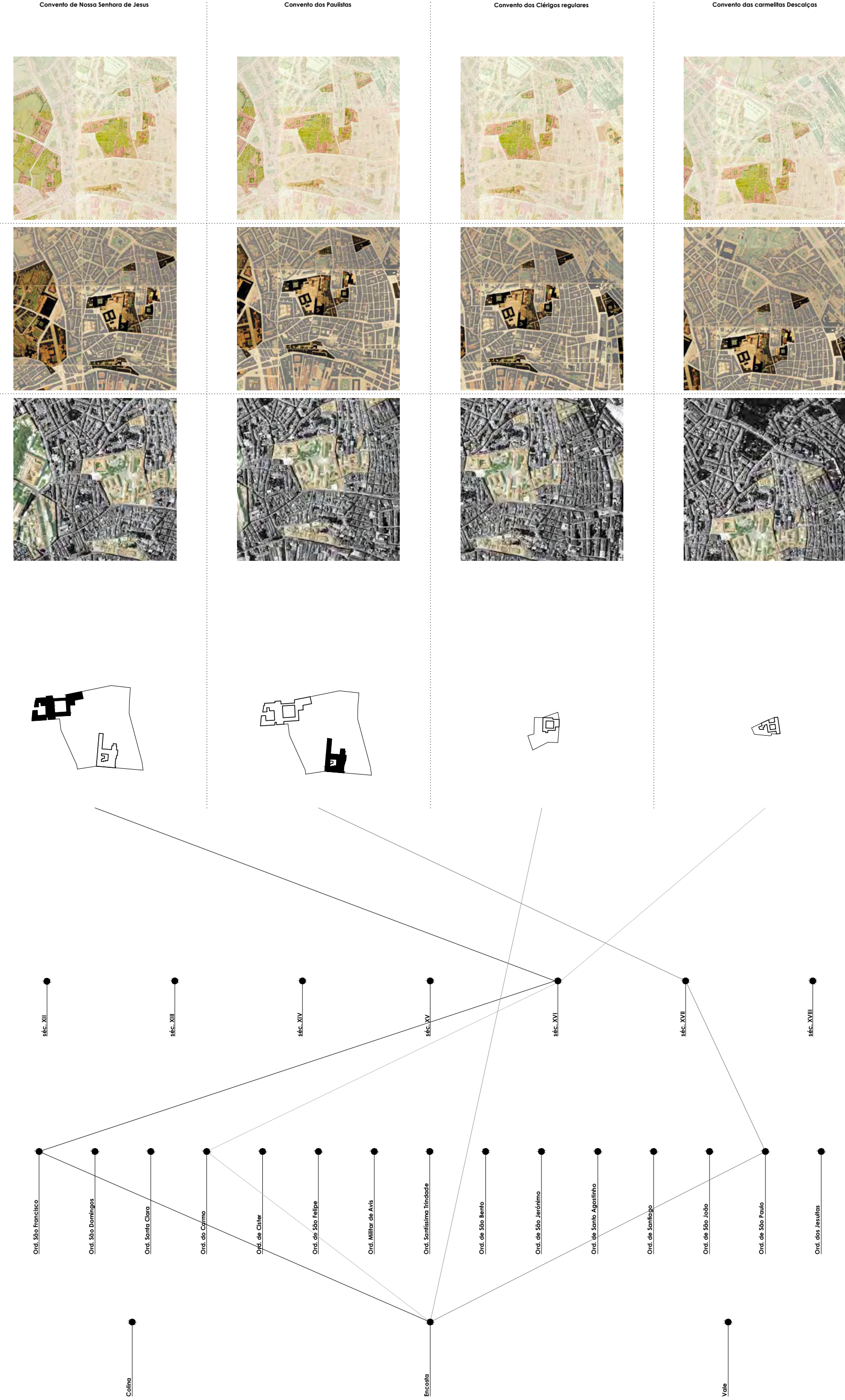
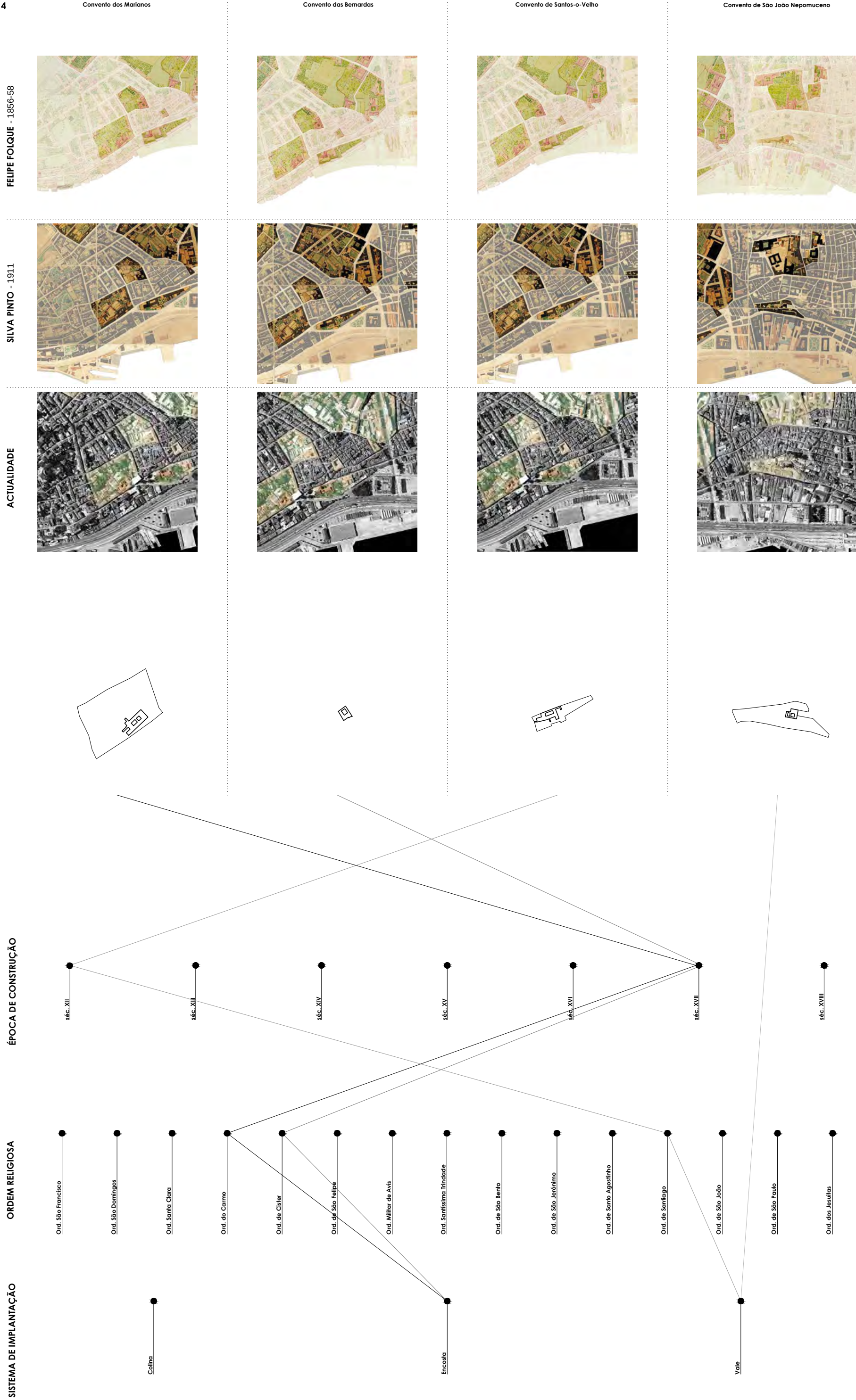
ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO

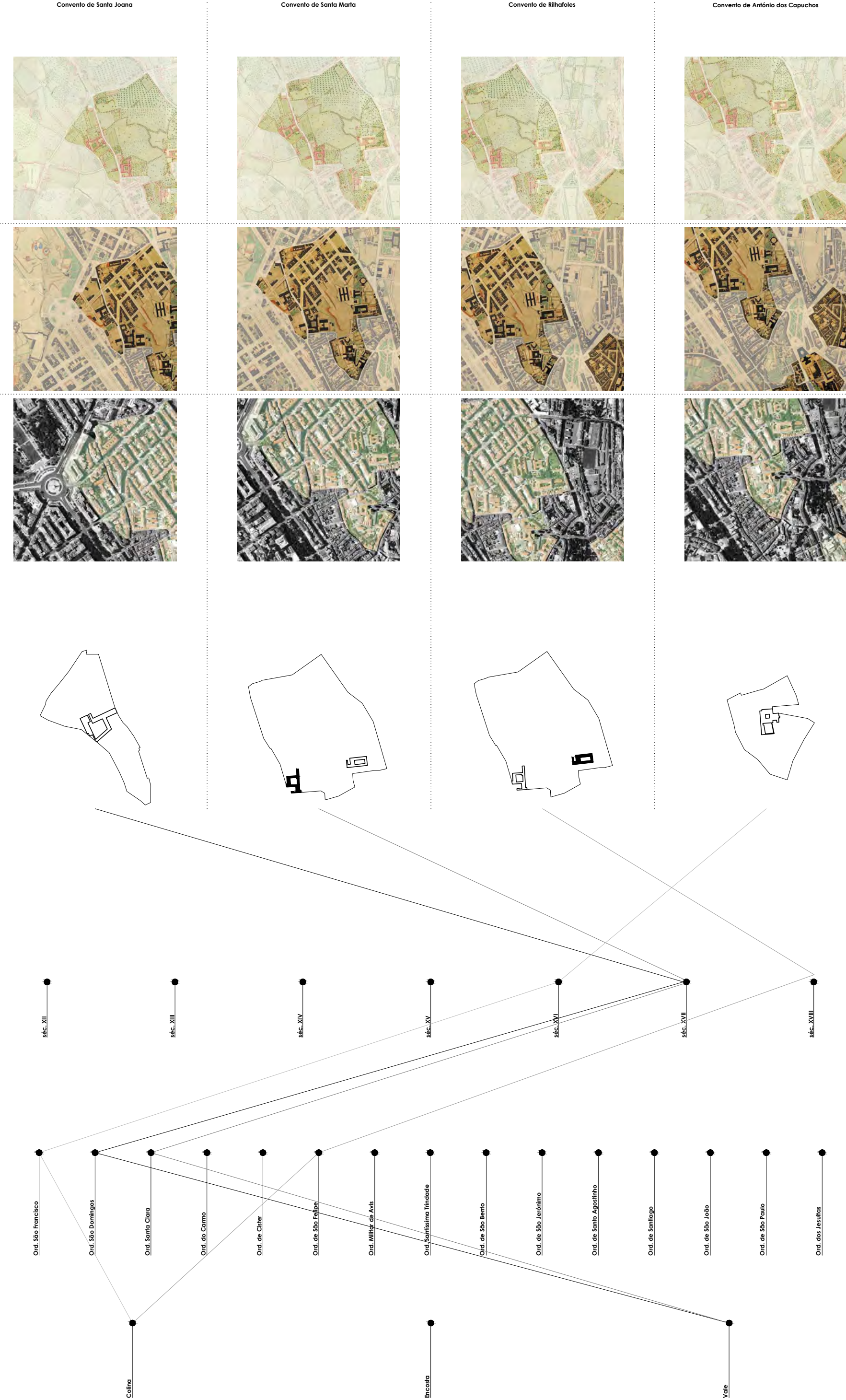
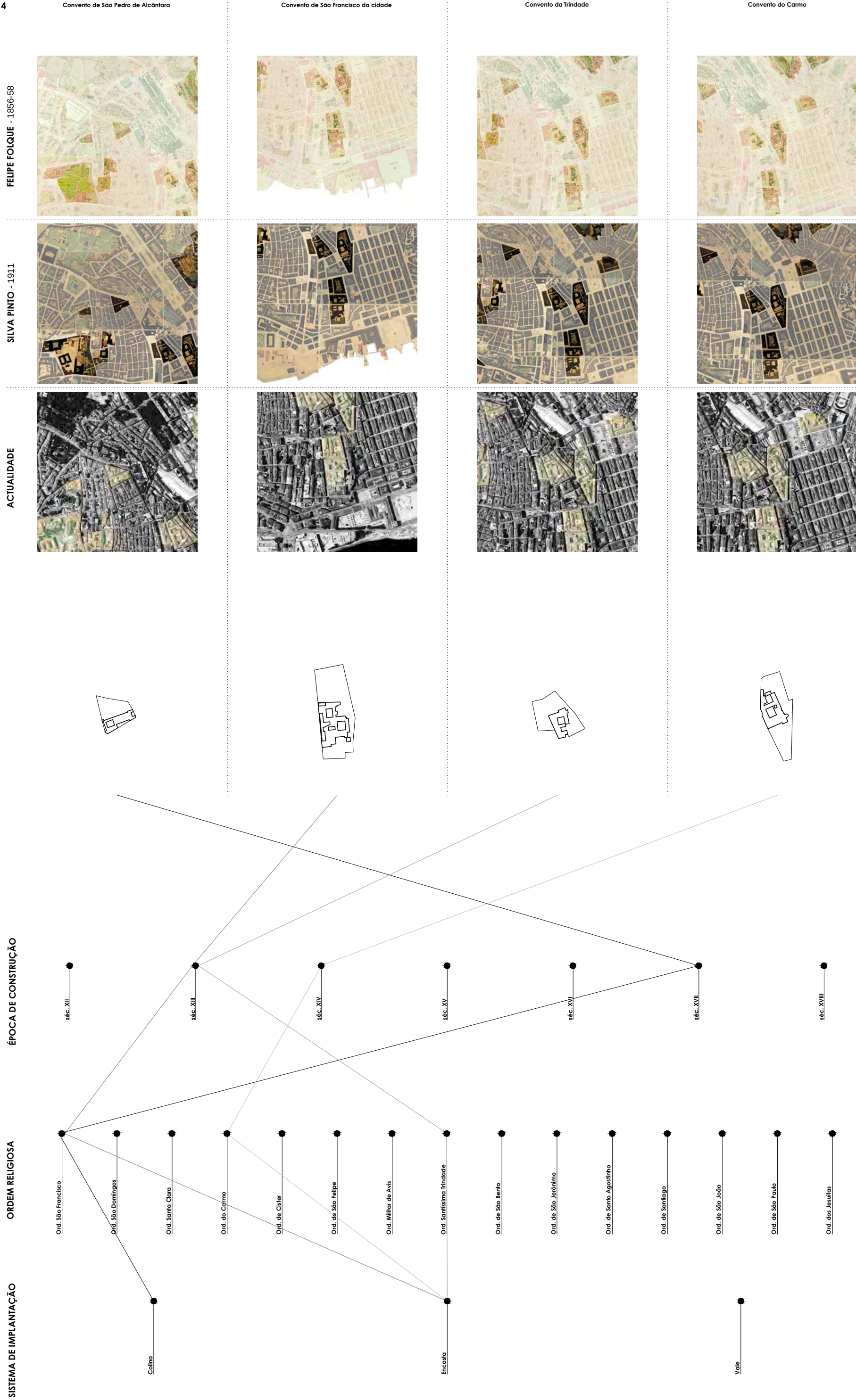
ORDEN RELIGIOSA

SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO







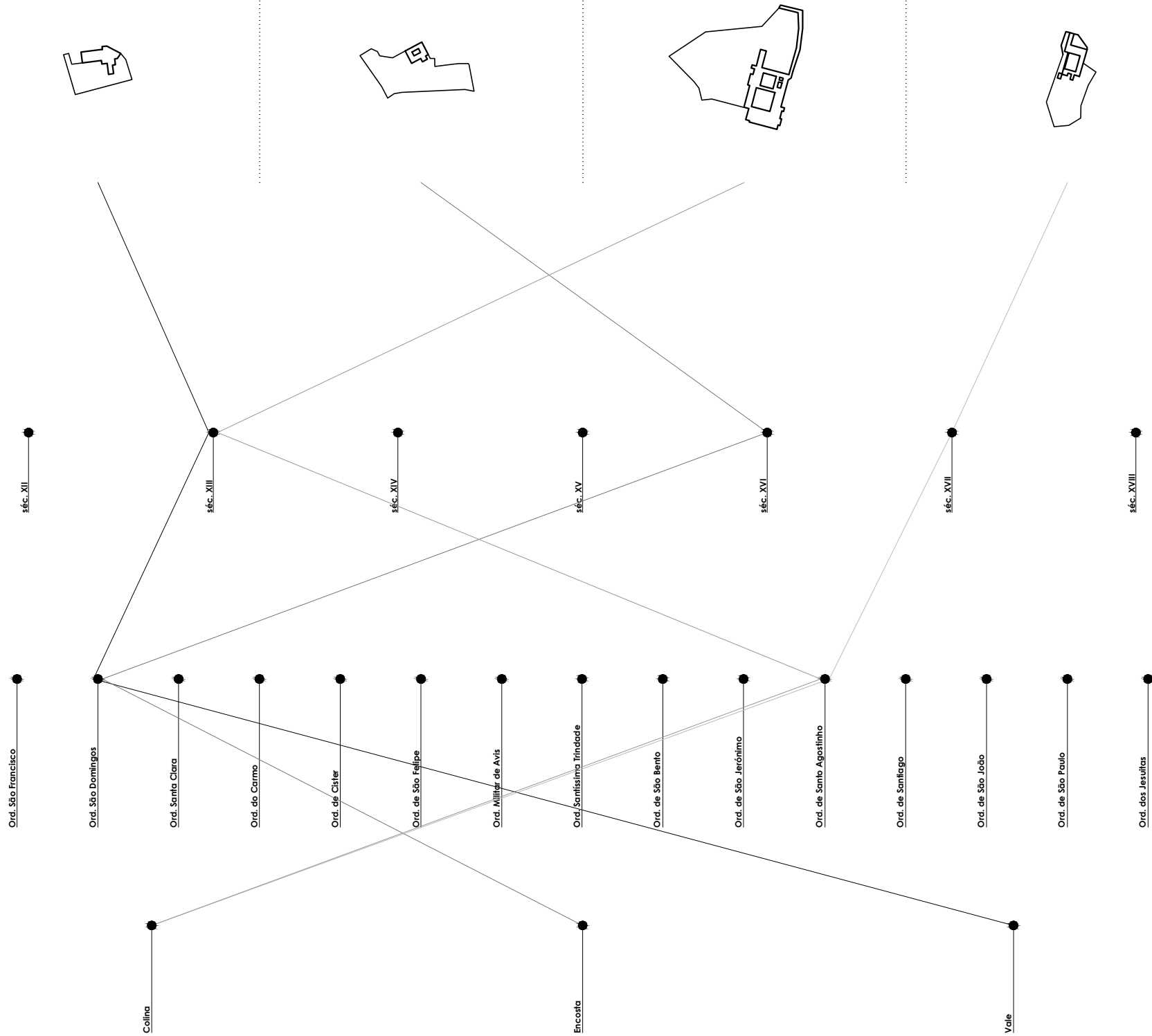
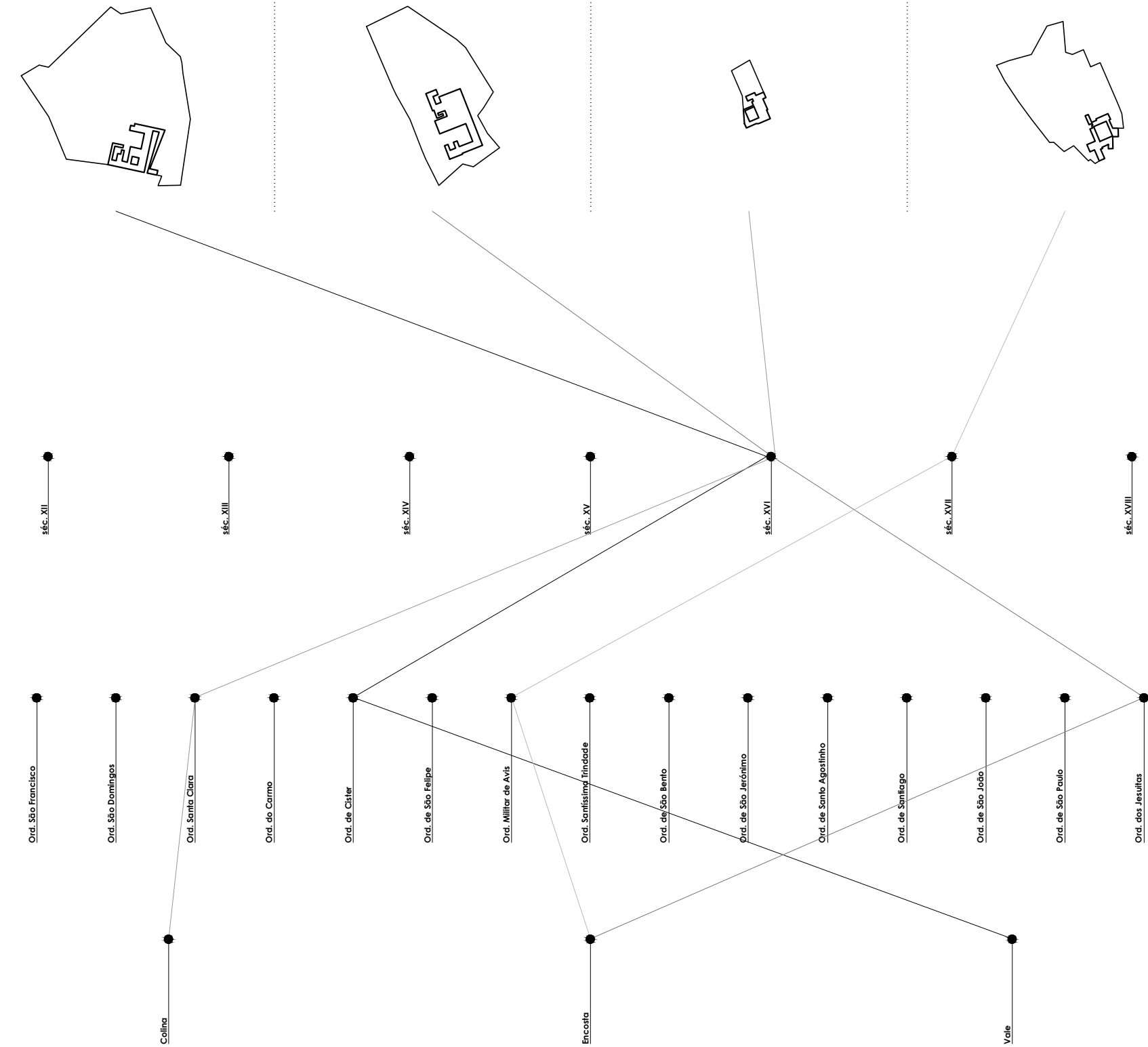


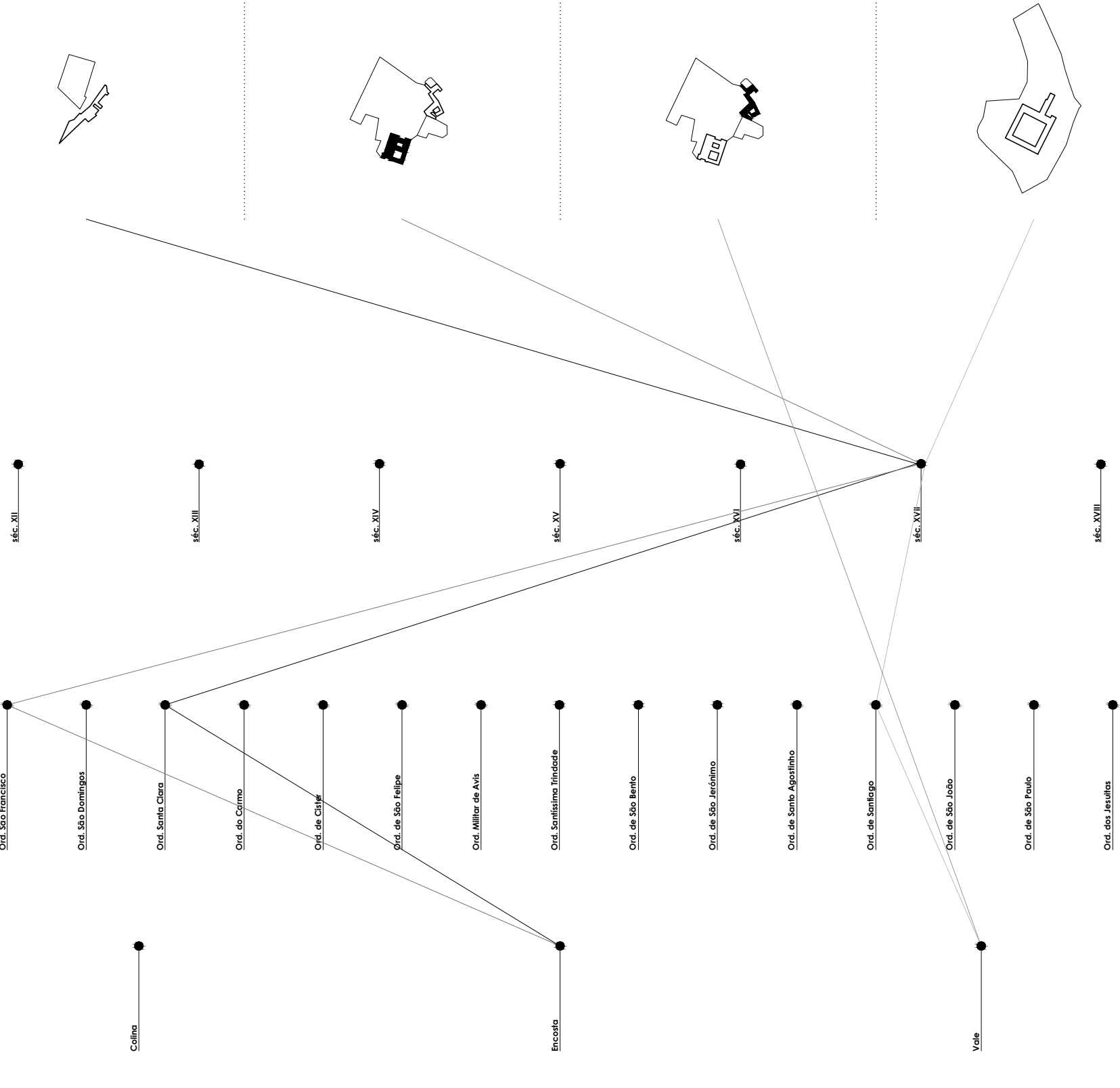
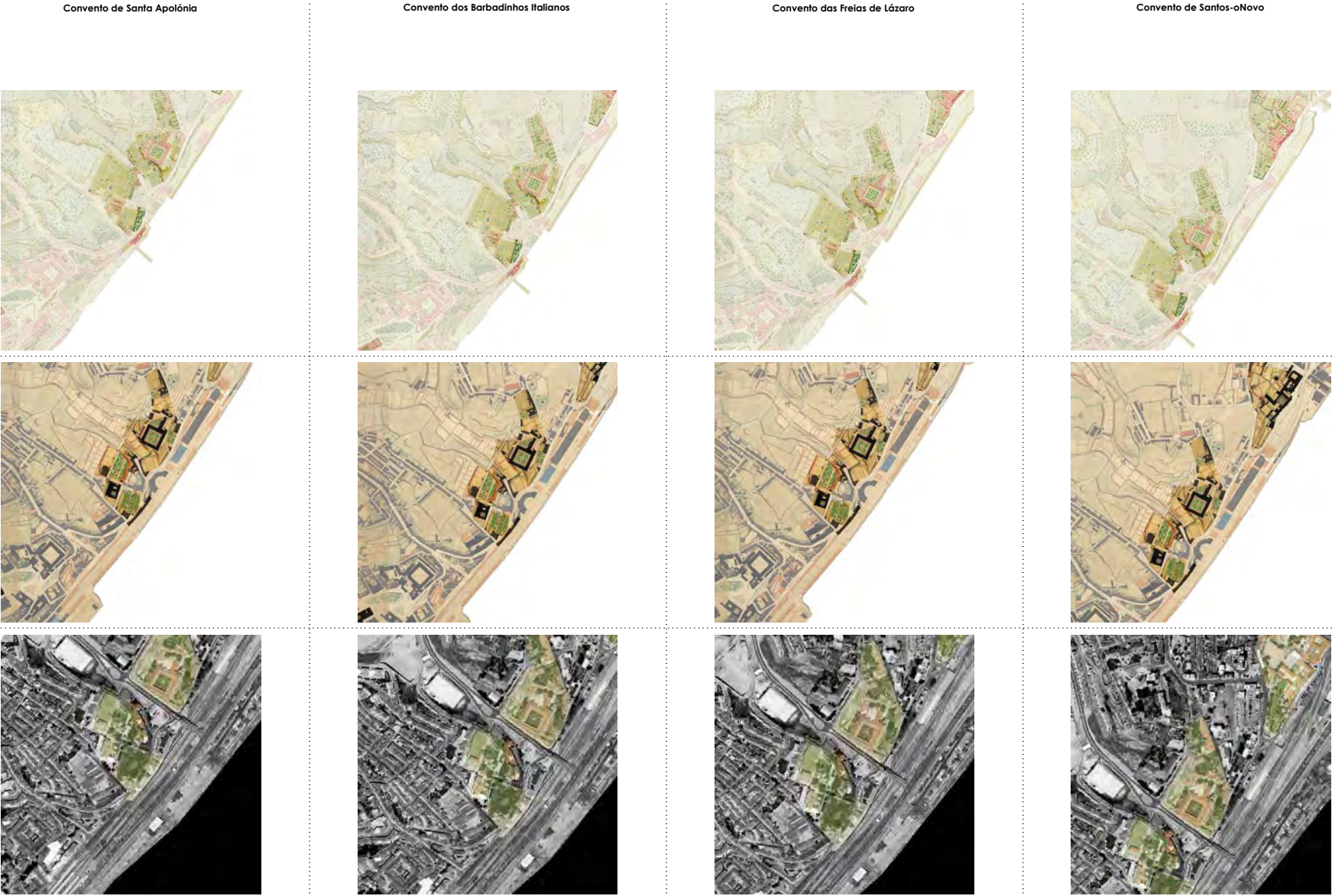
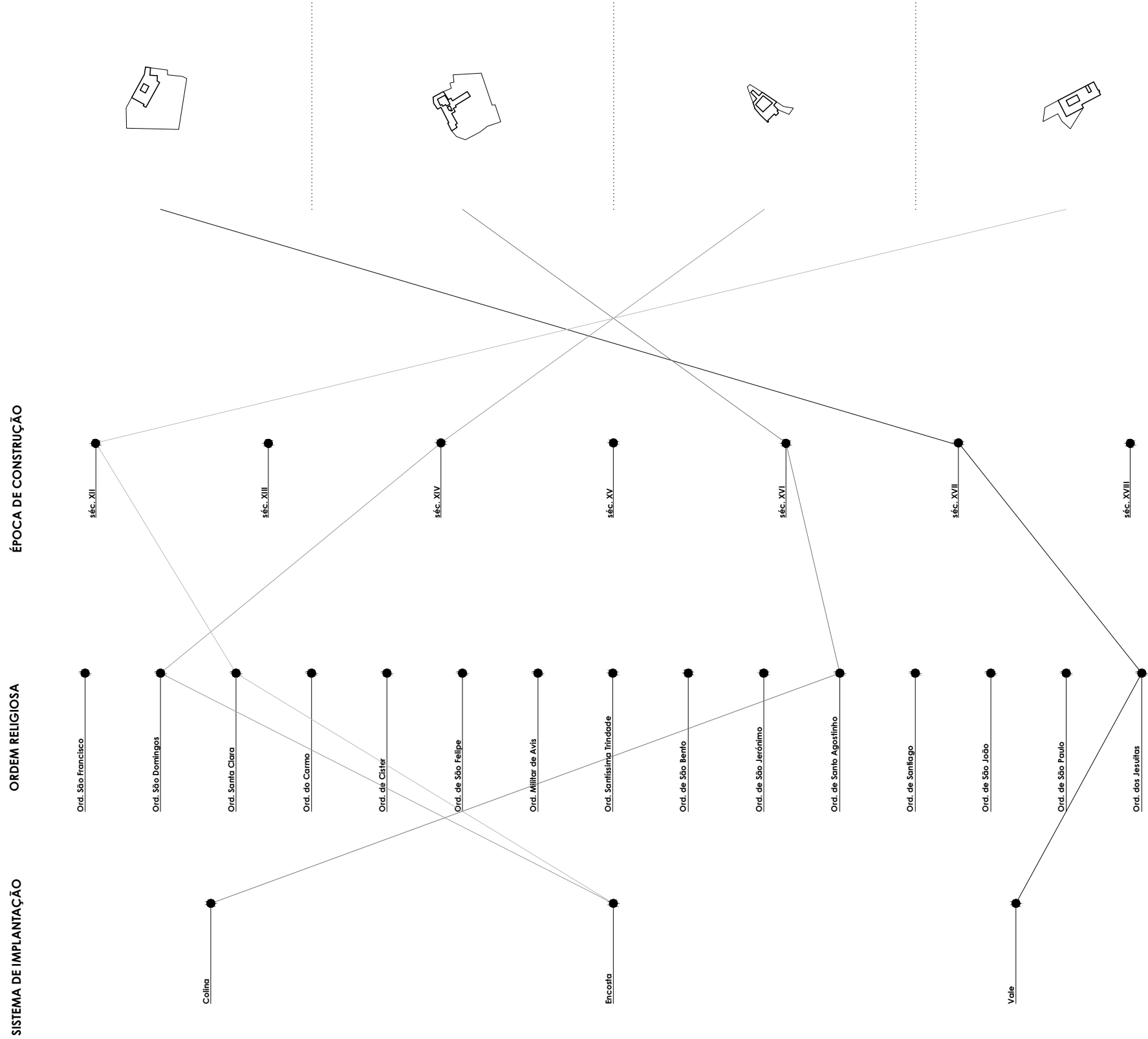


ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO

ORDEN RELIGIOSA

SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO





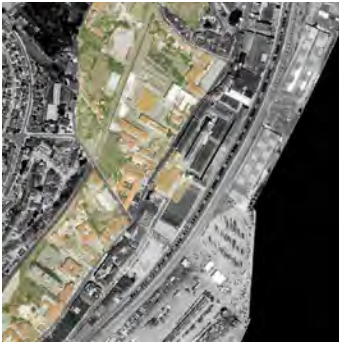
FELIPE FOLQUE - 1856-58



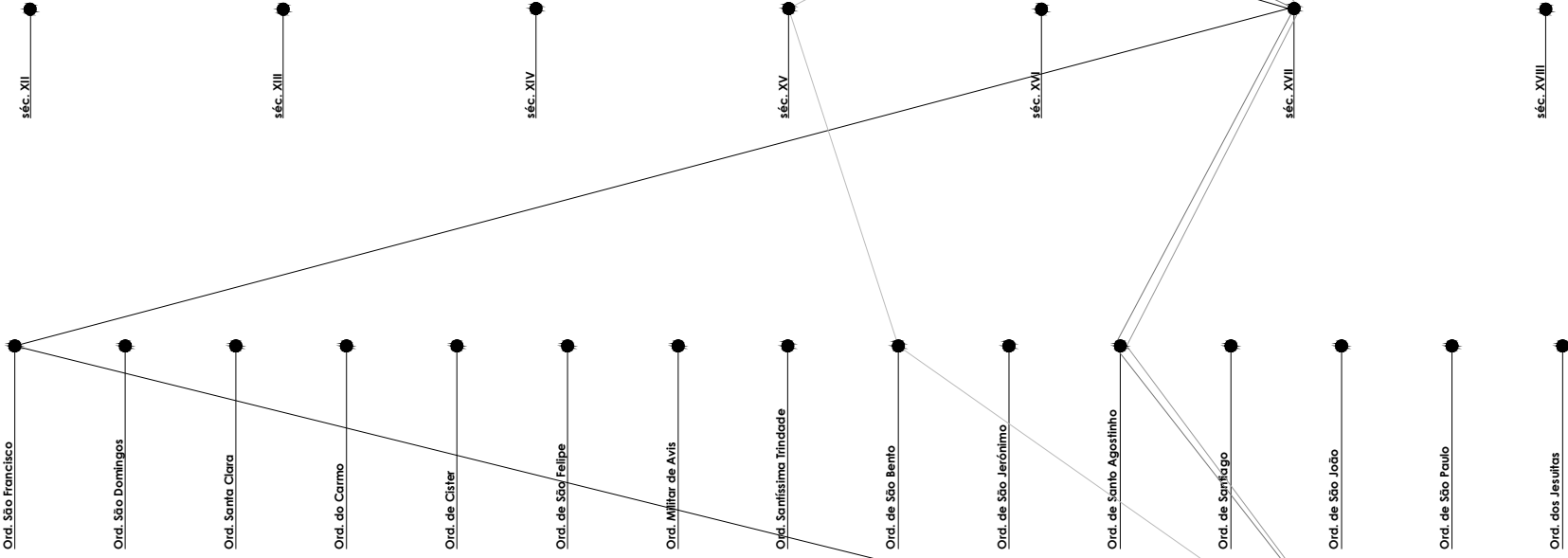
SILVA PINTO - 1911



ACTUALIDADE



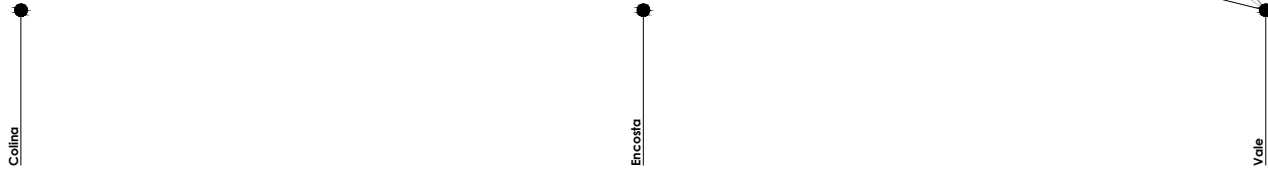
ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO



ORDEN RELIGIOSA

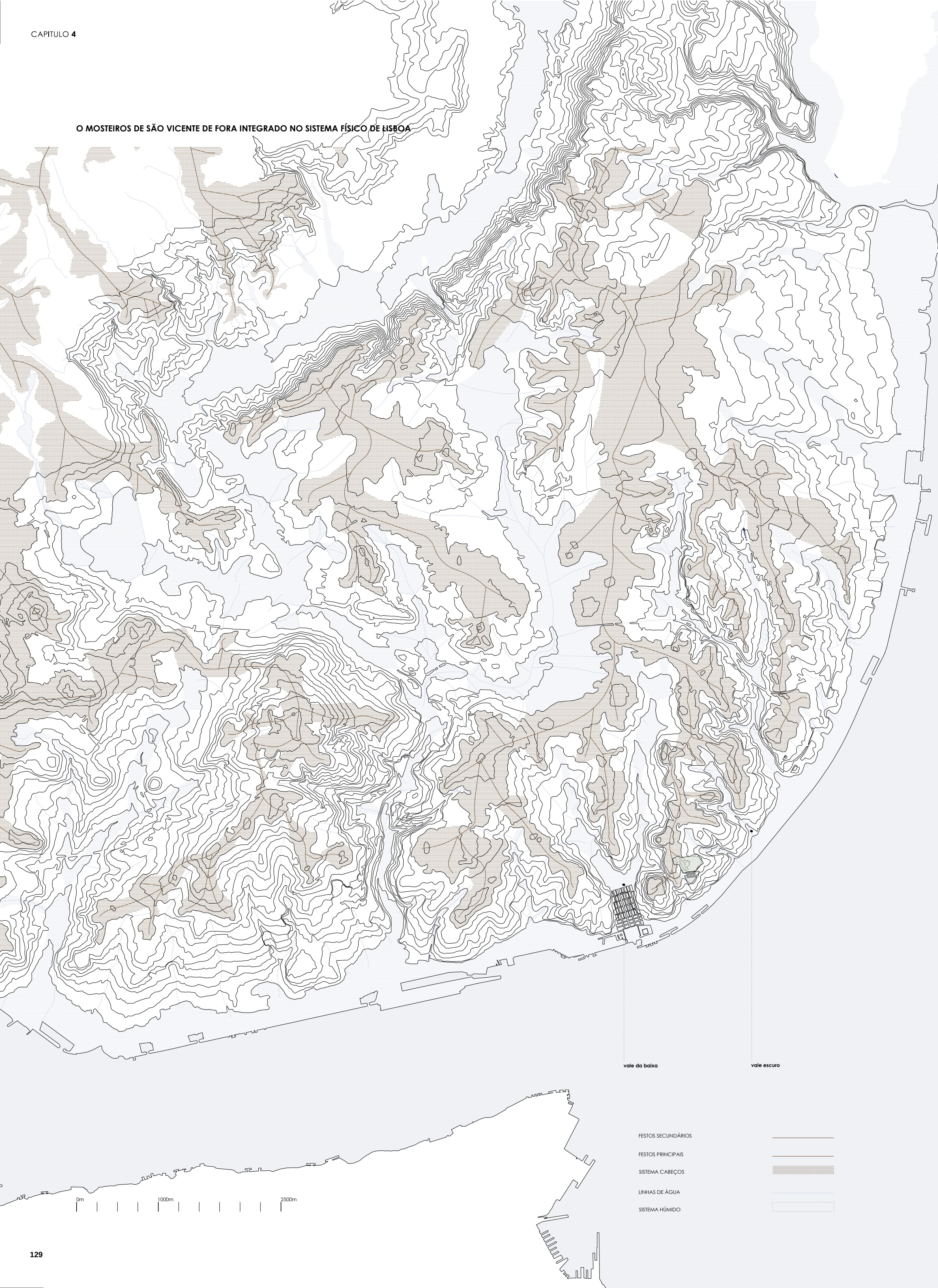
- Orl. São Francisco
- Orl. São Domingos
- Orl. Santa Clara
- Orl. do Carmo
- Orl. de Claret
- Orl. de São Felipe
- Orl. Militar de Avis
- Orl. Santíssima Trindade
- Orl. de São Bento
- Orl. de São Jerónimo
- Orl. de Santo Agostinho
- Orl. de Santiago
- Orl. de São João
- Orl. de São Paulo
- Orl. dos Jesuítas

SISTEMA DE IMPLANTAÇÃO





O MOSTEIRO DE SÃO VICENTE DE FORA INTEGRADO NO SISTEMA FÍSICO DE LISBOA



Martins, Rocha - Lisboa de Ontem e de Hoje: As Colinas da Cidade; Lisboa: Typ. Emp. Nacional da Publicidade; 1996 - pág. 19

vale da baixa

vale escuro

- FESTOS SECUNDÁRIOS
- FESTOS PRINCIPAIS
- SISTEMA CABECOS
- LINHAS DE ÁGUA
- SISTEMA HÚMIDO

4.3 CASOS DE ESTUDO_O SÍTIO DE SÃO VICENTE DE FORA, O SEU CONVENTO E A SUA CERCA

São Vicente de Fora funda-se sobre uma das colinas que definem o imaginário que é feito de Lisboa enquanto a cidade das sete colinas. No entanto, morfologicamente, a única que parece sê-lo de facto é a colina do castelo. As restantes colinas, da qual faz parte São Vicente, é o resultado do encaixe progressivo dos cursos de água que progressivamente foram esculpindo lombas no que seria a plataforma calcária de maior altitude da qual era composta a topografia do território lisboeta anteriormente à atuação dos agentes erosivos.

Deste modo o sítio de São Vicente de Fora é, morfologicamente, uma colina de pouca elevação, com um cume erodido, e recoberta por um manto composto predominantemente de argilas que iria atribuir aos solos alguma fertilidade. Esta caracterização física é, de resto, extensível às restantes colinas da cidade.

A colina de São Vicente de Fora localiza-se a Este do castelo de São Jorge, atingindo a seu cabeça uma cota ligeiramente mais baixa que a colina onde se implanta a estrutura militar. Deste modo a suas relações visuais apenas se podem centrar a Norte, Sul e a Nascente, e pela sua posição o local tornar-se-ia ponto de controlo na aproximação de oriente a Lisboa.

O local onde presentemente se localiza a freguesia foi cenário de acontecimentos fulcrais na vida de Lisboa. Foi, no que atualmente se designa o Campo de Santa Clara, que os Visigodos acamparam antes de tomar a cidade. Foi ali que D. Afonso Henriques assentou o seu arraial e planejou a reconquista da cidade.

Apenas tinha passado um mês da conquista da Lisboa aos mouros a 25 de Outubro de 1147 e D. Afonso Henriques fez cumprir o seu voto de erguer um mosteiro evocando o mártir São Vicente. A colina de onde se avistava Lisboa ainda moura foi batizada com o nome do Santo e respetivo mosteiro, recebendo o sufixo de "De Fora", pois, o bairro ficava situado fora do recinto amuralhado gado. Naquele local existia já um cemitério da evocação do santo e o rei de Portugal teve neste local o seu quartel-general durante os confrontos que resultaram na tomada de posse da cidade moura.

Encontrando-se à época, como já referido, fora de muralhas, aquele local proporcionava a visão das novas conquistas em que iriam incorrer as tropas portuguesas além do rio em direção a Sul. Almada, que seria o seguinte objetivo encontrava-se perfeitamente à vista. Este local é portanto, desde o início, estratégico na monitorização territorial.

Edificado o mosteiro, rapidamente foi despoletado o crescimento de um bairro à sua volta. A edificação da casa monástica, apesar de não ser a ocupação original desta colina, é o evento que efetivamente consagra este local e dinamiza o seu desenvolvimento. O mosteiro de São Vicente de Fora, nesses períodos iniciais da Lisboa cristã, desempenha o papel tanto de templo como de castelo. Pela sua posição mais a nascente e por se destacar da muralha era o principal ponto de vigilância em Lisboa para os territórios a Oriente de onde poderiam ainda surgir algumas ameaças. O reino enquanto não vincasse definitivamente o avanço em direção Sul criando uma zona de tampão na linha do Tejo, consumada com a conquista de Alcácer do Sal, Lisboa seria uma das cidades mais vulneráveis a possíveis incursões muçulmanas, deixando o mosteiro e o sítio de São Vicente como um dos pontos de maior exposição.

São Vicente de Fora está localizado num ponto essencial da topografia medieval lisboeta. Por ali, era feita a ligação à via que, acompanhando o Rio Tejo, ligava a Capital ao Norte do país. A porta de São Vicente era uma das entradas da cidade a que as pessoas mais acorriam, junto da qual se localizavam os celeiros reais. Estes factos contribuíram desde logo para o desenvolvimento urbano daquele sítio, fazendo com que fossem surgindo vários equipamentos.

No passado o local é ocupado predominantemente por instituições religiosas das quais obviamente consta o Mosteiro de São Vicente, bem como o convento de santa Clara, entre outros. Foi na colina de São Vicente de Fora que se instalou a primeira universidade portuguesa em 1290, designada de "Escolas Reais", com uma rua que atualmente ainda carrega esse nome. O infante D. Henrique foi protetor da universidade e ali mandou construir o seu paço.

Todo o bairro de São Vicente era escolhido pela nobreza antiga como local de residência, atestando bem às suas qualidades de enquadramento paisagístico que aquele local possuía, contribuindo ainda mais para a sua expansão urbana onde, tudo o que se passava girava naturalmente em torno da instituição religiosa de São Vicente.

"Do alto das suas torres, os cônegos que habitavam o convento, colina lisiponense, divisavam, muito ao longe, a barra de Lisboa; espraíavam a vista para o norte até grandes distâncias e a beleza da cidade que cresce dentro e fora de seus muros era visível até dilatadas horizontes. As povoações ribeirinhas brancas e verdes no engaste das suas frondes e campos formavam quadro admirável que encantavam. Junto do convento alargava-se a vasta cerca até Santa Clara e para a banda da Graça, e crescia, do lado oposto, a população do que ainda hoje se chama o terreiro de São Vicente, formada por arvins e outros artifícios."

Esta transcrição do livro de Rocha Martins: LISBOA DE ONTEM E DE HOJE, ilustra bem a qualidades cénicas próprias daquele local.

Nas gravuras da cidade, nomeadamente a **Lisbona per praeclara Portugallie metropolis**, de Rombout Van Den Hoeye, o sítio do mosteiro é representado como uma ampla área desafogada, sem construções, abrangendo a porta de São Vicente. Já mais a norte, antes da inflexão da muralha em direção a noroeste, é que aparece representada uma grande área arborizada, provavelmente a área arborizada do mosteiro.

A sul do conjunto, é ilustrado um adro espaçoso, sugerindo que o declive pronunciado no sentido norte-sul tenha sido colmatado com um extenso soccalco, a cujo sopé se encastrou uma banda de casas composta de dois pisos. A pictografia antiga sugere uma considerável separação entre o Mosteiro e o que presumivelmente é a sua cerca centro da muralha fernandina.

A gravura de Rombout Van Den Hoeye, representa a Noroeste na zona periurbana, uma linha ordenada de casas de baixa densidade que configuram a via pública no sentido norte-sul, para trás das quais se desenvolviam extensas áreas arborizadas e agrícolas.



Acampamentos de exército aliador na conquista de Lisboa. Extraiado de Mosteiro de São Vicente de Fora: Arte e História



Tomada de Lisboa aos mouros. Painel de azulejos na portaria do Mosteiro de São Vicente de fora



Lisbona per proaclarā Portugalliae metropolis. Rombout van den Hoeye, 1714. Com o Mosteiro de São Vicente de Fora e respectiva cerca rediçados

Saldanha, Sandra Costa; Salgueiro, Alexandra Pereira, António Nunes - Mosteiro de São Vicente de Fora: Arte e História. Lisboa: Centro Cultural do Patriarcado; 2010 - pág. 142

Andrade, Manuel Vaz Ferreira de - Lisboa das sete Colinas: 1957 - pág. 17

O impacto que a obra tem na cidade, à medida que a igreja monumental se construía era notório, e em vários aspetos, uma característica do peso do projeto. Enquanto o conjunto original se foi enquadrando e adaptando às condicionantes e lotes disponíveis, permitindo a sobreocupação das zonas confinantes do edifício, a nova igreja obrigou a um ordenamento mais rigoroso da envolvente.

No ensaio de Miguel Soromenho, chamado de: *HUM DOS MAYORES E MAGNÍFICOS TEMPLOS NÃO SÓ DE TODO O REYNO MAS DA EUROPA: A OBRA FILIPINA*, patente no livro *MOSTEIRO DE SÃO VICENTE DE FORA - ARTE E HISTÓRIA*, é bem explícita a reforma que a obra da casa religiosa dedicada a São vicente proporcionou no local: "Não se tratava apenas do calçamento de vias e a demolição de estruturas obsoletas mas da articulação de um sistema viário básico, da montagem de infraestruturas de saneamento e da criação de um espaço regularizado e de desafio em torno do mosteiro, de acordo com as prescrições da Câmara sobre o decoro urbano... Preocupações sanitárias e de embelezamento pontual aplicadas ao sabor das circunstâncias a unidades espaciais que não eram vistas entre si constituíram, de facto, os aspetos mais relevantes de gestão da cidade antes da ideia de intervenção sistemática e de larga escala que marcará as políticas urbanas a partir do século XVIII".

Lentamente, o local vai crescendo em várias direções, trocando a colina pela encosta, eventualmente chegando até às margens do rio em terreno consideravelmente mais baixo e o seu tecido urbano vai-se consolidando. "... São vicente, com o seu mosteiro ao centro. É um dos montes que se elevam nesta linha do Tejo. As suas torres da imponente fachada da igreja recortam-se no céu. Em volta, o casário modesto da Graça, se Santa Clara, de Santo Estevão, descendo até às areias do rio pela Alfama medieva, pelas ruas da galé, da judiaria, pelas calçadas de São Miguel e São João da Praça."

Atualmente, a freguesia de São vicente é pequena, abrangendo apenas 30.6 hectares. Apesar da sua reduzida dimensão, é geograficamente heterogénea, centrífuga, desenvolve-se numa encosta, misturando-se com as freguesias circundantes, onde os limites entre estas são meramente administrativos, não territoriais, demonstrando uma continuidade do tecido e vivência urbana. No meio do campo de Santa Clara, epicentro do sítio de São Vicente situa-se atualmente o jardim Botto Machado, debruçado sobre o estuário do Tejo. Este espaço demonstra ainda hoje a predominância visual sobre a vasta zona estuarina do Tejo própria deste local.

A CERCA DE SÃO VICENTE

A cerca primitiva do mosteiro deverá ter aproveitado um troço de muralha islâmica pré-existente, de taipa avermelhada, existente no local. O mosteiro á medida que se ia desenvolvendo ia-se adaptando a estas condicionantes e crescendo a partir destas. Posteriormente, com a construção da muralha fernandina que aproveitou o troço de muralha islâmica, a cerca de São Vicente ajustou-se também à nova linha defensiva.

Atualmente não é possível delinear as proporções que este espaço possa ter vindo a atingir. À época do primeiro levantamento de rigor científico efetuado por Felipe Folque entre 1856-58, a cerca de S. Vicente de Fora era um recinto bem contido e delimitado.

Localizava-se principalmente a norte do edifício monacal, mas ainda com uma pequena parcela e sul e poente deste. Esta parcela sul mais reduzida era contida por casário a poente e a sul, e pela Rua do Arco de Baixo e pelo campo de Santa Clara a nascente. Esta porção de terreno configurava uma plataforma que se debruçava sobre a colina e sobre o rio, atuando como traseiras do edifício tendo aparentemente, segundo o levantamento de Folque a função produtiva, enunciada pela presença de arvoredos, formando possivelmente um pomar.

A parcela norte era contida a sul pelo casário que comunicava com a rua de São Vicente de Fora e o Campo de Santa Clara. A poente era contida pela Travessas das Bruxas e a norte a nascente pela Travessa da Verónica. O espaço da cerca inscrevia-se na zona mais alta da colina, comunicando com o mosteiro através de um passadiço que atravessava, a uma cota mais alta, a Rua de São Vicente.

A cerca descreve uma suave pendente entre o Largo da Graça e o Campo de Santa Clara, portanto no sentido noroeste-sudeste, mas ainda assim a cota do mosteiro e a cota da cerca diferem grandemente, o que sugere que tenha ocorrido uma operação semelhante à parcela de terreno existente a sul do mosteiro, moderando o declive original através de um aterro, que ao mesmo tempo contribuía para a fertilidade dos terrenos, fazendo com que o espaço da cerca se aproximasse de uma plataforma.

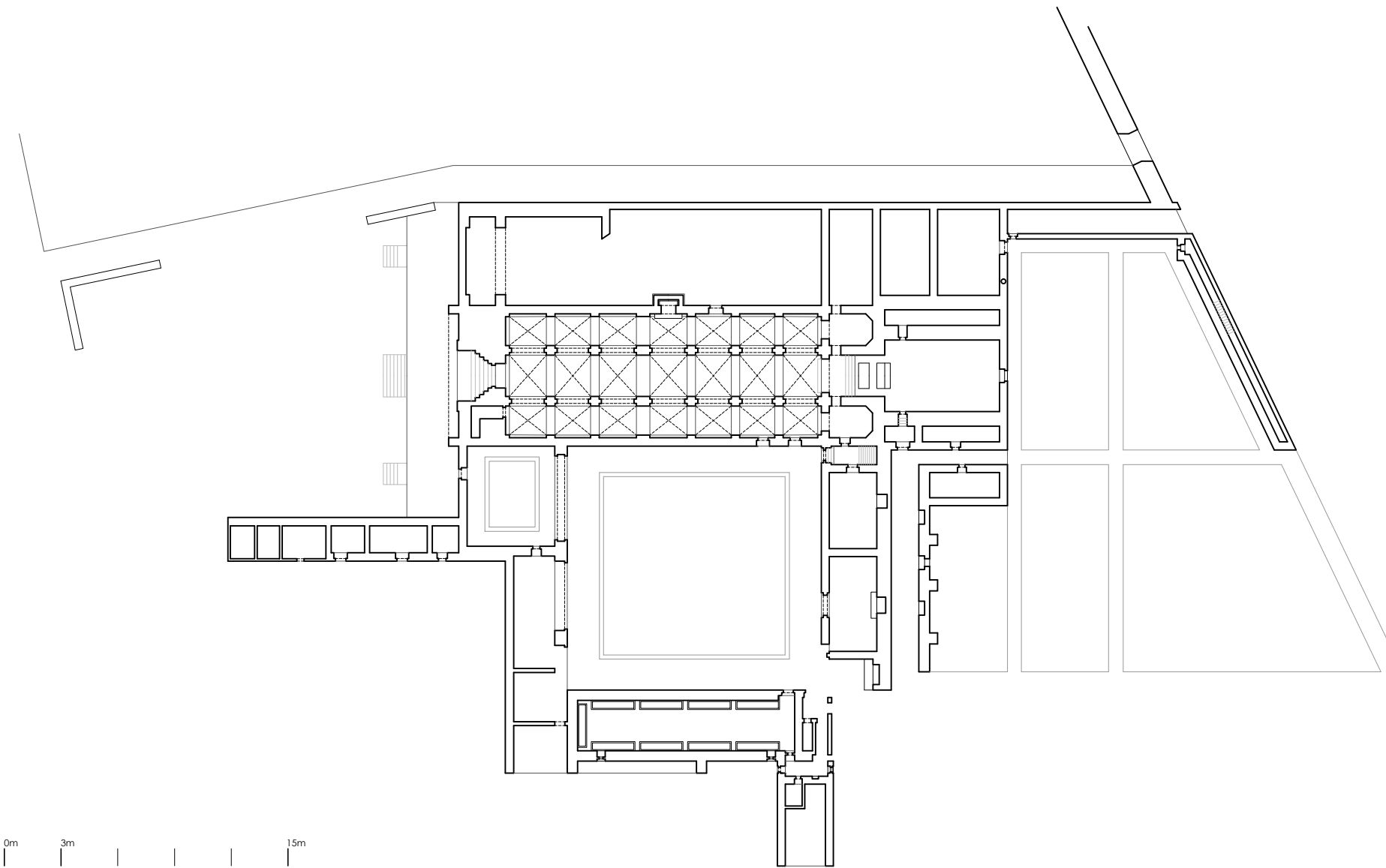
O passadiço que liga o mosteiro á cerca é rematado por um terraço que por sua vez comunica com um espaço ajardinado de importância dentro do recinto monástico. A cerca encontra-se fortemente compartimentada através de muros e percursos que articulam as diferentes vocações de cerca como: a meditação, o recreio e a produção.

O MOSTEIRO

O mosteiro de São vicente de Fora deteve, desde a sua fundação, um papel preponderante na história de Lisboa. O seu período de formação, nos séculos XII e XIII, corresponde ao tempo de formação do reino português. O local escolhido para fundar o mosteiro foi, como anteriormente referido, alvo de ocupações muito antigas remontando pelo menos ao período visigótico. É a figura espiritual de São Vicente que é escolhida para ser honrada nesta casa e, logo após a construção do templo, esta passa a ser paróquia.

Com a transladação das relíquias de S. Vicente, trazidas do Algarve, a igreja converte-se num dos principais locais de peregrinação da cidade. A rapidez com que decorre a obra do mosteiro de São Vicente leva a que o claustro fique concluído ainda no reinado do seu

PLANTA DO PRIMITIVO MOSTEIRO DE SÃO VICENTE DE FORA



Somos depois levados ao templo de S. Vicente de Fora. Ilustração Portuguesa de 1867, com o novo Mosteiro de São Vicente de Fora. Autor desconhecido

patrono, o rei D. Afonso Henriques.

Enquanto instituição, o mosteiro, incutiu uma intensa política de aquisições, dotando a canónica de um vasto e rico património, definido grandes áreas de expansão territorial e os espaços de influência do mosteiro, que ultrapassavam em larga medida as fronteiras físicas das suas propriedades. Desta forma, o mosteiro foi assim definindo, através da Idade-média, um património caracterizado por uma certa concentração. A fertilidade dos terrenos, a relação próxima com as linhas de água e vias de comunicação determinaram a escolha para a compra de terrenos. Nos primeiros tempos de vida desta instituição, é notória a aquisição de bens em locais próximos do mosteiro, ocupando férteis e soalheiras encostas da cidade e península de Lisboa.

A cuidadosa gestão e organização de extenso património fundiário converteu São Vicente de Fora no mais prestigiado mosteiro de Lisboa durante os séculos XII e XIII. Nos campos, faziam brotar colheitas, que abasteciam o refeitório, a sacristia e o hospital do mosteiro. Através da assistência e caridade social procuravam dentro e fora do seu recinto criar um mundo melhor.

São poucos os mosteiros que atingindo considerável grandiosidade deixam tão poucos vestígios físicos da sua história como o mosteiro de São Vicente de Fora. Apesar da falta de elementos que contribuam para uma rigorosa caracterização arquitetónica do primitivo mosteiro, a importância que este deteve no termo de Lisboa, quer na sua paisagem, quer no imaginário dos seus habitantes é inegável, através do significativo número de referências e desenhos que este conjunto arquitetónico motivou.

Esta foi uma peça essencial da arte românica nacional, que cimentou a posição de Lisboa como principal núcleo construtivo de segunda metade do século XII, permanecendo como a marca mais efetiva do rei D. Afonso Henriques na cidade.

A documentação refere um elemento de construção precursor de instituição religiosa propriamente dita, pois o mosteiro apenas se torna parte integrante da regra de Santo Agostinho passado quinze anos do início da sua construção. Até este ponto, a casa monástica em fase embrionária seria composta de uma ermida e mais um conjunto de construções de escala contida e até heterodoxa. Nesta primeira fase o mosteiro não seria mais do que a ermida rodeada de um amplo cemitério e algumas construções de apoio.

É apenas na década de 70 do século XII que com a construção de um hospital se define genericamente a casa monacal, incluindo a igreja, claustro e o restante programa típico. Este hospital seria de grande importância para o mosteiro, levando à construção de áreas distintas de apoio, fornecendo várias formas de assistência como alimentação dos pobres, alojamento de enfermos e ainda acolhimento de peregrinos. É presumível que, os visitantes da cidade deslocar-se-iam à sé e posteriormente ao mosteiro permanecendo na sua albergaria.

A igreja primitiva de planta em cruz, onde a capela-mor presumivelmente se sobrepôs à pequena ermida, obedece ao modelo estabelecido pela ordem. O seu corpo principal era composto de três naves e uma grande torre-nártex a rematar as naves a poente.

O MOSTEIRO ACTUAL

O novo mosteiro é o expoente máximo da arquitetura chã em Lisboa, que apesar das suas grandes proporções tem uma gramática maneirista de grande simplicidade.

A igreja de planta longitudinal composta de cruz latina, de uma única nave com 6 capelas laterais intercomunicantes, transepto inscrito e capela-mor em retro coro. A cobertura proporciona um grande terraço onde se acede ao topo de ambas as torres sineiras, que enquadram o alçado principal, bem como à cúpula que ilumina o cruzeiro. Este terraço proporciona também vistas amplas e generosas sobre o estuário e a cidade sobranceira ao rio.

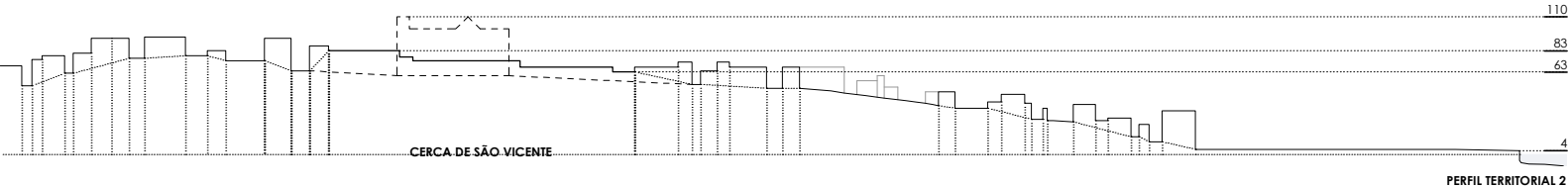
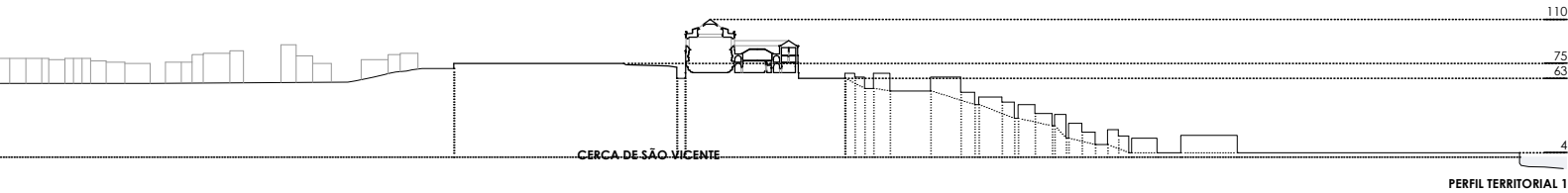
A nave e capela-mor são cobertas por abóbadas de berço e o cruzeiro, como já referido é pontuado pela cúpula. Os restantes espaços monacais formam um L que abraça a igreja, localizando-se a sul e a nascente desta. Estes espaços articulam-se através de dois claustros idênticos que como é tradicional das estruturas monásticas ou conventuais agregavam em seu torno os principais espaços do programa. Para além dos claustros existe ainda um pátio localizado por detrás da igreja. O edifício possui quatro pisos. A transição entre os claustros é mediada por uma sala, onde no piso de entrada se localiza a sacristia que comunica, naturalmente, de forma bastante direta com a igreja.

A nascente da igreja partindo do pátio, um braço, no terceiro e quarto pavimentos, estende-se e estabelece a ligação de cota com o espaço da antiga cerca a norte, atravessando a Rua de São Vicente de Fora, vencendo assim a considerável diferença de nível entre o mosteiro e a zona da sua antiga cerca. Esta passagem aérea sobre a rua cose-se com um terraço e pequeno edifício. Este anexo faz também parte do mosteiro.

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DO MOSTEIRO DE SÃO VICENTE DE FORA E SUA CERCA BASEADA NA CARTA DE FELIPE FOLQUE 1856-58

- SISTEMA DE CONVENTOS E MOSTEROS
- 1 - MOSTEIRO DE SÃO VICENTE DE FORA E A SUA CERCA
 - 2 - CONVENTO DE SANTA CLARA
 - 3 - CONVENTO DAS MÔNICAS
 - 4 - CONVENTO DA GRACA
 - 5 - CONVENTO DE SÃO SALVADOR
 - 6 - CONVENTO DA ANUNCIADA
 - 7 - CONVENTO DE SANTO ANTÃO-O-NOVO
 - 8 - CONVENTO DE SANTA ANA
 - 9 - CONVENTO DA ENCARNÇÃO
 - 10 - CONVENTO DE SÃO DOMINGOS
 - 11 - CONVENTO DA TRINDADE
 - 12 - CONVENTO DO CARMO
 - 13 - CONVENTO DE SÃO FRANCISCO
 - 14 - CONVENTO DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA
 - 15 - CONVENTO DAS CARMELITAS DESCALÇAS
 - 16 - CONVENTO DOS CLÉRIGOS REGULARES
 - 17 - CONVENTO DOS PAULISTAS
 - 18 - CONVENTO DE SÃO JOÃO NAPOMUCENO
 - 19 - CONVENTO DE NOSSA SENHORA DE JESUS

- EDIFÍCIOS E ESPAÇOS NOTÁVEIS
- 1 - CASTELO DE SÃO JORGE
 - 2 - PRAÇA DO COMÉRCIO
 - 3 - BAIXA POMBALINA
 - 4 - PRAÇA D. PEDRO IV (ROSSIO)
 - 5 - PASSAGEO PÚBLICO
 - 6 - PANTEÃO NACIONAL



- 1 - MOSTEIRO DE SÃO VICENTE DE FORA
- 2 - CERCA DE SÃO VICENTE DE FORA
- 3 - CONVENTO DE SANTA CLARA
- 4 - CONVENTO DAS MÔNICAS
- 5 - CONVENTO DA GRAÇA

1 - PANTÃO NACIONAL



A CERCA DE SÃO VICENTE DE FORA_ SISTEMA DE HORTUS CONCLUSUS



1 - HORTUS CATALOGI
2 - HORTUS LUDII

A CERCA DE SÃO VICENTE DE FORA_ SISTEMA DE PERCURSOS E ENTRADAS



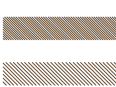
PERCURSOS PRINCIPAIS
PERCURSOS SECUNDÁRIOS
ENTRADA
ENTRADA (SUPosição)



A CERCA DE SÃO VICENTE DE FORA_ SISTEMA DE VISTAS

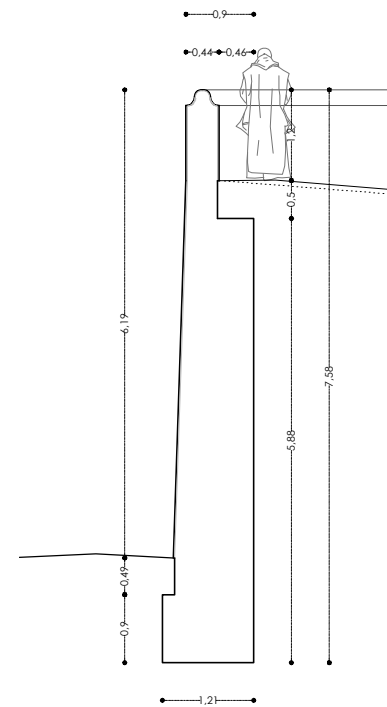


VISTAS PRINCIPAIS
VISTAS SECUNDÁRIAS



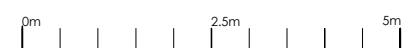


Limite exterior da cerca. Elemento que define o recinto monástico separando-o do exterior. Constitui a divisão entre Hortus Ludi e o exterior/profano. A diferença de cota entre o interior da cerca neste ponto e a rua é bastante significativa de modo que aqui o limite não restringe a relação visual com a envolvente, sendo apenas uma simples guarda. De modo que, acompanhando a rua, a cerca monástica tem uma relação de domínio para com esta.



Do ponto de vista espacial, este limite, não desenha nenhuma forma de estar mais complexa. Tem como simples objetivo a conformação do terreno aqui depositado de modo a definir a plataforma elevada que garante a necessária proteção e isolamento essenciais ao recinto monástico.

Do ponto de vista material este limite é muito simples. Composto de alvenaria de pedra e reboco, não possui qualquer ornamentação por não se relacionar com o edifício conventual diretamente.

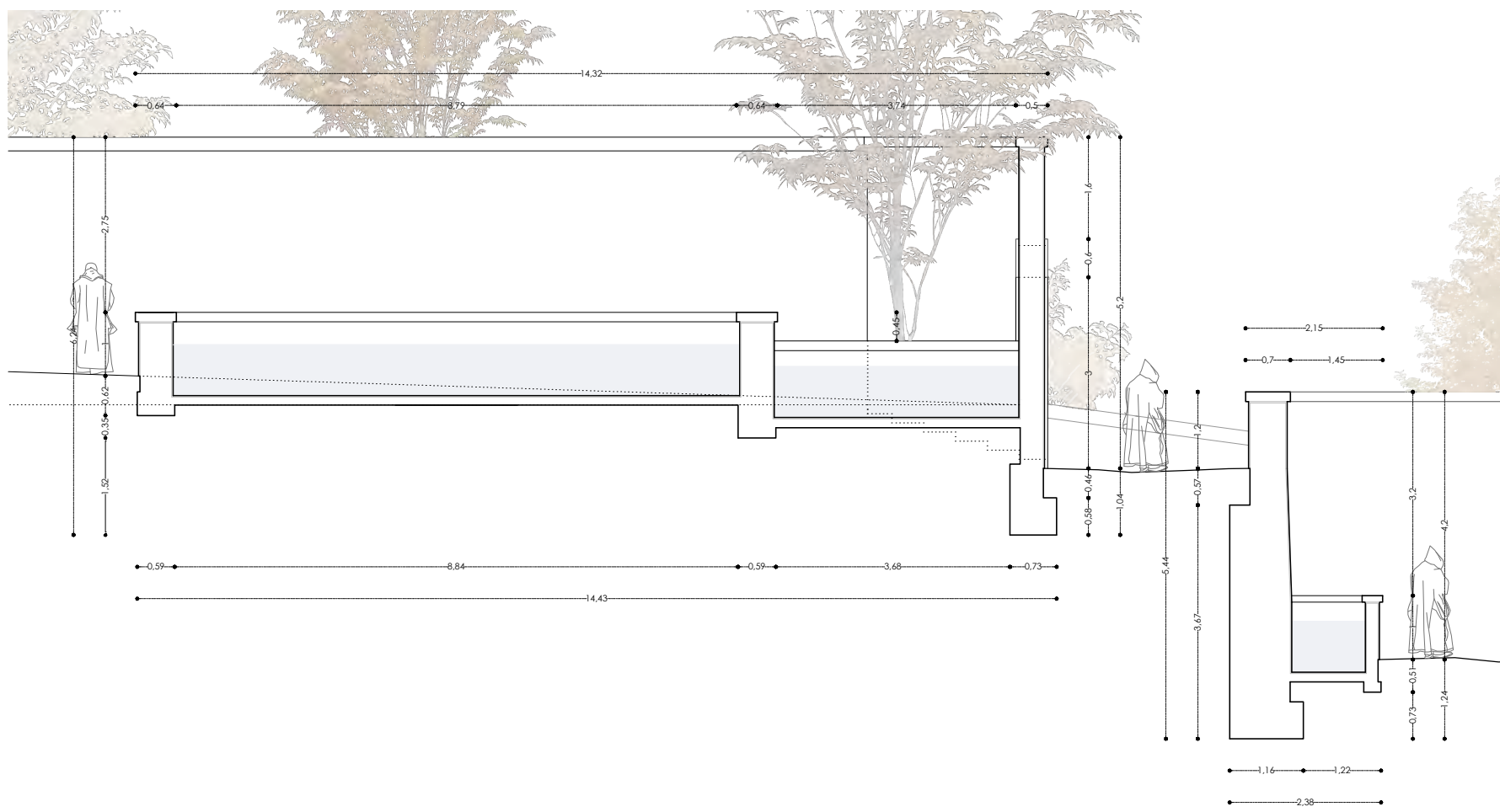


Sequência limites interiores que definem a divisão entre Hortus Catalogi e Hortus Ludii, composta por um muro simples de parcelamento de terreno e um muro de contenção de terreno. Entre estes dois limites é definido um percurso que circunda o espaço do Hortus Catalogi e a partir de um caso mais elevado o controle visualmente. O muro simples por sua vez, devido à sua altura corta visualmente a relação entre este percurso e o Hortus Ludii, revelando claramente a intenção de colocar em evidência o Hortus Catalogi como espaço de maior importância na hierarquia que orienta a organização dos espaços da cerca monástica.

Neste conto, o muro de parcelamento de terreno na sua relação com o terreno define uma mudança de cota muito pouco significativa (0,80m), que é de resto vencida em poucos degraus, de modo que, este limite, no que toca à sua expressão é semelhante quer em relação ao Hortus Ludii, quer em relação ao Hortus Catalogi. Já o muro de contenção de terreno pela própria tipologia implica que tenha mais presença em relação a um espaço do que o outro. Em relação ao percurso que ladeia o Hortus Catalogi, este limite é uma simples guarda em relação ao Hortus Catalogi. Possui uma expressão muito pronunciada atingindo os 4,20m de altura e vencendo 3,00m de cota, configurando a Norte deste espaço a expressão de uma calva aberta ao céu que este possui.

Especialmente, se encarados individualmente, estes limites são bastante elementares. Mas observados enquanto grupo, estabelecem relações ricas que do ponto de vista espacial, o muro simples vem desenhando de forma muito ligeira o terreno a uma certa mais alta. A este limite agoraram-se, do lado do Hortus Ludii, dois tanques que ao focarem no muro são ladeados por dois pequenos lances de degraus que culminam nas passagens que são abertas neste muro possibilitando a ligação com o percurso que envolve o Hortus Catalogi. A partir deste percurso, que no fundo é uma pequena plataforma entre muros elevada sobre o Hortus

Catoligi, como já acima referido, uma predominância visual sobre este espaço nobre bem como sobre a sequência de plataformas que vão articulando o desenho do terreno e as respectivas mudanças de cota até junto do mosteiro a Sul. O muro de contenção de terreno é ainda acompanhado de um tanque à cota inferior. É, portanto, fácil compreender como estes limites estão em continuidade com a axialidade que se faz sentir na cerca neste ponto e que encardos em conjunto definem uma sucessão de planos que constituem uma sequência espacial de grande complexidade.



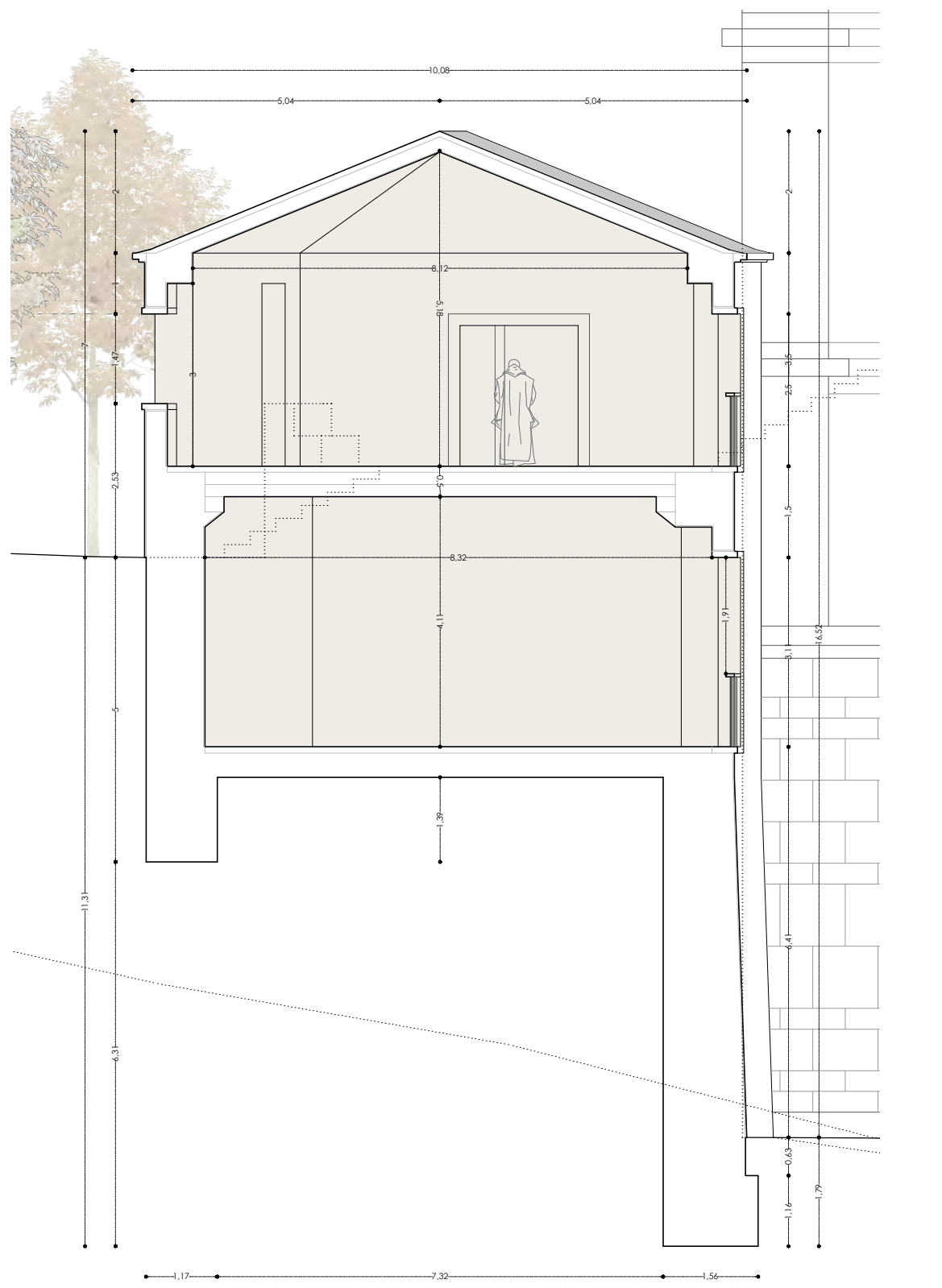
Limite exterior da cerca que constitui a divisa entre o campo montadico e a rua do arco de cimo. Este limite não é um simples muro, mas uma linha habilitada que integra numo grande plano inclinado a rampa de acesso ao campo montadico. A cerca do Mosteiro de São Vicente de Fora constitui uma situação peculiar, pois não comunica diretamente com o edifício. Entre o mosteiro propriamente dito e o recinto interpretado a rua do arco de cimo é a cerca em forma de rampa que estabelece a divisa com o campo bastante mais alta que o piso de entrada no campo de modo que para estas condições particulares, também a forma como se desenha a ligação entre mosteiro e cerca teria de ser particular. Deste modo o limite aqui em questão é a porta do edifício que se pretende alinhar e a cerca atravessando a qual se estabelece a ligação com o campo montadico a grande massa de terreno contígua a norte do mosteiro. Este edifício é, portanto, uma estrutura habilitada que articula a cerca com o seu mosteiro. Este corpo circunscrito a diversos espaços, nomeadamente a varanda, que olha sobre o campo de Santa Clara e o campo de Santa Catarina, estabelece a divisa de cima a cerca e a cerca a este limite também à cerca, mas que acaba por ser si mesmo um recinto mais pequeno. É ao por fim deste limite que se desenha o acesso ao piso inferior deste campo. A posição que este limite habilitado ocupa permite que a cerca deste se possa compreender tanto a partir do Hortus como a partir do campo montadico, uma vez que o bastante elevada a rua que se atravessa entre a cerca e o mosteiro.

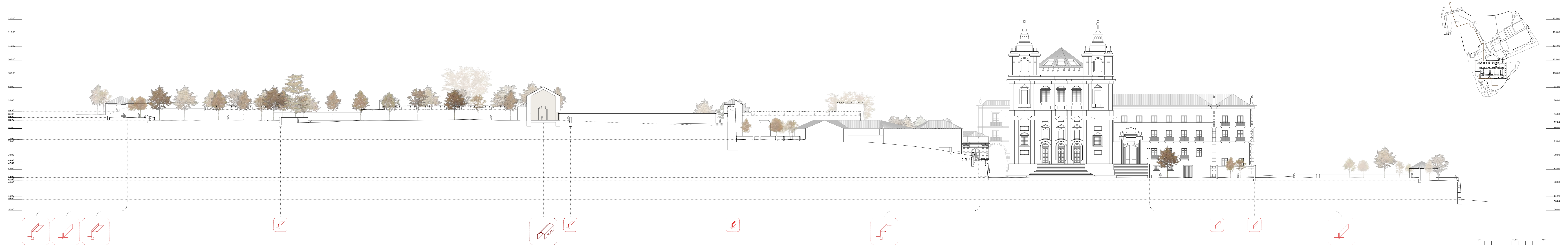
A diferença de cota entre rua e cerca neste ponto é enorme atingindo os 11,00m de modo que, o mosteiro e a parede de suporte de terreno a Norte deste, onde se integra e encastra este limite habilitado geram uma rua extremamente estreita, resultado numa passagem com uma tensão incrível entre o que seria interior e exterior da antiga cerca fernandina. Este limite com um piso embutido na

topografia e outro que se ergue acima desta atinge em relação à cota da rua os 16,52m e, em relação à cerca, a cerca do edifício atinge os 5,00m.

Do ponto de vista espacial este corpo resulta em dois espaços sobrepostos aos quais se sucedem por lados opostos. O piso inferior, ao qual se accede descendo um lance de escadas que parte do teneiro acima referido, como se encontra encaixado no terreno, resulta num espaço, o qual apenas oia sobre a estreita rua entre cerca e mouteiro através de dois vãos. O piso superior, estando acima da cota do terreno permite olhar como anteriormente referido tanto para o interior da cerca como para a rua que atravessa a sua cota muito inferior. Este piso acaba por ser um espaço com um sentido reforçado de chameira, um eixo de assimetria que lida diferentemente com duas naturezas, interior e exterior.

Do ponto de vista material, não é uma construção tão nobre como o mosteiro. A implantação deste corpo ao debruçar-se sobre a rua, segurando o terreno faz com que necessite de grandes paredes de contenção em alvenaria de pedra rebocada mas que ainda assim lhe conferem uma aparência de grande robustez, apenas de salientar uns pormenores de maior delicadeza, nomeadamente os arcos das vãos em pedra calcária e as guardas deste numo grade de metal encimada por uma fila de madeira.





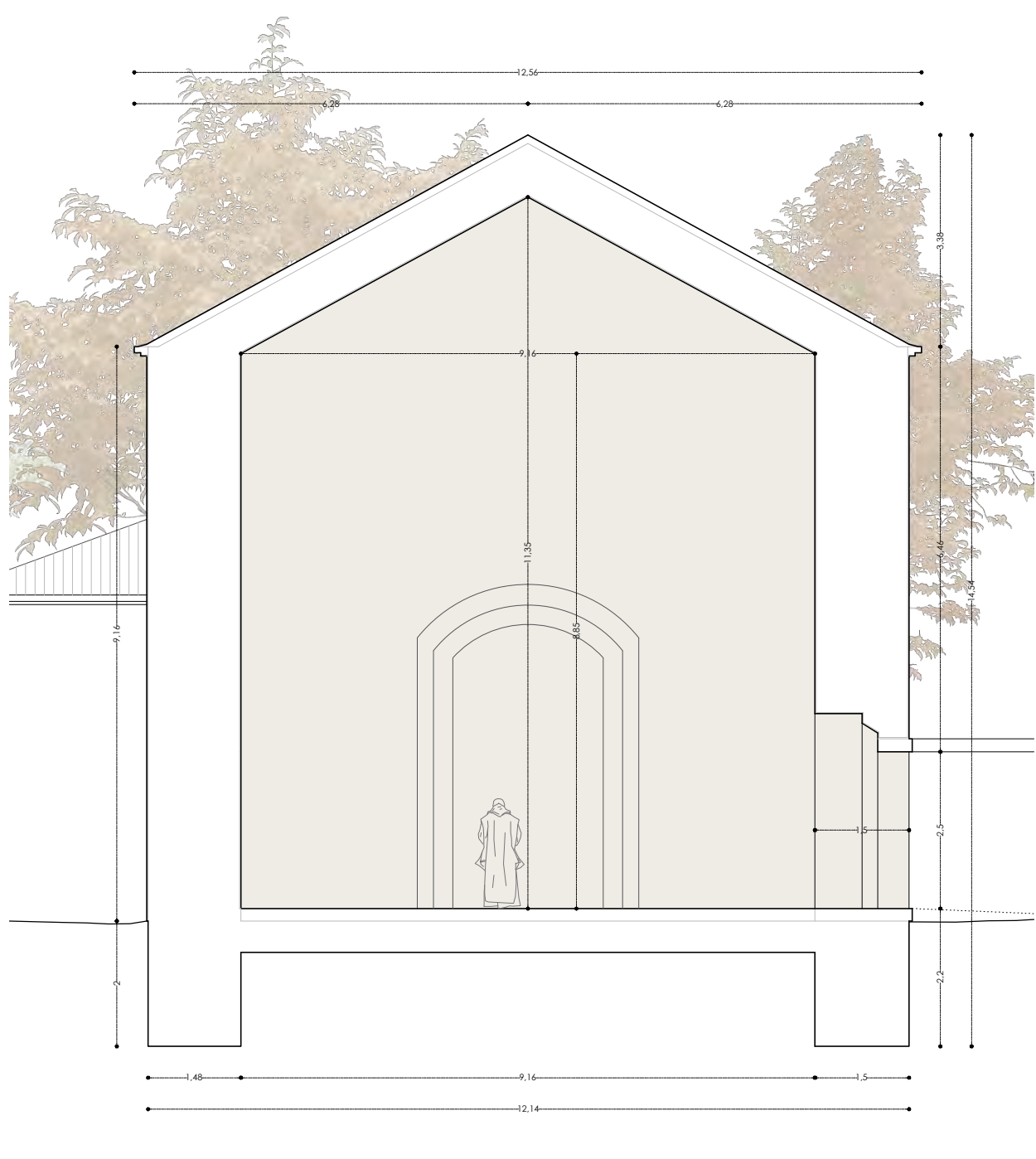
Sequência de muro de contenção de terreno, muro simples e muro de contenção de terreno novamente, que constitui o limite que define a entrada à colina mais alta da cerca monástica, estabelecendo o ingresso no Hortus Ludi a partir de Norte. Este acesso é de natureza excepcional não só pela sua complexidade, pois traduz-se num momento em que a entrada no recinto é feita de forma muito controlada e intercalada, mas também pelo facto de a colina da rua ser superior à colina no interior da cerca neste ponto. Assim o processo de entrada não é tão imediato como acontece noutros pontos de acesso. Aqui a ocultação visual e distanciamento entre interior e exterior não acontecem com grandes mudanças de cota, onde a cerca existente a uma cota elevada tem domínio sobre a envolvente, tratando-se de uma situação em que a cerca está em posição em que é dominada. O ingresso é desenhado através espaços exteriores intermédios que estabelecem uma transição gradual e controlada.

A forma como o terreno é desenhado neste ponto em particular demonstra grande sensibilidade ao articular a pendente natural da topografia com a tarefa de definir um acesso a um universo próprio que tem na sua natureza a vontade de se ocultar. Deste modo, num primeiro momento, é definida através de um muro de contenção um espaço relaxado em relação à rua 1,00m. Manipulando a topografia de forma tão delicada faz com que o primeiro muro acabe por ter uma presença bastante semelhante quer a partir do interior quer a partir do exterior. Ainda assim tratando-se de um limite que tem como objectivo ocultar e proteger este atinge a altura de 4,96m de forma a impedir a transgressão visual para o interior da cerca. Num segundo momento cruzando o muro intermédio é desenhada outra mudança de cota através de um muro de contenção baixo em relação à entrada servindo apenas como guarda, tendo apenas 2,15m de altura.

Do ponto de vista do espaço proporcionado, o conjunto destes muros desenharam um limite, ou melhor, uma espessura entre limites que existe entre o universo exterior e o universo interior da cerca, separando um do outro, mas ao mesmo tempo relacionando-os. Nesta transição surge uma sequência de passagem onde acontece uma ligeira mudança de cota, bem como mudança de direcção, seguida de um pequeno espaço exterior confinado entre muros, com uma proporção bastante controlada que nos relaciona um pouco com o céu, ao qual se acede através de umas pequenas escadas. Depois através de uma abertura temos então acesso a uma pequena plataforma elevada desenhada por um muro a partir da qual finalmente se contempla o interior da cerca que se vai desenvolvendo com uma ligeira pendente para sul.

Limite com programa interior localizado no interior da cerca. A muralha leneirada de Lisboa limita o seu traçado mais a nascente a rasgar a cerca do Mosteiro de São Vicente de Fora no sentido Norte/Sul. A presença da grande muralha defensiva influenciou em muito o desenho e articulação do recinto monástico. O limite aqui em questão surge da apropriação de uma das torres da linha da muralha, tratando-se de um corpo com grande presença, este acabou por desempenhar um papel de importância na cerca, havendo consequentemente um conjunto de espaços envolventes que são desenhados em função desta torre adaptada e da muralha que a abriga. Em questão está um percurso ladeado de divinas que atua como grande eixo no sentido Nascente/Poente que é rematado a Poente pela pré-existência e um espaço que se desenvolve para sul da torre ocupada com uma proporção bastante alongada definida pela muralha e por um muro paralelo a esta.

Especialmente este é um volume elementar, que resultando da adaptação da torre da muralha naturalmente tem uma proporção mais vertical. A este espaço interior acede-se por uma abertura que está em continuidade com o percurso mencionado anteriormente, percurso este que ao contactar com a torre desenha através de dois muros baixos um espaço exterior que lhe transmite a escala necessária. Para além desta relação, a partir da torre adaptada é ainda possível aceder a uma pequena plataforma, definida por um pequeno muro de contenção, que atua sobre o espaço acima mencionado que se desdobra a sul da torre.

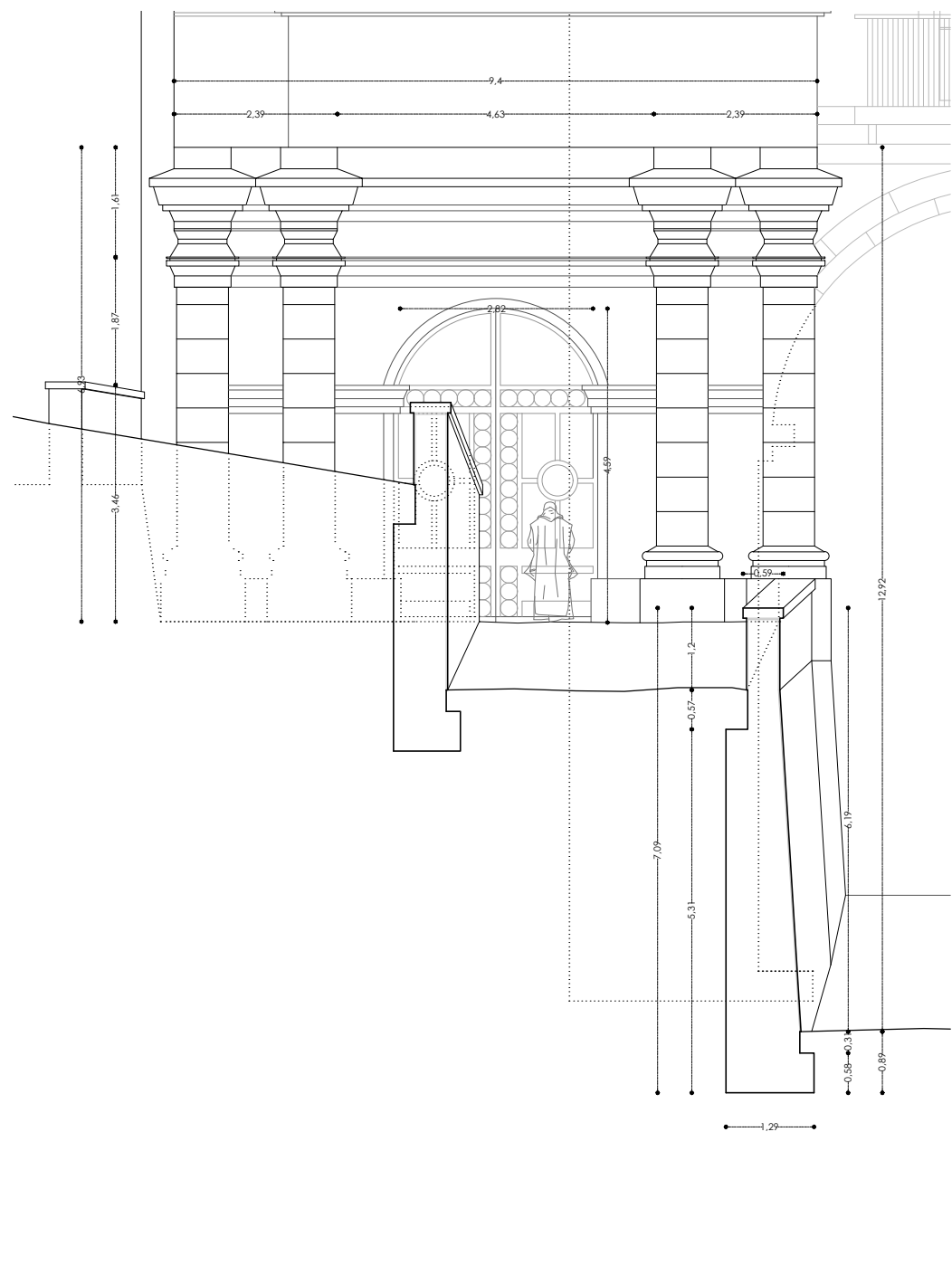


Limite de contenção de terreno que define a separação entre o exterior mais particularmente a Rua de São Vicente de Fora e a rampa que define o acesso ao telheiro de São Vicente, e o interior da cerca que neste caso em questão se refere ao terreno autónomo que se localiza a Norte do mosteiro de São Vicente, o qual permite o acesso ao piso interior do arco que desenha a ligação entre o mosteiro e a sua cerca. Este limite visto estabelecer uma diferença de cota muito significativa, permite, portanto, a relação visual com o exterior dominando a rua a passar em baixo.

Em relação à forma como desenha o terreno, este grande muro de contenção desenha um L em relação à rua. Tem uma presença esmagadora atingindo os 12,92m, definindo uma enorme tensão com o mosteiro, enquanto a partir do interior funciona apenas como guarda pois a plataforma que configura o terreno está a uma cota 11,30m superior. Em relação ao acesso ao Telheiro de São Vicente a altura deste limite já não é tão substancial, pois neste ponto, o muro em questão inflete para Norte desenhando um pequeno segmento perpendicular à Rua de São Vicente de Fora, já elevado 4,19m em relação à rua. Neste ponto dá-se o acesso ao terreno através de um grande portão, portão este que é sucedido de um lance de escadas que permitem alcançar a cota do terreno. De salientar a sensibilidade no desenho do terreno pois foi conseguida uma boa articulação no acesso ao terreno e articulação com a rampa de acesso ao Telheiro de São Vicente. Desenhando o portão de acesso no ponto onde o terreno dá para a uma cota intermédia permitiu que o lance de escadas existente não fosse demasiado pronunciado.

Desenho do portão de entrada garante um acontecimento na subida até ao Telheiro de São Vicente, através da escala de entrada que ali se estabelece, espaço esse que permite olhar sobre o Largo de São Vicente, por último, de mencionar a forma como o lance de escadas que sucede o portão de entrada no terreno está desenhado, pois acaba por desenhando um momento de tensão antecedendo o terreno propriamente dito, pois, o lance de escadas é escavado no terreno.

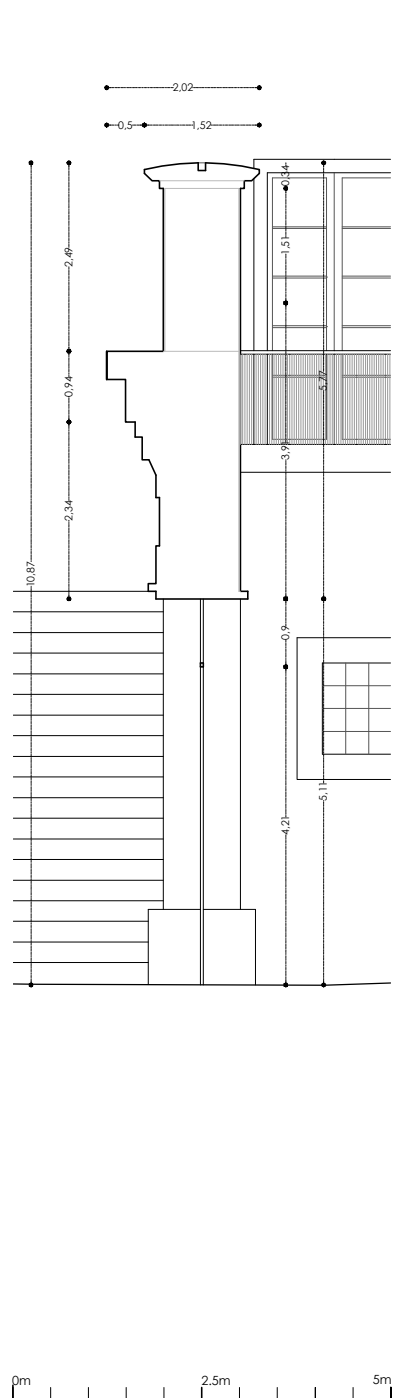
Construtivamente o muro é constituído principalmente por alvenaria de pedra rebocada, exceto no portão de entrada, pois como há a relação muito direta que com o mosteiro, quer com a larga em frente, este acaba por ter alguns elementos de adorno em pedra calcária no seu alçado, nos remates do arco da via e capeamentos.

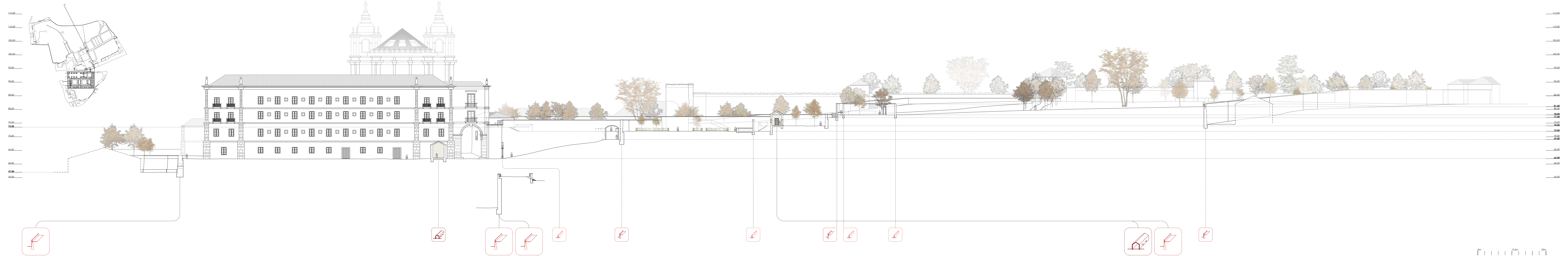


Muro simples. Limite entre o exterior e o pólo que desenha o acesso ao Mosteiro de São Vicente de Fora. Este muro de forma a responder à escala do mosteiro e a criar um barreira eficaz em relação ao exterior atinge a altura de 10,87m. Esta grande altura deve-se em parte ao facto de este limite limitar também a escadaria que desenha o acesso à Igreja do mosteiro, portanto, a cerca deste muro limita de responder também à cota de entrada da Igreja.

Do ponto de vista espacial este limite encarado de forma isolada é elementar, não desenhando nenhuma forma de estar propriamente dita. A exceção do grande portão de entrada não há mais nenhum acontecimento. Mas tendo este limite no contexto onde se insere é bastante óbvio o seu papel na definição do lugar. Pela sua altura, este limite acaba por atuar como um dos alçados do Largo de São Vicente, limitando-o a Sul. Visto que um muro constitui sempre um eixo de assimetria, separando duas realidades, no mesmo terreno que define o largo em frente ao mosteiro configura o pólo de acesso ao mosteiro que medeia a transição entre exterior/rua e interior/mosteiro. Por último, como já referido, este grande muro delimita a Sul a escadaria de acesso à Igreja de São Vicente, configurando a plataforma à cota alta a partir da qual se pode também contemplar o largo.

Do ponto de vista construtivo, relacionando-se diretamente com mosteiro e largo, este limite, para além da sua estrutura base em parede de alvenaria em pedra rebocada possui um friso em pedra calcária ornamentado que acaba por definir todo o arco em volta do portão de entrada. O capeamento deste limite segue a mesma lógica utilizando o mesmo material. O portão propriamente dito já é feito numa grade metálica.



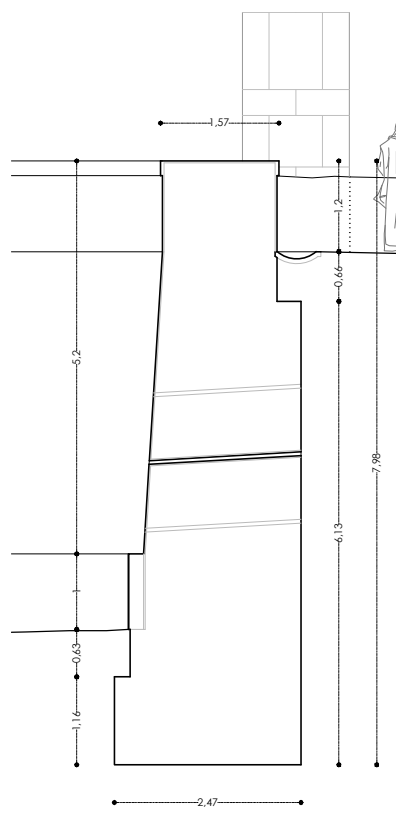


Muro de contenção de terreno. Limite entre o exterior e a área da cerca adjacente ao Mosteiro de São Vicente de Fora. Este limite define a grande plataforma que se estende para Nascente e para Sul do mosteiro, criando, portanto, um grande embasamento que estabelece um intervalo entre a casa monástica e os edifícios envolventes. Este grande plano artificial que se desenvolve nas traseiras do mosteiro permite ao mesmo tempo a elevação necessária para criar um miradouro que domina a colina e estende a vista até à margem oposta do rio Tejo.

No que toca ao desenho do terreno, este limite estabelece uma diferença de cota suficiente, para em relação ao nível da plataforma não ser mais que uma guarda não abstruindo a enorme vista que a colina de São Vicente tem sobre o Tejo e a zona ribeirinha. Portanto em relação à rua este muro atinge os 6,20m e vence uma diferença de cota de 5,00m.

Do ponto de vista do espaço proporcionado, este muro é, como já referido, essencial na definição da plataforma das traseiras do mosteiro, mas também acaba por desenhá-lo ao agarrar a torre da muralha fernandina a Sul, no lado oposto da rua do arco de Lisboa, desenhando ao mesmo tempo a passagem para a zona da plataforma que é contígua ao alçado Sul do mosteiro.

A nível construtivo este limite com grande robustez é constituído por alvenaria de pedra rebocada.

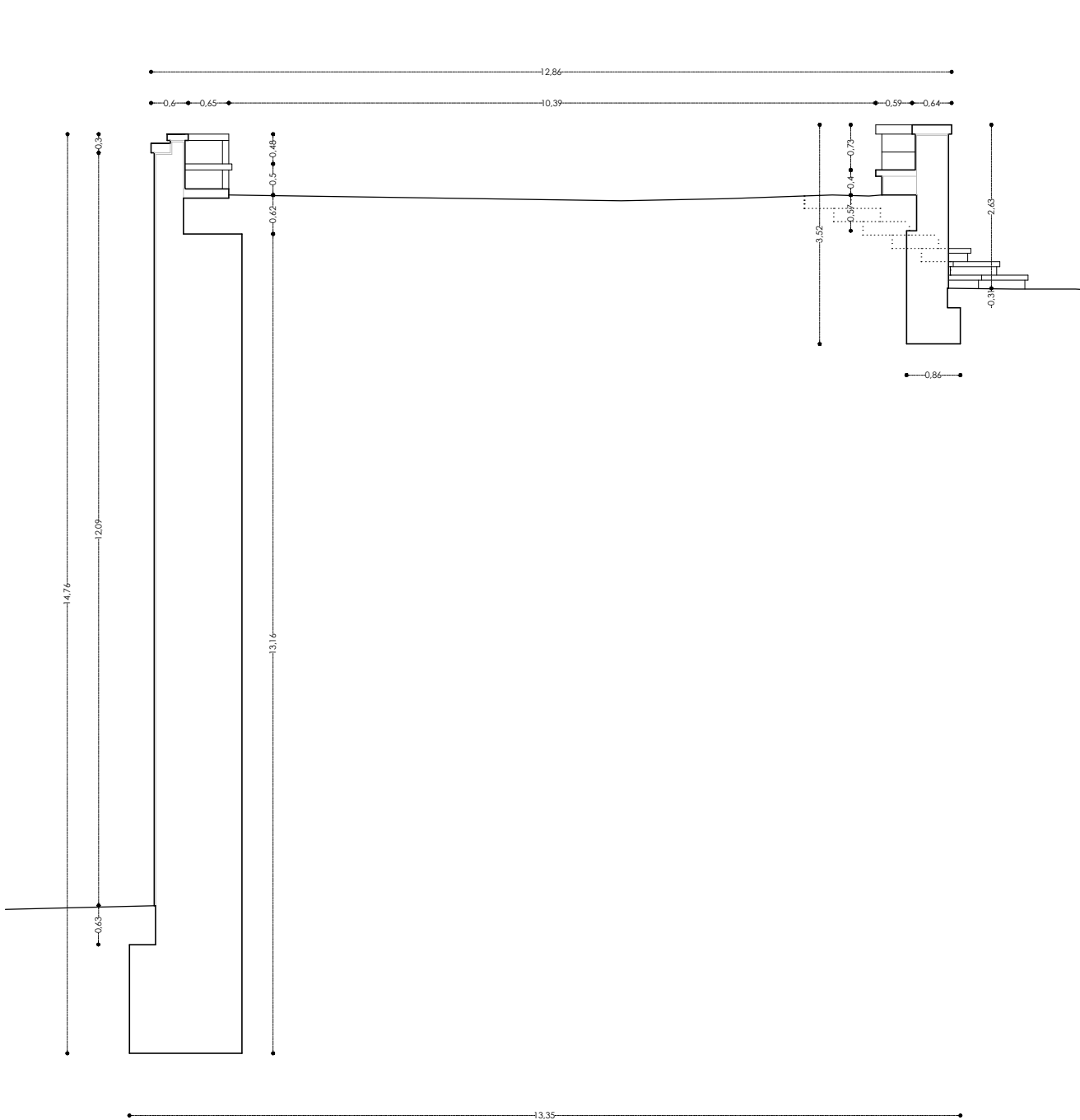


Muro de contenção de terreno. Limite entre o exterior e a área da cerca adjacente ao Mosteiro de São Vicente de Fora. Este limite define a grande plataforma que se estende para Nascente e para Sul do mosteiro, criando, portanto, um grande embasamento que estabelece um intervalo entre a casa monástica e os edifícios envolventes. Este grande plano artificial que se desenvolve nas traseiras do mosteiro permite ao mesmo tempo a elevação necessária para criar um miradouro que domina a colina e estende a vista até à margem oposta do rio Tejo.

Este limite, enquanto elemento de desenho topográfico, é essencial na definição do nível a que se desenvolve a cerca. Este recinto monástico começa a Norte, junto do Convento da Graça, de cota com a rua, mas enquanto o terreno com a sua pendente natural vai descendo, a cerca de São Vicente de Fora, através dos seus muros vai desenhando uma pendente menos acentuada que culmina na Rua de São Vicente de Fora e Campo de Santa Clara com um enorme muro de contenção que atinge os 12,30m, tendo do lado interior a mesma altura de 0,18m. É possível compreender por este elemento a forma como este recinto é um grande plano artificial que estabiliza e tapa da colina e a domina visualmente. Esta ocupação, em que com recurso a grandes muros se estabilizam grandes áreas de topografia, é de resto um processo de humanização típico no território de Lisboa. Assim, tendo em conta a altura da cerca, este limite atua como elemento que ajuda a agarrar, do lado oposto da rua em relação ao mosteiro, a ligação, desenhando um pequeno patamar que o articula com a cerca e

com o edifício anexo a esta. Por último, tendo em conta a tão grande diferença de cota entre o Campo de Santa Clara e este pequeno patamar, este limite desenha, através de uma espessura acrescida uma série de namoradeiras que permitem estar sobre este eixo de assimetria a contemplar o exterior com o afastamento necessário para que este universo protegido da cerca monástica não seja perturbado.

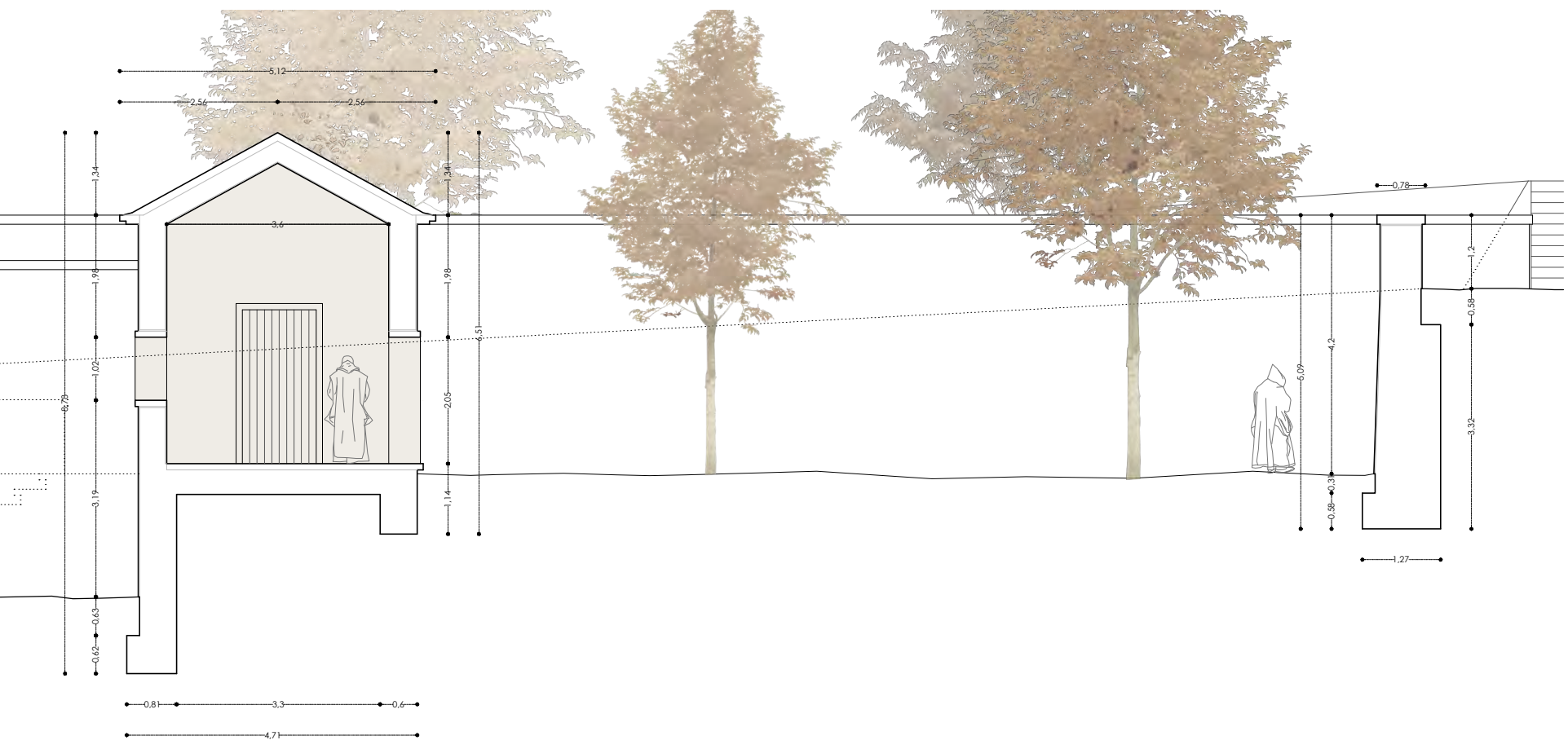
Construtivamente, estamos perante uma situação que está em continuidade com os limites desta cerca que se inserem na família de muros de contenção de terreno, sendo este muro constituído por alvenaria em pedra. Mas visto contactar com o elemento escultural do arco de ligação entre mosteiro e cerca, este muro vai buscar o mesmo material de remate de vãos e revestimentos existente no mosteiro e usa-o no seu capocimento e namoradeiras.

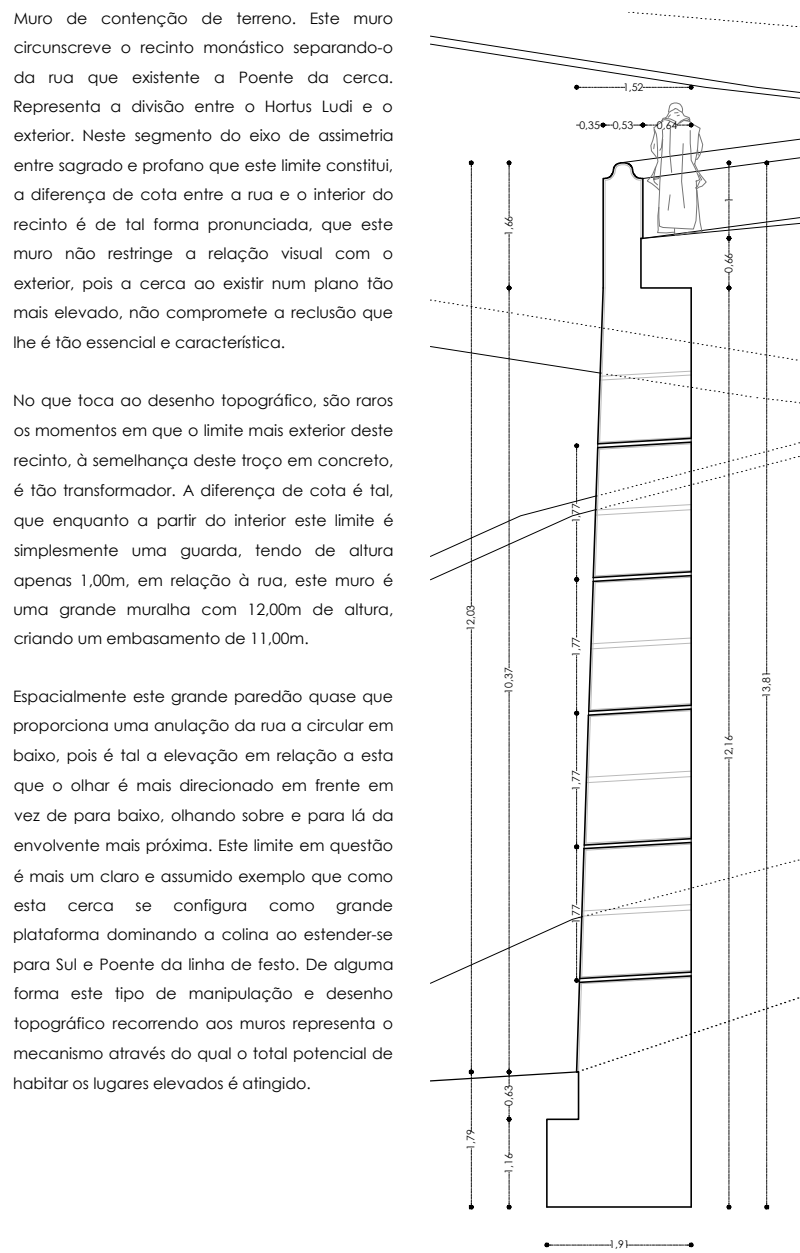
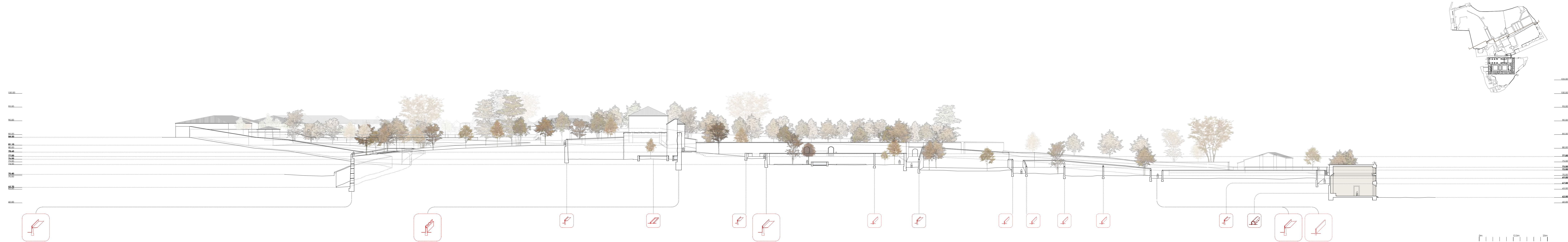


Limite com programa interior. Corpo que desenha a transição entre o Hortus Catalogi e um pequeno pátio existente a Nascente deste. O pequeno corpo atua como espaço interior que define a passagem entre dois espaços exteriores. Ao mesmo tempo, este pequeno muro habitado para além da espessura que define atua também como elemento de contenção de terreno estabelecendo a cota a que se desenvolve o pequeno pátio acima mencionado. A plataforma que aqui é definida permite controlar visualmente o percurso existente a Sul.

O Hortus Catalogi enquadra-se na hierarquia de uma cerca como um dos espaços mais importantes. Deste modo o seu desenho é regular, sendo habitual a manipulação topográfica para assegurá-lo. Esta cerca em concreto não foge à regra. O Hortus Catalogi é definido por um espaço selado por muros com uma ligeira mudança de cota que estabelece uma pequena plataforma. O desenho do limite em questão permite desenhá-lo a pequena pátio em continuidade com o desenho do Hortus Catalogi, definindo assim a única ligação entre estes dois espaços. Com esta transformação da topografia este limite tem a Sul na relação com o percurso 6,19m até à sua cerca, enquanto na relação ao pequeno pátio em tem 4,02m desenhando assim uma diferença de cota de 2,16m.

Em relação ao espaço criado por esta espessura habitada, é no fundo o mecarismo que permite articular dois espaços com naturezas distintas. Este espaço interior vai buscar a sua altura aos muros que delimitam o Hortus Catalogi. Tem uma relação muito direta com o pequeno pátio sendo o seu único acesso, mas em relação ao Hortus Catalogi, manifesta-se apenas na forma de uma abertura, não perturbando a relação hierárquica típica de uma cerca.





Muro de contenção de terreno. Este muro circunscreve o recinto monástico separando-o da rua que existe a Poente da cerca. Representa a divisão entre o Hortus Ludí e o exterior. Neste segmento do eixo de assimetria entre sagrado e profano que este limite constitui a diferença de cota entre a rua e o interior do recinto é de tal forma pronunciada, que este muro não restringe a relação visual com o exterior, pois a cerca ao existir num plano tão mais elevado, não compromete a recução que lhe é tão essencial e característico.

No que toca ao desenho topográfico, são raros os momentos em que o limite mais exterior deste recinto, à semelhança deste traço em concreto, é tão transformador. A diferença de cota é tal, que enquanto a partir do interior este limite é simplesmente uma guarda, tendo de altura apenas 1,00m, em relação à rua, este muro é uma grande muralha com 12,00m de altura, criando um embasamento de 11,00m.

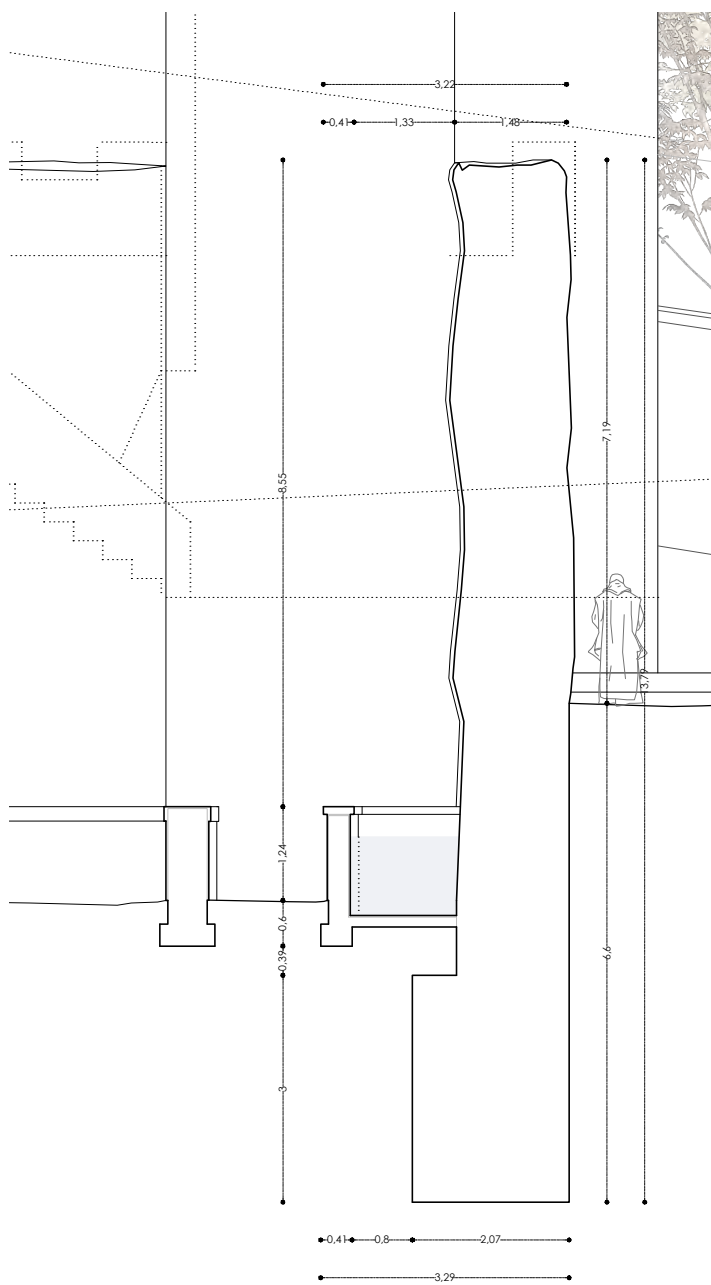
Especialmente este grande paredão quase que proporciona uma anulação da rua a circular em baixo, pois é tal a elevação em relação a esta que o olhar é mais direccionado em frente em vez de para baixo, olhando sobre e para lá do envolvente mais próximo. Este limite em questão é mais um claro e assumido exemplo que como esta cerca se configura como grande plataforma dominando a colina ao estender-se para Sul e Poente da linha de festa. De alguma forma este tipo de manipulação e desenho topográfico recorrendo aos muros representa o mecanismo através do qual o total potencial de habitar em lugares elevados é atingido.

Muro defensivo. Traço preservado da muralha fernandina. Este segmento define a separação entre a cerca monástica e um pólo de habitação, contíguo a uma habitação que limitam o Teheiro de São Vicente, localizado a Sul da cerca, através da assimilação da antiga linha defensiva de Lisboa, usando-o a favor do recinto. De uma forma geral é possível ler numa cerca uma correspondência entre limites e recinto. Estes limites variando nas suas tipologias, formas ou dimensões definem as relações que os recintos monásticos ou conventuais estabelecem com a sua circunstância, articulando as diferentes realidades e universos. O caso aqui em estudo destoa ligeiramente deste sentido de complexidade entre limite e recinto, isto porque se trata no fundo de uma adaptação de uma estrutura que responde a uma lógica aproximada, mas de uma escala completamente distinta. De modo que, se se tratasse de um muro desenhado em função do recinto, nesta situação em concreto, era obviamente necessário estabelecer uma barreira entre cerca e o pólo ao qual esta é contígua, mas este elevar-se-ia apenas o suficiente para impedir qualquer contaminação entre as duas realidades. Este não é o caso, tratando-se da muralha fernandina esta possui uma cêrcea que, como pretende responder a um diferente objetivo, é muito mais alta do que aquilo que seria necessário.

Topograficamente, este muro articula diferenças de cota que atingem os cinco metros, definida a plataforma à cota inferior, na qual se encontra o pólo do edifício do Teheiro de São Vicente, mas visto ser uma estrutura tão alta, tem uma presença claríssima, quer em relação ao interior, quer em relação ao exterior, tendo de altura 7,19m e 9,29m respetivamente.

Especialmente este limite não desenha uma forma de permanência, mas uma certa desproporção que lhe é patente tem a sua implicação na forma como a relação entre o recinto monástico e o exterior é vivida. Enquanto que em limites que ultrapassassem apenas por

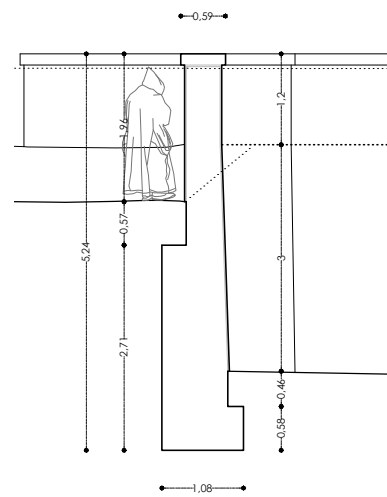
pouca a altura de uma pessoa, se poderia ainda captar algo do que se passa do lado oposto, com um limite tão assumido e pronunciado é anulada por completo qualquer contígua ou transposição entre os diferentes versos deste limite.



Muro de contenção de terreno. Limite entre o Hortus Catalogi e o Hortus Ludí. Este muro é um dos elementos que desenha a topografia de modo a estabelecer a plataforma onde se encaixa o Hortus Catalogi. Ao mesmo tempo este muro também dá continuidade ao percurso que a partir de uma cota mais elevada ladeia o horto acima referido. De modo que este é um limite que permite relação visual entre dois espaços.

Topograficamente, este é então um sistema que define uma diferença de cota entre um espaço exterior de grande importância e um percurso periférico a este, de modo que, em relação ao primeiro, este limite constitui um muro com uma presença afirmada, atingindo os 4,20m, enquanto em relação ao segundo, este é uma simples guarda que dá apoio ao percurso atingindo apenas os 1,20m. Este limite, portanto, define uma diferença de cota com 3,00m.

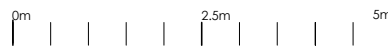
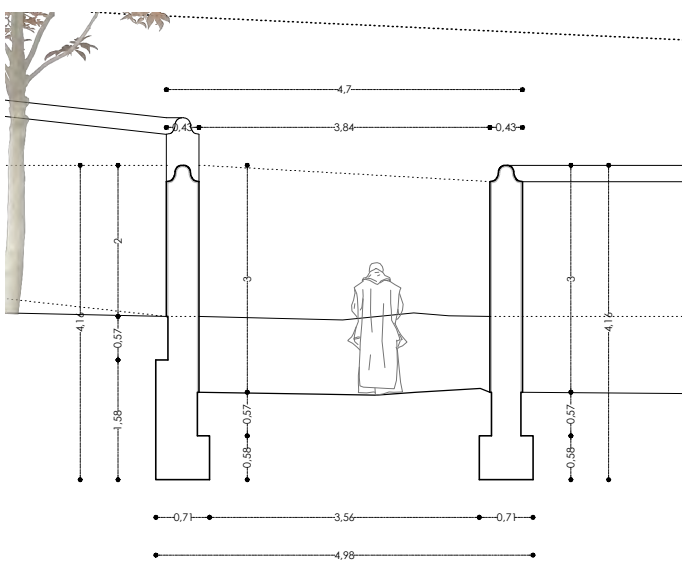
Espacialmente, o limite em questão é elementar, não desenhando uma forma de permanência ou um espaço de habitar em si. Mas este elemento é fulcral ao estabelecer o espaço do Hortus Catalogi enquanto grande caixa aberta ao céu. Ao mesmo tempo a relação de contemplação, que a partir do percurso, este limite desenha, está em perfeito acordo com a hierarquia dos espaços de um recinto como este. Esta relação vem reforçar a importância do Hortus Catalogi, não só pela complexidade espacial já patente neste espaço, mas também enquanto centro gravítico a partir do qual se gera o desenho da cerca de São Vicente.

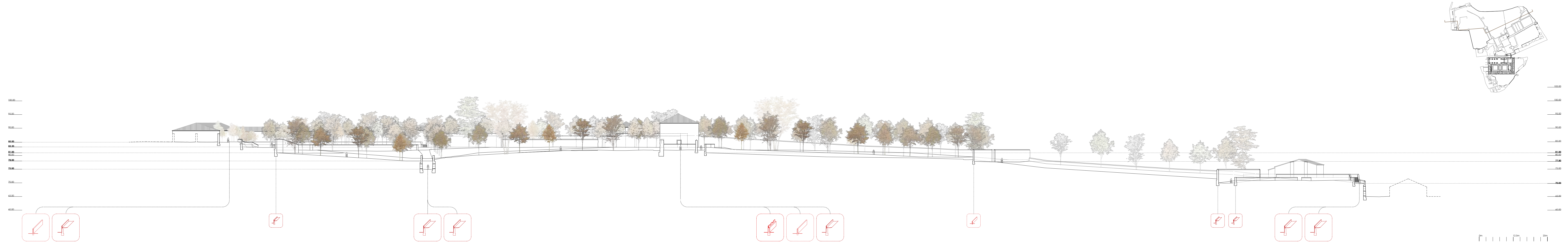


Conjunto composto de muro de contenção de terreno e muro simples. Este conjunto é um exemplo comum neste recinto. São estes os elementos que articulam as divisões e subdivisões que constituem a cerca do Mosteiro de São Vicente de Fora. Estes elementos definem "lhas", se assim pudermos chamar que correspondem maioritariamente a espaços de cultivo. Os muros altos aqui não só como elementos que separam, mas também como elementos que protegem. Por outro lado, para lá de conterem espaços encerrados, entre eles, desenharam a rede de percursos que interliga toda a cerca.

Topograficamente, estes limites não são muito transformadores. Apenas um deles desenha, de forma muito ligeira, o terreno de modo a definir no seu interior uma cota estabilizada. Deste modo a sua presença é bastante semelhante quer vista do interior, quer vista do exterior, atingindo o muro de contenção de terreno e o muro simples 3,00m de altura.

Apesar de estes limites serem elementares, há o resolver a diversidade espacial criada por estes na rede de percursos que interliga toda a cerca. Neste caso em concreto, trata-se de um momento onde o percurso se define como um corredor relativamente estreito, a céu aberto, desenhando uma proporção de 3,00m x 3,84m que gera uma passagem com uma tensão bem vinculada.

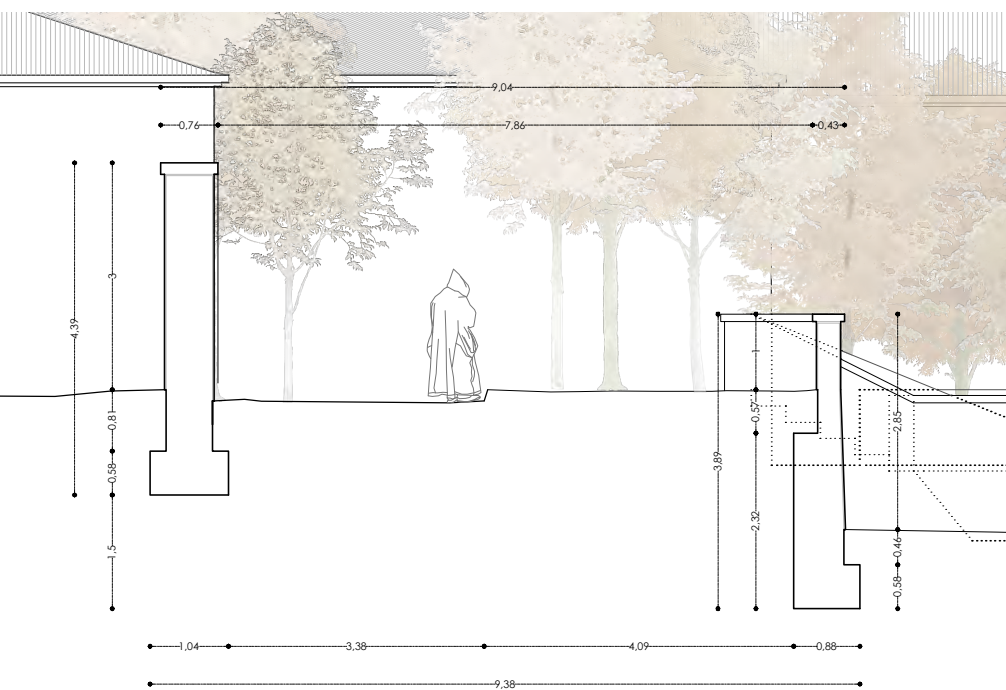




Sequência de muro simples de limite de propriedade, mas muro de contenção de terreno. O primeiro cria a separação entre o exterior e o interior da cerca, tendo em conta que aqui não existe uma diferença de cota entre o exterior, que neste caso é o pátio de um edifício, e o interior. Deste modo o muro necessita de atingir uma certa altura para cumprir o seu papel enquanto barreira adequadamente, ainda assim não excede a altura das edificações que limitam a cerca a Noroeste estando em continuidade com o seu desenho no que toca a cêrceas. O segundo muro prolonga a cota do terreno no exterior desenhando uma plataforma que se debruça ligeiramente, a partir de Oeste, sobre o interior da cerca.

Topograficamente temos então um primeiro limite que não desenha o terreno, mas um segundo limite que o faz desenhando a ligeira diferença de 1,85m.

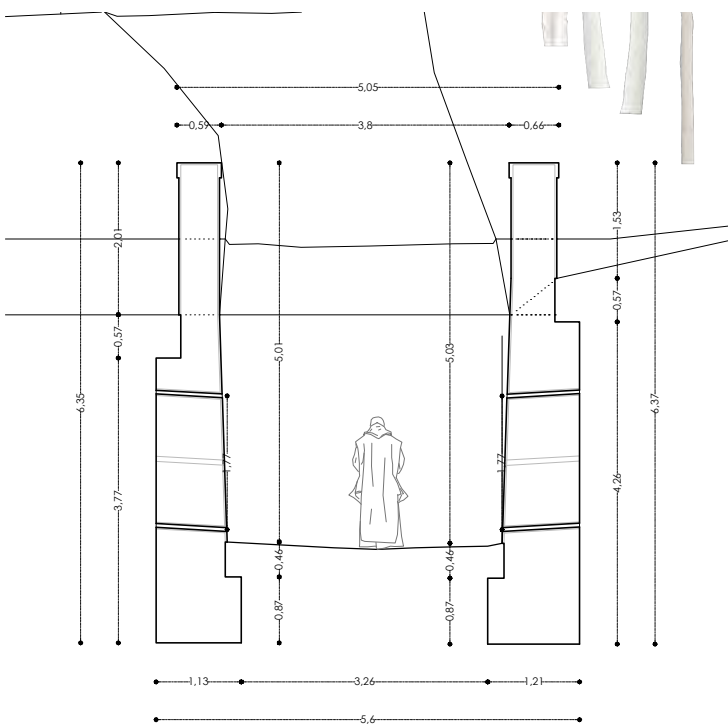
Especialmente os limites em si mesmos não desenharam uma forma de estar em particular, mas como já referido desenharam uma plataforma estabilizando e prolongando a cota do terreno que vem do exterior, definindo assim no ponto mais alto do recinto uma plataforma de mirante, ainda com uma largura considerável (7,86m) sobre grande parte da cerca que se desenvolve para Sul e Nascente.



Conjunto composto por dois muros de contenção de terreno, que apesar de não constituírem um limite exterior, são os elementos que desenharam o terreno de forma a estabelecer uma das entradas no recinto monástico.

Do ponto de vista topográfico, esta entrada funciona como uma rampa desenhada contra o terreno de modo que estes muros de forma muito abrupta vencem uma diferença de cota considerável onde no ponto de mais baixo chega a atingir os 4,00m. Em relação à entrada estes muros chegam a atingir os 5,03m enquanto em relação à plataforma da cerca, no momento em que esta entrada o atinge, estes limites atuam como simples guardas.

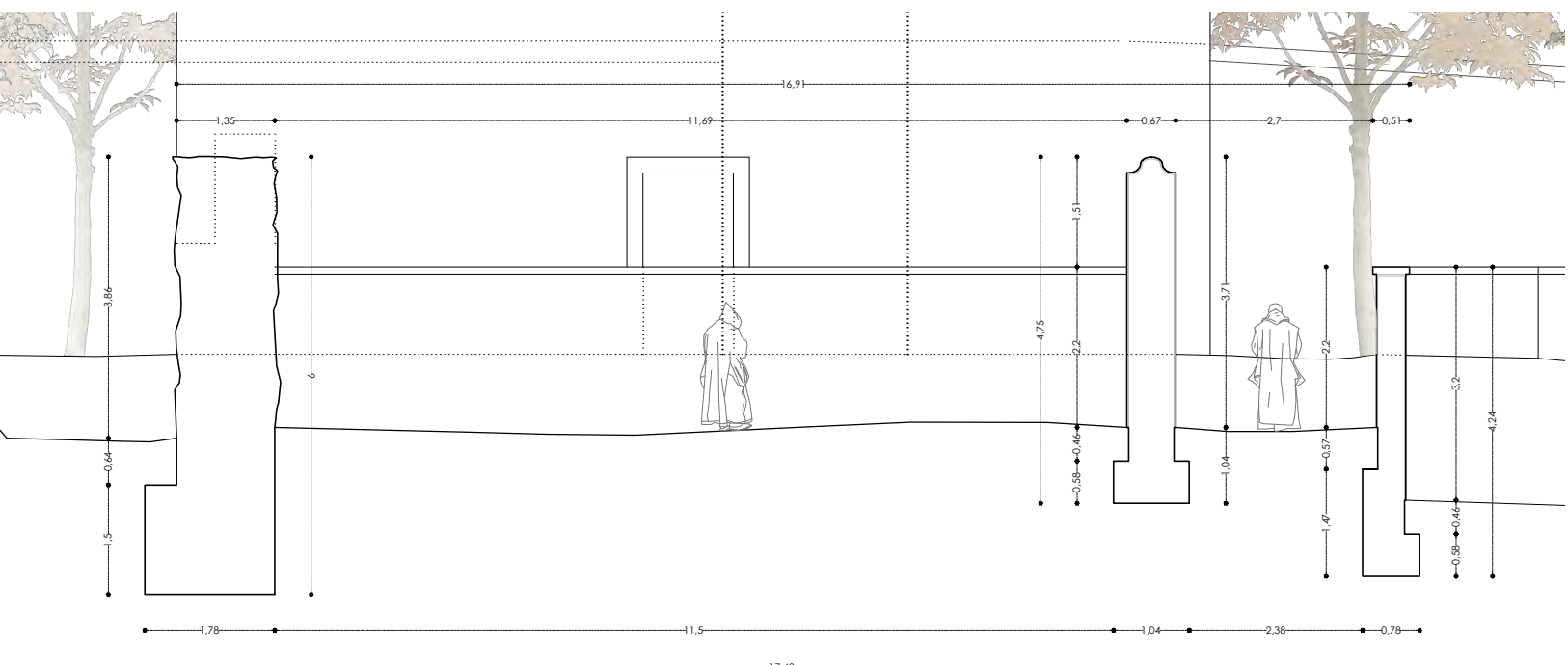
Especialmente, estes dois elementos criam um momento de entrada com uma tensão bastante afirmada, visto tratar-se de um espaço que no fundo se assemelha a uma fenda. Espaço contido entre o terreno envolvente. O desenho de rampa ligando a rampa ao terreno proporciona por outro lado a condição de a entrada ser bastante controlada visto a cota da cerca envolver e dominar visualmente este espaço de entrada.



Conjunto composto por um muro defensivo, um muro simples de contenção de terreno e um muro de contenção de terreno. Os dois primeiros limites têm como propósito desenharem um espaço de carácter mais particular que se desenha a partir da presença do volume da torre da muralha fernandina que foi adaptada de modo a ter uma utilização que fosse mais própria da cerca do Mosteiro de São Vicente de Fora. O terceiro limite desenha o percurso contido entre muros que culminam na entrada para a torre adaptada acima mencionada.

No que toca ao terreno não há grande transformação, visto a topografia nesta área ser bastante estável, de modo que estes limites têm uma presença muito semelhante quando vistos a partir de qualquer um dos seus versos, excetuando o muro de contenção de terreno obviamente, pois este faz com que o percurso que ladeia o espaço que se desenha em continuidade com a torre adaptada esteja ligeiramente elevado em relação ao espaço do Hortus Ludi e Nascente.

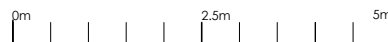
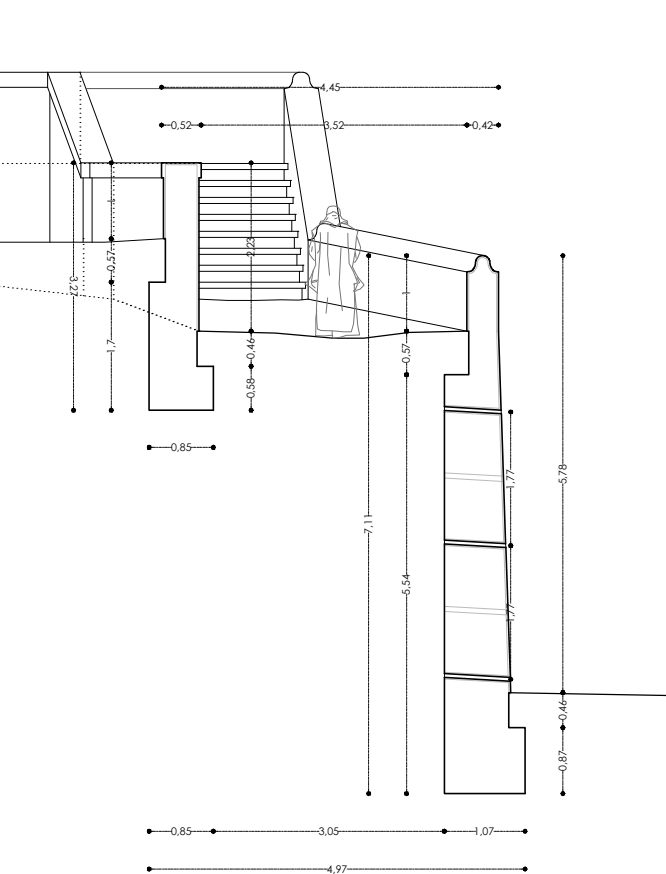
Especialmente estes limites, do ponto de vista individual não desenharam uma forma de estar, mas em conjunto desenharam uma grande caixa alongada, aberta ao céu que a própria torre adaptada e permite que a sua escala seja lida como elemento de protagonismo no recinto monástico. Por outro lado, estes muros justam a forma como houve sensibilidade ao lidar com a fortíssima presença da muralha fernandina, e como esta foi um elemento que foi fortemente potenciado enquanto gerador de espaço, sendo utilizado de forma muito natural a favor da cerca. Outra questão a resolver prende-se com o desenho dos percursos, em foco também nesta situação em particular. Esta malha é de extrema importância na organização da cerca pois desenha os acessos a todos os espaços articulados, tendo em simultâneo uma grande riqueza espacial, valendo entre corredores abertos ao céu e plataformas de mirante sobre o recinto monástico.



Conjunto composto por um grande muro de contenção que define o limite exterior da cerca e a separa da rua que a circunda o Nascente, e o muro de contenção menos significativo que define em simultâneo um percurso periférico desenvolvendo-se no limite do recinto e um espaço de cultivo da cerca. Aqui como de resto é comum em grande parte do recinto, considerando a grande diferença de cota que existe entre a rua e a cerca, o limite mais exterior permite a relação visual com exterior, dominando a rua, não comprometendo a privacidade e reclusão da cerca.

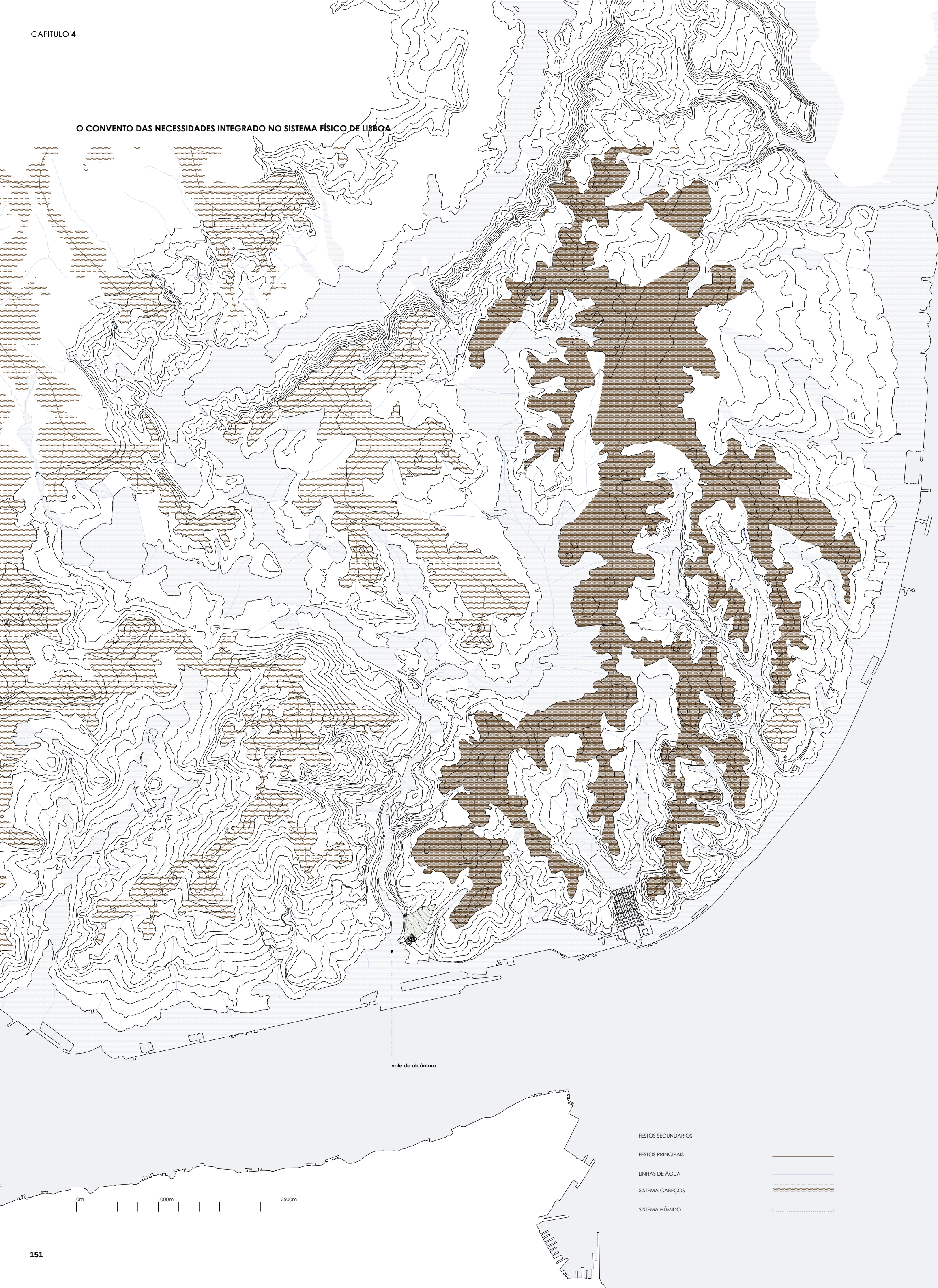
No que toca ao desenho da topografia estes dois limites em conjunto vêm novamente reforçar o carácter desta cerca enquanto grande plataforma elevada, grande massa de terreno construída, de modo que em relação à rua o muro de contenção exterior tenha uma grande presença atingindo os 5,78m, vencendo 4,78m de diferença de cota, enquanto em relação ao interior atua como simples guarda. O segundo muro de contenção, menos transformador implanta-se de forma a desenharem uma relação semelhante debruçando-se em vez de sobre a rua, sobre o percurso periférico. Aqui a diferença de cota definida é de apenas 1,20m.

Do ponto de vista do espaço desenhado há a salientar a sequência de plataformas que se debruçam uma sobre outra, estabelecendo uma relação de controlo visual que se desenvolve do interior para o exterior. Aqui o espaço de cultivo exerce, a partir de uma cota ligeiramente mais alta, controlo visual sobre o percurso periférico, e este por sua vez desenhando uma diferença de cota mais significativa exerce controlo visual sobre a rua. De salientar ainda o carácter excecional deste percurso no limite da cerca, pois no recinto, trata-se do único momento em que este percurso é definido em ambos os lados por um muro, gerando em relação ao limite exterior um dos momentos com maior tensão.





O CONVENTO DAS NECESSIDADES INTEGRADO NO SISTEMA FÍSICO DE LISBOA



4.4 CASOS DE ESTUDO_O SÍTIO DAS NECESSIDADES, O SEU CONVENTO E A SUA CERCA

À semelhança da cidade de Lisboa, que em épocas mais recentes veio a perder algumas das suas características mais marcantes, o vale de Alcântara foi de igual modo sendo sucessivamente desvirtuado até ao ponto das suas qualidades paisagísticas e ecológicas se terem tornado virtualmente indetetáveis.

A metáfora de um palimpsesto - pergaminho manuscrito sobre o qual se faz desaparecer a escrita, para aí se escrever de novo - parece ser adequada, o que se associa inequivocamente a uma noção de perda. O vale de Alcântara foi alvo de transformação semelhante, donde foi eradicado qualquer traço que remetesse para um modo de vida mais antigo.

De igual modo, palavras e paisagens, são criações humanas e quando mantidas vivas são a melhor forma de nos compreendermos a nós mesmos enquanto povo, pois registam usos, formas de vida e ideais de uma cultura, preservando a memória dos homens.

A paisagem do lugar de Alcântara que se desenvolvia desde a desembocadura da ribeira ao vale e às suas encostas, é de facto como um palimpsesto, pois todos os vestígios de formas anteriores de ocupação foram eradicados, não permitindo atualmente imaginar a beleza que este local em épocas mais remotas possuía.

Por esta razão é difícil desvendar os motivos que originalmente conduziram à escolha deste local para a construção da cerca das Necessidades e respetivo convento e palácio, pois as suas qualidades cénicas e ecológicas foram gradualmente deturpadas até ao ponto de se tornarem irreconhecíveis. A escolha deste local, para a construção da cerca foi orientada por diversos fatores, os mais evidentes possivelmente tenham sido as qualidades do sítio que à altura da construção do convento (meados séc. XVIII) eram únicas mesmo no contexto de Lisboa.

É importante também referir um novo pensamento arquitetónico e territorial protagonizado por D. João V. Enquanto até ao início do séc. XVIII a localização do paço real era sobre a ribeira, junto à água, o monarca absolutista atribuiu de forma gradual renovada importância à topografia acidentada da cidade de Lisboa, de forma que as obras régias vão-se trasladando novamente para cotas mais altas, à semelhança de como era em épocas mais remotas da cidade de Lisboa.

D. João V convida a arquiteto Italiano Felippe Juvara a visitar Lisboa. Juvara compreendeu desde logo o potencial da configuração topográfica da Lisboa em encosta como suporte para um cenário esculpido em patamares e terraços, como embasamento a um grande palácio e jardins que desceriam até ao rio, demonstrando a plenitude do regime absolutista do rei. O projeto do arquiteto Italiano nunca ganhou corpo, mas despertou em D. João V a consciência das potencialidades latentes deste território, com especial interesse no sítio de Alcântara.

Este sítio possui uma paisagem envolvente de grande qualidade cénica decorrente da proximidade e domínio visual sobre o vale, o rio e o mar a Ocidente, vale este que preservava ainda características essenciais de uma paisagem rural. "O alto de Alcântara continha em si extraordinárias virtudes sob o ponto de vista paisagístico... garantia que pelo menos a Noroeste não haveria construções importantes que pudessem vir a ensombrar a nova fundação... uma pendente muito acentuada voltada ao rio, com uma exposição solar de eleição, destruindo de uma vista panorâmica sobre o centro da cidade, a barra do Tejo e o vale de Alcântara".

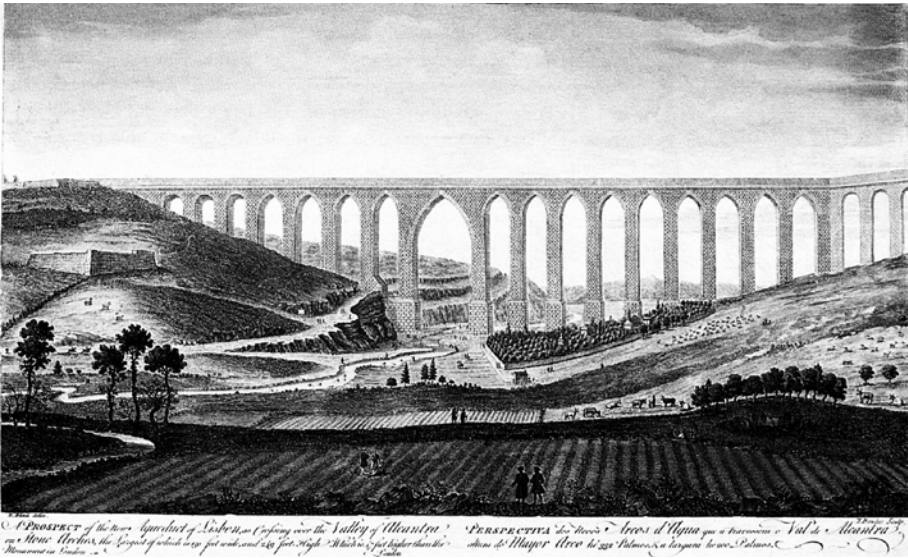
Das qualidades envolventes ao recinto, as vistas e a abertura à barra eram as mais fortes, pois o "prazo de Alcântara". Este era um local na margem do Tejo onde desaguiava uma ribeira navegável, de margens férteis, pontuado por quintas e casais, azenhas e pontes. O extenso vale que secciona Alcântara desenvolve-se no sentido Noroeste-Sudoeste e depois Norte-Sul por onde corre a ribeira que até à origem tem uma extensão de aproximadamente 10 quilómetros. A ribeira de Alcântara forma ao atingir o rio Tejo dois braços, e as suas margens irregulares armazenavam lodos e depósitos de areia alternadamente expostas e imersas conforme a maré. Esta condição atribuía à foz da ribeira, aliada às características basálticas dos solos e aos sedimentos fornecidos pelos cursos de água, proporcionava grande fertilidade a este local, de forma que se encontrava preenchido de hortas. A partir da cerca das Necessidades era possível contemplar este microterritório repleto de vida e atividade.

A foz da ribeira de Alcântara foi à semelhança do restante vale descaracterizada por intervenções que não souberam lidar com a riqueza das pré-existências destruindo o valor paisagístico e ecológico daquela parcela na margem do Tejo. Os projetos levados a cabo em finais do séc. XIX, início do séc. XX, principalmente a construção do aterro e regularização das margens levadas a cabo pelo porto de Lisboa, acabaram por canalizar a ribeira de Alcântara, afetando drasticamente toda a paisagem daquele local.

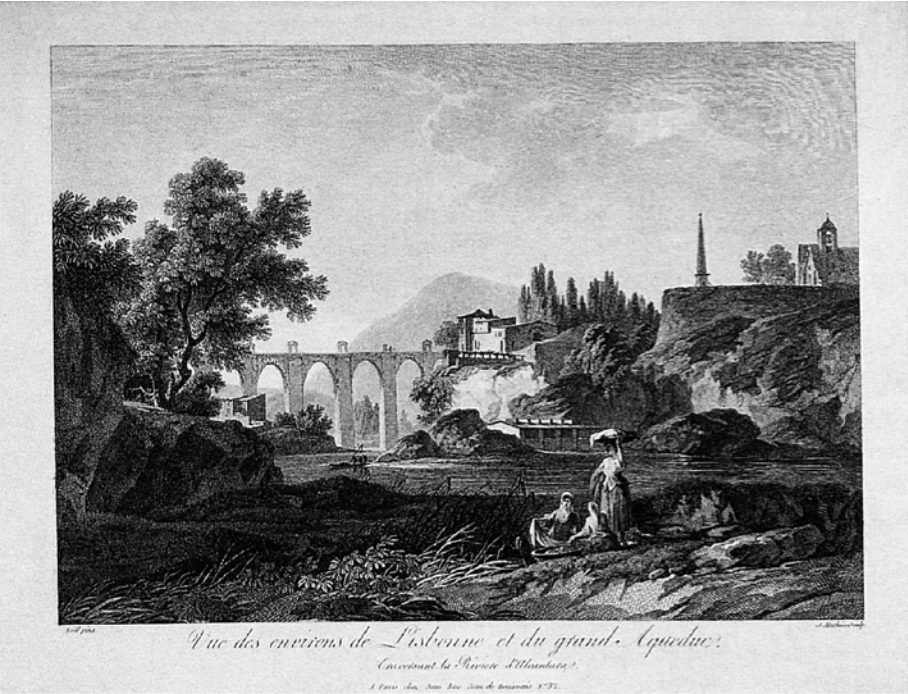
A partir da cerca das Necessidades, a relação com a água e com uma paisagem marcada por uma ruralidade que persistia em território urbano, foram substituídas pelos volumes e empenas cegas de fábricas edificadas na planura descontextualizadora do aterro, apagando todos os traços do que anteriormente existia. Como agravante a canalização da ribeira retirou à cidade uma das mais importantes linhas de água, cujas margens e encostas envolventes se poderiam facilmente converter num grande espaço verde qualificado com alto valor ecológico, bem como uma importante área para a gestão do sistema hídrico de Lisboa, pois constituía um lugar de descarga e manutenção natural do leito de cheia com funções de drenagem de grandes caudais causados pelas chuvas. O vale de Alcântara é hoje um espaço asfxiado por construções insalubres que desvirtuaram por completo as suas qualidades físicas.

Para além das obras de grande impacto paisagístico como foi o aterro do porto de Lisboa, a falta de consciência e visão urbanística conduziram a um desaproveitamento desta zona de aterro, na qual poderia ter sido estabelecida uma grande marginal a partir de uma grande praça que pudesse rematar o vale e articulasse o centro de Lisboa com Belém, convertendo este local, à semelhança da Praça do Comércio em mais um ponto charneira na cidade.

Outro acontecimento relevante neste local prendeu-se efetivamente com a construção da ponte 25 de Abril, que roubou ao perímetro murado das Necessidades uma das suas principais



O Vale de Alcântara atravessado pelo Aqueduto das Águas Livres. Gravura sem data, desenhada por R. Black e impressa por T. Boves



A beleza do Vale de Alcântara idealizada no século XIX. Gravura sem data, desenhada por Noël e impressa por Mathru, Lisboa, Museu da Cidade



Lisboa ribelíinha antes do terramoto de 1755. Lisboa, Museu da Cidade

Castel-Branco, Cristina,
Oliveira, Sónia - **Necessidades,
Jardins e Cerca**: Lisboa: Livros
Horizonte: Jardim Botânico da
Ajuda 2001 - pág. 32

Castel-Branco, Cristina,
Oliveira, Sónia - **Necessidades,
Jardins e Cerca**: Lisboa: Livros
Horizonte: Jardim Botânico da
Ajuda 2001 - pág. 55

qualidades que era a relação visual com o oceano. De um modo geral as qualidades territoriais que definiram a escolha do alto de Alcântara para a construção da cerca das Necessidades são imperceptíveis. A outrora vista que oferecia grande expansão visual devido á posição de grande dominância sobre uma paisagem de água de extraordinária beleza perdeu-se.

O sítio de Alcântara continha potencialidades que o tornavam num local idílico para fundar uma cerca conventual que pudesse refirar grande proveito das qualidades paisagísticas acima referidas, mas estes eram aspetos exteriores à cerca propriamente dita.

Os declives, as exposições solares, os solos, a abertura ao vento e a temperatura são características essenciais, à fundação de uma cerca, bem como, as vistas e a disponibilidade de água. Na maioria dos requisitos o sítio de Alcântara revelava-se favorável.

A área de cerca com aproximadamente 10 hectares murados e, portanto, bem definidos, manteve-se intacta graças ao limite que a envolve enquanto a cidade se desenvolveu no seu entorno. Este terreno localizado na parte ocidental da cidade de Lisboa, estende-se desde a Calçada das Necessidades, a Este, até à Rua da Borja, a Norte, descendo até à Rua Capitão Afonso Pala que a limita a Oeste.

O terreno da cerca desenvolve-se sensivelmente entre as cotas 20 e 80, virado a Su-sudoeste, o que lhe confere um atributo particular, de estar protegida dos ventos dominantes de Norte e Noroeste, mas de estar aberta às massas de ar mais amenas provenientes do Rio Tejo, a Sul. A pendente neste local é bastante vincada situando-se entre os 5 e os 15% sendo em grande parte superior a 10%. Ao nível dos solos o perímetro murado foi fundado sobre um afloramento calcário. Todo o terreno assenta no cretácico turoniano de formação denominada “calcário de alcântara”. Sendo o solo original da cerca relativamente pobre, devido a sua natureza calcária, foram feitas sucessivas operações no terreno, nomeadamente aterros, onde foi introduzida terra viva e matéria orgânica resultantes na configuração topográfica que hoje é reconhecível.

A falta de água em nascentes ou poços na encosta onde se implanta a cerca foi um fator limitante. Deste modo a construção do Aqueduto das Águas Livres veio possibilitar a utilização do recinto como espaço de produção agrícola e jardim de traçado barroco, alimentando todas as suas fontes. Facto é que o aqueduto transpunha já o vale de Alcântara quando foi decidida a localização de cerca. É, portanto, seguro afirmar que esta infraestrutura constituiu mais um fator de peso na escolha do local para a fundação da cerca, pois a partir de aqueduto construiu-se um ramal para abastecimento das Cerca das Necessidades.

Ao analisar de forma aproximada o conjunto constituído por palácio, convento e jardins evidenciam-se alguns elementos barrocos, soltos e sem grande unidade palácio/jardim que constitua um todo. O desenho dos espaços verdes mais formais está sim, mais em conformidade com o convento. Se na cerca das Necessidades tivessem sido seguidos os cânones do barroco, o projeto ao lidar com os acentuados declives característicos do local teria que recorrer a grandes muros de suporte para fazer o terreno obedecer aos grandes eixos cartesianos dos jardins iluministas. Facto é que a situação não se verifica.

Os fatores que determinaram a organização e exploração dos terrenos da cerca foram de ordem mais pragmática e não puramente ideológica ou estética: “É a prática agrícola da cerca do convento que domina todo o espaço, desde o horto conventual de dimensão medieval, ao laranjal de produção e ornamento na parte baixa de regadio, aos terrenos de sementeira de sequeiro, com moinho de vento a assegurar a produção de farinha”.

Foram os membros da ordem religiosa responsável pelo convento a definir a utilização da cerca. A totalidade do perímetro murado era utilizada como terreno agrícola. As culturas arvenses, frutícolas e horticolas eram predominantes, enquanto um pequeno jardim e horta ajardinada eram os trechos representativos do aproveitamento da terra, correspondendo ao hortus contemplationis e hortus catalogui respetivamente. Na cerca das Necessidades não atingido o purismo de estilo. Serão elementos naturais, os utilizadores e as especificidades das suas atividades que irão compor o traço orientador da cerca proporcionando ambientes acolhedores cujo encanto reside na informalidade.

O edifício (palácio e convento) e a cerca devem ser encarados como um trecho de paisagem de dez hectares, constituindo uma bela encosta, devido à sua predominância visual, mas que mesmo tendo pouca aptidão para a produtividade, os frades souberam ordenar para lazer e produção agrícola em simultâneo. A cerca era naturalmente ocupada por pomares, particularmente de citrinos, havendo também uma vinha bem como de grande área de sementeira, a Norte junto do moinho. “ um jardim decorado de estátuas e vasos de mármore, com seu lago no meio: de compridas ruas de bosque, perfeitamente alinhadas, cruzando-se, e encontrando-se em diversos largos não muito espaçosos, onde formavam uma estrela, da qual cada rua era um raio; de pomares de laranja, e outras frutas nos espaços que as ruas deixavam livres, mas encaixilhados em arvoredos silvestre; de uma horta ajardinada; de uma casa de regalo no fundo do bosque, com a sua pequena cascata dentro, e fora uma grande lago circular, tudo ensombrado de frondosas árvores, e finalmente de várias obras de ornato”.

Da cerca podem destacar-se enquanto espaços de maior relevância e complexidade o Jardim do Buxo e Horta dos Frades, que se situam a Norte do convento. Estes dois espaços encontram-se lado a lado, mas em plataformas a cotas distintas.

O jardim do buxo, como referido encontra-se á semelhança da horta a Norte do convento, tendo formato retangular (66x40m) é contido por muros e desenvolve-se em torno de um lago central. Os muros revelam a importância espacial do jardim do buxo no contexto da cerca, pois a sua espessura permite-lhes serem pontuados por vazos de flores e recortados de modo a proporcionar namoradeiras de onde é possível contemplar tanto o próprio jardim como boa parte da restante cerca, sendo este muro em particular o que limita o jardim do buxo a Oeste.

O jardim do buxo estando a uma cota inferior à horta, é separado por um muro de suporte. A mudança de cota é de resto um dos principais temas destes espaços revelando grande



O Palácio e Convento das Necessidades e o caos de Alcântara. 1804

Castel-Branco, Cristina,
Oliveira, Sónia - **Necessidades,
Jardins e Cerca**: Lisboa: Livros
Horizonte: Jardim Botânico da
Ajuda: 2001 - pág. 58

atenção à forma como é feita a transição entre as duas cotas. A escada que desenha esta transição reparte-se em dois lanços que definem o sentido da mudança de cota paralela ao muro que suporta a horta. Entre os dois lanços o espaço é pontuado por um nicho onde existe a estátua de um sátiro. Este nicho marca o eixo menor (Este-Oeste) do jardim. O muro de suporte que estabelece a mudança de cota é ele mesmo pontuado por nichos a intervalos regulares, e cada um deles era preenchido por uma estátua representando as virtudes. O maior eixo do jardim do buxo (Norte-Sul) é rematado a Sul por um acesso ao convento e a Norte por um nicho de dimensões mais generosas onde originalmente existira o busto de D. João V. Estes elementos de adorno remetem-nos para outra componente que atribui acrescida complexidade espacial a este jardim, o sistema de relações visuais. É dada especial atenção às principais linhas de força de modo que elas são assinaladas com espaços especificamente concebidos para albergarem elementos decorativos alegóricos quer à espiritualidade, quer a entidades de importância histórica. No muro que limita o jardim a Norte para além do nicho protagonista com o busto do rei fundador do convento, e à semelhança do muro a Este, existem também nichos adornados.

A horta dos frades afirma-se como contraponto em relação ao jardim do buxo. Um, um jardim conventual, de carácter produtivo e austero, o outro um jardim de recreio fortemente adornado.

“Sobindo pella escada do jardim entra-se em vários quartéis com um tanque de pedra no meyo de bastante grandeza, ao qual vem agoa por canos subterrâneos, e delle rega a horta... Está cheyo e tal muro de espaço a espaço da vazos grandes de pedra branca...”

Esta é claramente a reinterpretação do hortus catalogui dos conventos medievais, que eram uma horta ornamentada ligada a produção de espécies essenciais às boticas conventuais. A estrutura da horta revela grande rigor e simplicidade, que por isto se distancia do jardim do buxo formalmente. Dezasseis canteiros formando uma quadrícula de percursos entre eles, sendo os centrais mais pronunciados. Cada um destes canteiros subdivide-se em parcelas menores através de simples linhas que simplesmente demarcam uma cultura de outra.

A obra das necessidades

Não é clara a atribuição da autoria da obra das Necessidades, visto terem trabalhado nela uma sucessão de arquitetos e mestres de obras, o que originou o conjunto que não possui um a unidade projectual, resultando sim numa série de construções que se articulam entre si.

D. João V, principal motor para a realização das Necessidades, ao ser assolado por uma paralisia, reduziu o seu entusiasmo em relação à obra, a as Necessidades passaram a ser encaradas não como uma obra magnânima para ser gozada em vida, mas para que pelo rei se pudesse rezar, de modo que o pendor espiritual no complexo vai adquirir proporções mais significativas, passando o ênfase a ser conferido à capela das Necessidades e ao convento em detrimento do palácio.

Para além da influência pessoal direta do rei sobre a obra era também necessário reequacionar as proporções desta obra pois, financeiramente, o país encontrava-se esgotado devido ao impacto que a obra do convento de Mafra surtiu sobre os cofres do país. Deste modo a obra das Necessidades foi concretizada numa escala e forma mais contidas, e a falta de um eixo gerador de simetria enquanto fio condutor do traço do complexo, que se pudesse estender entre palácio, convento e jardins faz-se sentir. Portanto a relação de volumes do palácio, convento e igreja com o jardim não possui uma unidade geométrica, de forma que a sua disposição tem maior proximidade, por exemplo com as villas renascentistas italianas do que propriamente com a tipologia de palácios e jardins barrocos, com o seu rigor axial, que constituiria a principal tendência na Europa do séc. XVII e XVIII.

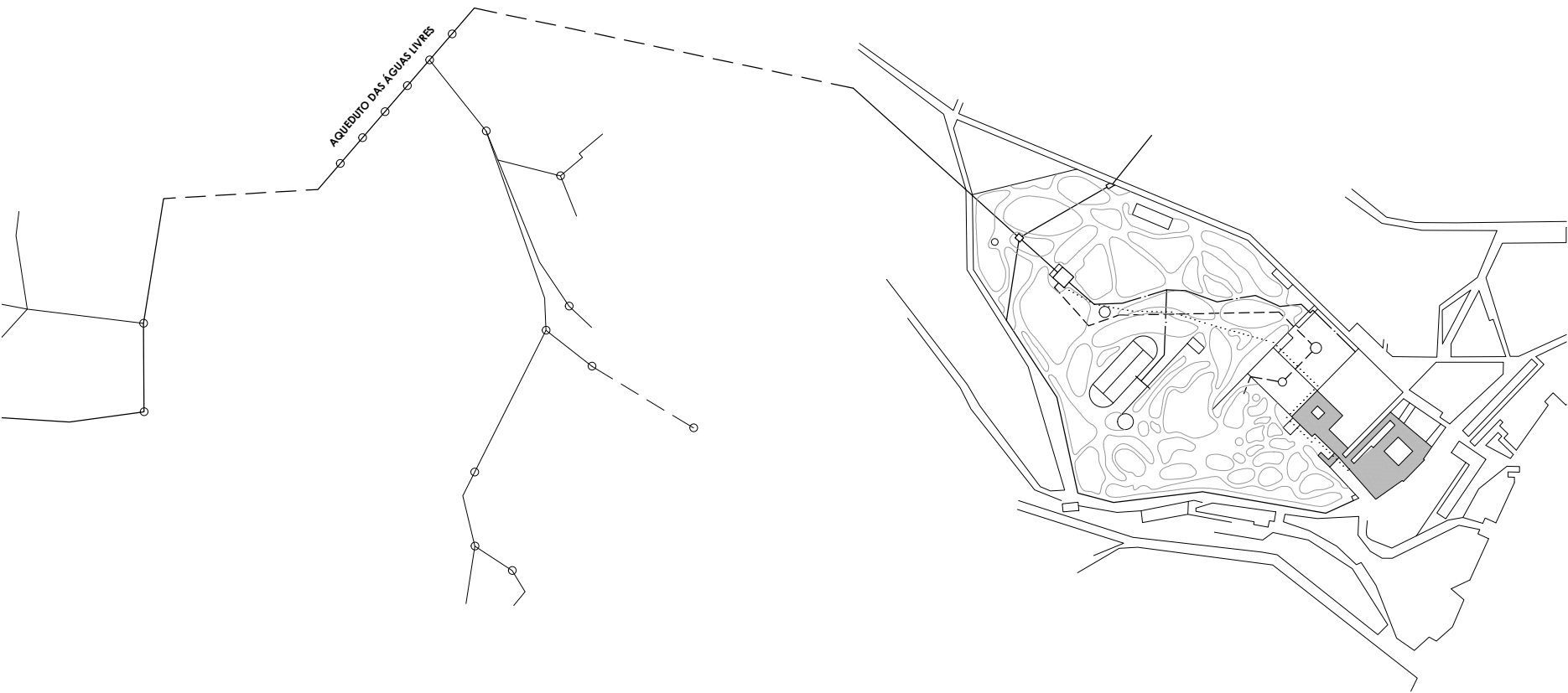
O convento

O convento, quando encarado na totalidade da tapada das necessidades, surge como parte indispensável na obra pelo seu papel da manutenção da cerca. O convento quando observado em planta surge como que refugiado pelo palácio, destacando-se apenas pela sua volumetria, que se assume por detrás do perfil horizontal do palácio. Com os seus cinco pisos apenas não ultrapassa a altura da torre sineira. Nesta torre desemboca o passadiço que constitui o único elo entre convento e palácio. De facto, este elemento vertical configura-se como um dos pontos charneira no conjunto da obra pois daqui partia também anteriormente outro passadiço que estabelecia uma relação direta entre palácio e jardim da cerca.

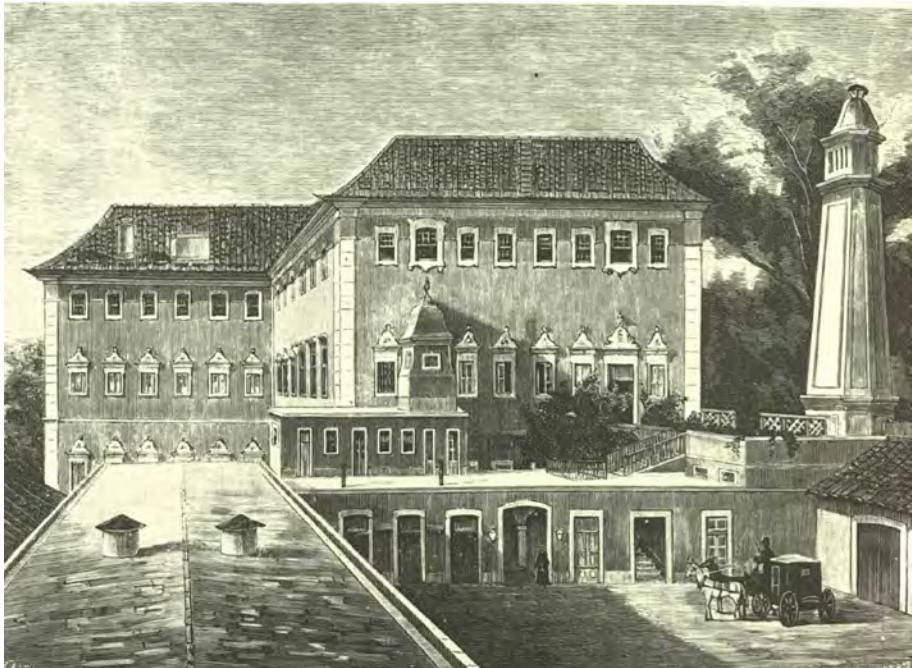
O convento volta-se para o interior, em relação franca e direta com o jardim, a horta e a restante cerca, num ato familiar de recolhimento do mundo exterior. A articulação entre os elementos da obra das necessidades faz-se de modo bastante orgânico e relativamente liberto de qualquer vontade de axialidade ou geometrismo.

O edifício do convento foi entregue à ordem dos oratorianos de São Felipe de Neri, este facto foi certamente influenciado pelo facto de o confessor de D. João V, o padre Domingos Pereira, ser membro desta ordem. O convento rapidamente se converteu num dos mais influentes locais de ensino do país.

A autoria da obra do convento é atribuída a Caetano Tomás de Sousa. O edifício em si compõe-se de quatro frentes divididas em cinco pisos. Destes pisos quatro orientam-se a poente e um deles a nascente, de forma a aproveitar o declive do terreno. O último andar albergava as celas dos religiosos. O andar principal, o quarto pavimento, continha mais celas capazes de albergar quarenta religiosos, bem como a biblioteca. O terceiro piso continha as aulas, refeitório e cozinha, comunicando com o pátio de entrada a nascente. O segundo pavimento continha as adegas, despensas e oficinas necessárias à comunidade responsável pela gestão da cerca e



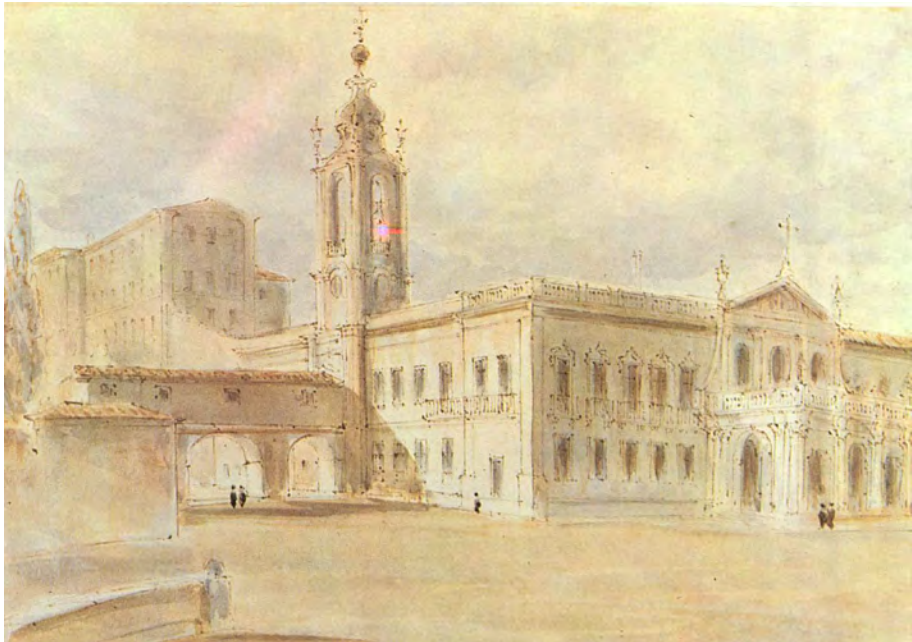
Planta das minas e encanamentos de água da Real Quinta e Palácio das Necessidades. 1901



Convento das Necessidades. Parte onde habitou D. Fernando após o casamento de D.João V.



Largo e Palácio das Necessidades



A cerca do Convento dos Capuchos em Sintra. Gravura sem data, desenha por W. B. Brunett e impressa por Hulmandel, colecção da Quinta de Santo Inácio, Avintes

dos seus requisitos. Este era o piso comunicante com o jardim do buxo. O primeiro andar era térreo e continha mais acomodações para religiosos desenvolvendo-se apenas na parte nascente e sul do convento.

À parte da principal volumetria do convento, a poente, encontra-se a casa de entrada, um volume de proporções bastantes contidas, que constituía o nó de acesso ao convento. Apegado ao convento a casa de entrada controlava todo o espaço de acesso ao convento, tornando este processo em algo bastante controlado. A cobertura da casa de entrada tinha a sua cobertura percorrível e estabelecia a ligação com o primeiro piso do convento a partir de uma cota mais baixa.

A nascente da volumetria mais pronunciada do convento existe o grande pátio que hoje constitui a entrada para o ministério dos negócios estrangeiros. O grande pátio albergava os estábulos, forno e armazéns.

O palácio

O traçado do palácio é de autoria do arquiteto Italiano Giovanni Servadonni, mas as obras por ele iniciadas acabaram por ser levadas a cabo por mestres portugueses. A situação de chamar mestres estrangeiros era frequente, particularmente derivados de Itália. Mas estes arquitetos não constituíram a introdução de um novo estilo, mas antes o estímulo do génio nacional português. A arquitetura de então é, portanto, através de agentes estrangeiros profundamente enraizada no carácter nacional.

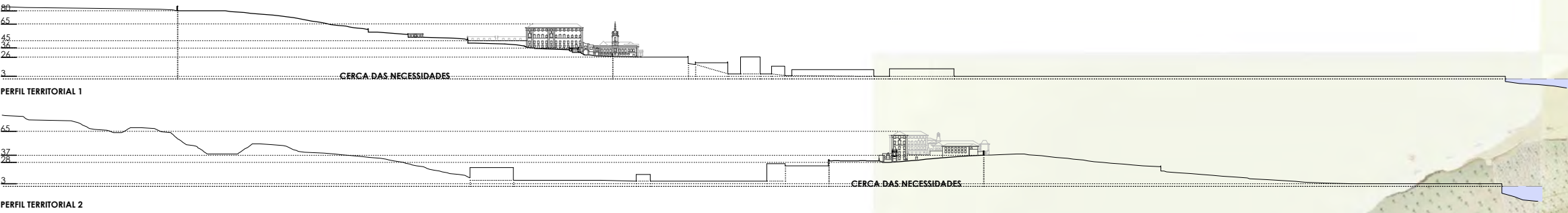
O palácio das Necessidades remete-nos imediatamente para esta noção. Se por um lado o palácio não respeita algumas constantes da mansão senhorial portuguesa, pelo relevo que concede à capela, em detrimento do próprio palácio, as suas linhas gerais por outro, vão de encontro aos cânones das casas nobres do séc. XVII. Um desses traços é claramente o gosto pela monumentalidade e pelas formas maciças. A fachada de carácter fortemente horizontal é atrativa justamente pelo comprimento das suas casas e desenvolve-se de modo geral em dois pisos. Um deles, o primeiro, designado de andar nobre, é facilmente identificável pela importância que é conferida aos vãos, de escala mais afirmada em comparação com os do piso térreo, mais ricos e ornamentados também.

Outro traço patente no edifício é a sua secura e austeridade estética inerentes à arquitetura do sul do país. A fachada que contrariamente às suas construções contemporâneas, apresenta um dinamismo resultante de não obedecer uma linha contínua, mas sim por se fragmentar em cinco partes, não só para melhor se adaptar à morfologia do terreno, como também maximizar o aproveitamento das excelentes exposições solares de que aquele local usufrui, bem como do panorama deslumbrante sobre o Tejo.

A assumida horizontalidade do edifício apresenta outra característica que apesar de não ter constituído a principal preocupação em fase de projeto, foi seguramente algo que o projetista teve em consideração ao planejar o palácio, a resistência sísmica.

O palácio em nada foi afetado com o terramoto de 1755, pois este constrói-se fechado sobre si mesmo, apoiando-se numa estrutura que se articula em torno de um pátio central. Este pátio central permite também iluminação das salas que se encontram em seu redor. Este espaço é claramente um dos espaços geradores da lógica de desenvolvimento do palácio. Em redor do pátio quadrado encontram-se os quatro corpos da habitação. O acesso era feito através deste, atravessando uma majestosa porta. Aqui se fazia o acesso ao piso nobre. O interior do palácio constituía-se por muitas salas, câmaras e antecâmaras. As divisões eram pequenas e diretamente intercomunicantes umas com as outras, por ausência de corredores.

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DO CONVENTO DAS NECESSIDADES E SUA CERCA BASEADA NA CARTA DE FELIPE FOLQUE 1856-58



A circle with a vertical line segment extending from the center to the top edge, labeled 'N'.

- 1 - CONVENTO DAS NECESSIDADES
2 - CERCA DAS NECESSIDADES
3 - PALÁCIO DAS NECESSIDADES
4 - CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO
- 1 - RIBEIRA DE ALCÂNTARA

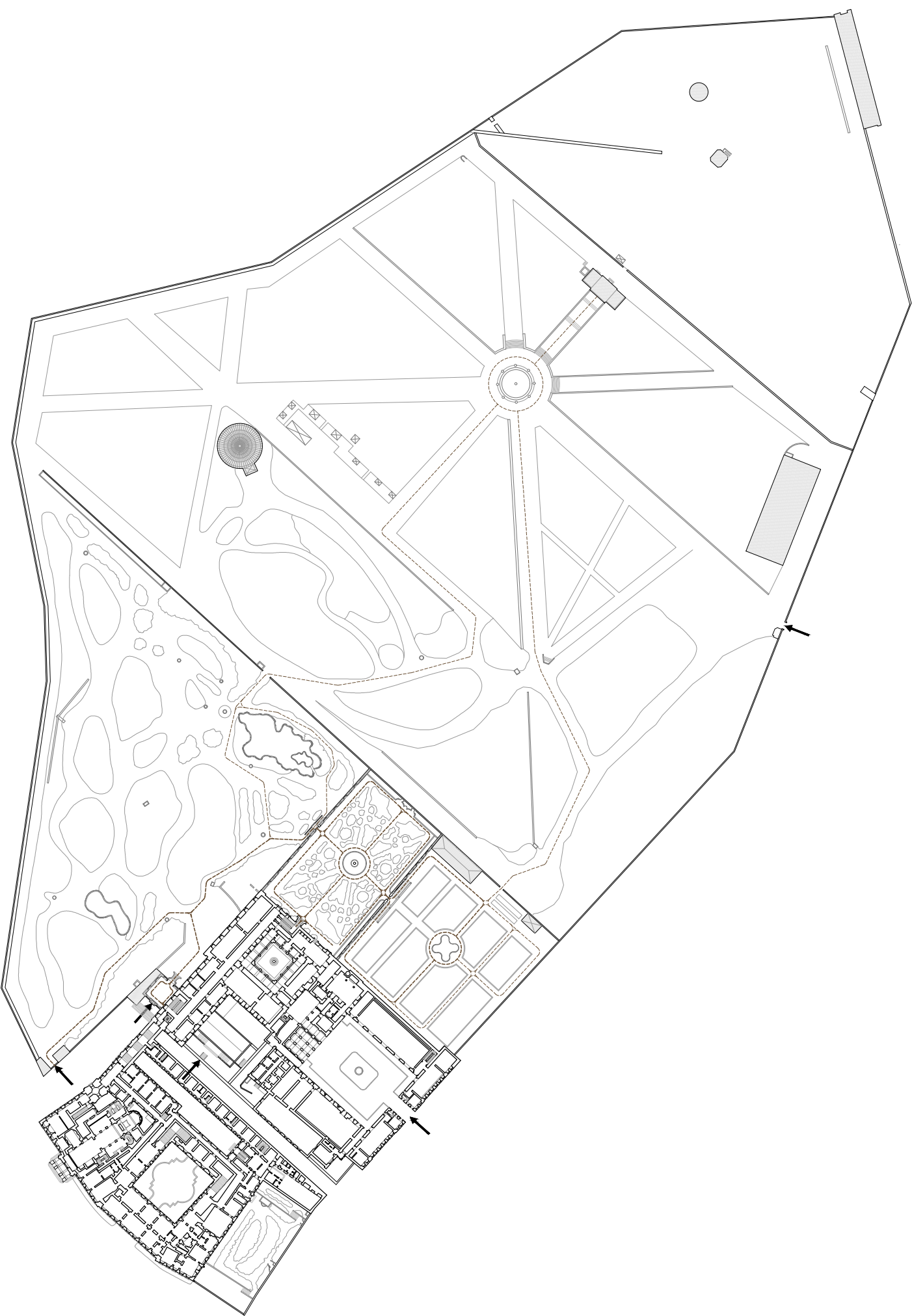


A CERCA DAS NECESSIDADES_ SISTEMA DE HORTUS CONCLUSUS



1 - HORTUS CONTEMPLATIONIS
2 - HORTUS CATALOGI
3 - HORTUS LUDI

A CERCA DAS NECESSIDADES_ SISTEMA DE PERCURSOS E ENTRADAS



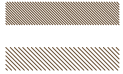
PERCURSOS PRINCIPAIS
PERCURSOS SECUNDÁRIOS
ACESSOS

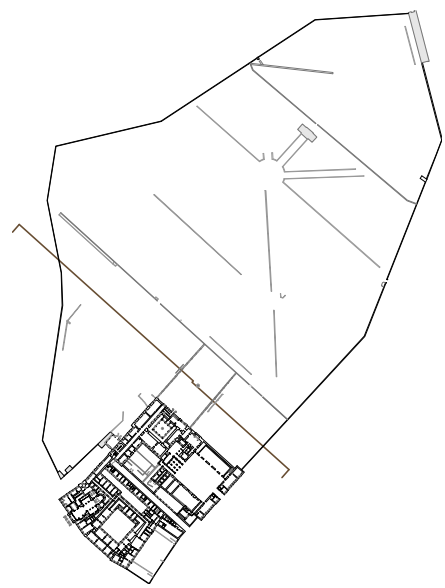


A CERCA DAS NECESSIDADES_ SISTEMA DE VISTAS



VISTAS PRINCIPAIS
VISTAS SECUNDÁRIAS

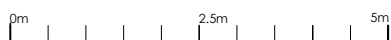
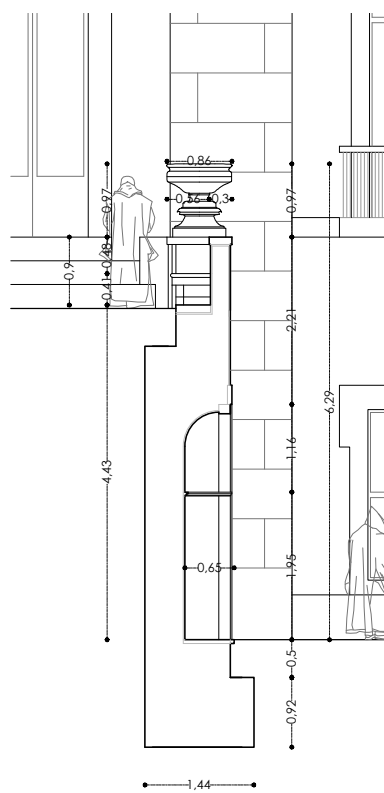


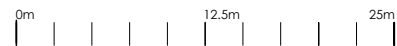


Do ponto de vista material este limite é mais complexo e sofisticado. Sendo constituído por alvenaria de pedra na sua generalidade, este limite, por relacionar-se com um espaço de importância, revela elementos decorativos e adornos em calcário, nomeadamente nos nichos e namoradeiras, atuando este mineral como elemento de remate dos espaços existentes no muro, conferindo-lhe assim delicadeza.

correndo em toda a sua extensão, um espaço estreito com vegetação confere-lhe outro layer e uma espessura acrescida.

correndo em toda a sua extensão, um espaço estreito com vegetação confere-lhe outro layer e uma espessura acrescida.



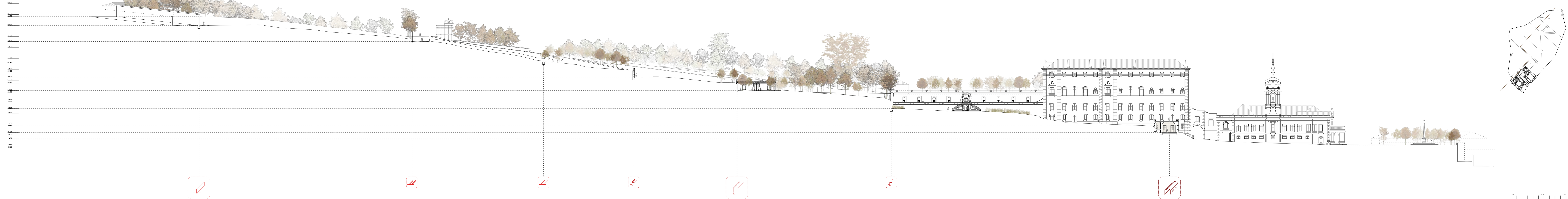


Do ponto de vista material este limite é muito simples. Composto de alvenaria de pedra e reboco, não possui qualquer ornamentação por não se relacionar com o edifício conventual diretamente. Apenas de realçar a exceção de quando há uma inflexão no traçado deste limite, o muro ganha outra expressão passando a ter grandes blocos de pedra a desenhos o cunhal.

Deste modo, esta noção de conjunto tem reflexos óbvios do ponto de material. Para além da alvenaria de pedra, o próprio reboco do muro é pintado com a cor do palácio e convento. Para além destas características este limite é ainda enriquecido com um copeamento e rodapé em pedra calcária reagindo à presença do palácio e convento.

A photograph of the entrance to the University of Cambridge, featuring a large stone archway and a building with a red facade.

Do ponto de vista material fazendo parte do conjunto edificado reflete o mesmo nível de delicadeza e sofisticação que palácio e convento. Para além do sistema estrutural em alvenaria os vãos e guardas são rematadas por pedra calcária, bem como os pavimentos.

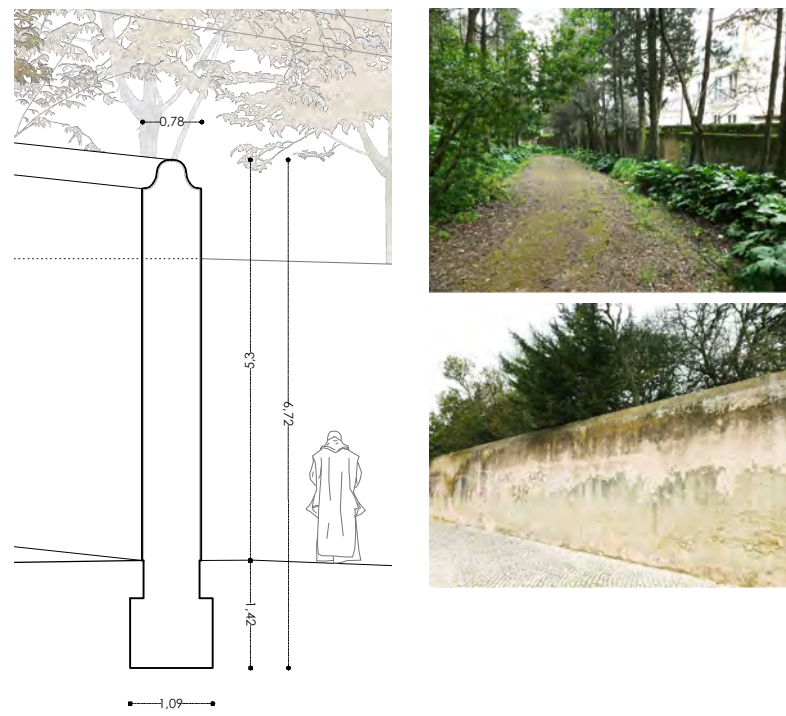


Limite exterior da cerca. Muro simples de edificação de propriedade. Elemento que define o recinto conventual separando o espaço sagrado do espaço profano. Constitui a divisão entre o exterior e o Hortus Lud. Neste caso em concreto a diferença de cota entre a cerca e o exterior é nula, portanto de forma o efetivamente proteger o recinto conventual é necessário a este limite atingir uma altura considerável em relação ao terreno da cerca, impedindo visualmente a transposição para este universo recluso.

Vista que, como acima referido, o terreno dentro e fora da cerca neste ponto está ao mesmo nível, a presença deste muro é sensivelmente igual vista do exterior ou vista o perfil do interior da cerca. Este atinge os 3,3 m de altura, possuindo 0,70m de espessura fazendo deste muro um limite relativamente esbeto no universo dos limites desta cerca.

Espacialmente é elementar. Trata-se de uma simples divisão. No interior é acompanhado de muito próximo por vegetação, nomeadamente de arbusto e árvores de pequena e média porte que atuam como elemento de mediação entre o sentido de fechamento ao exterior e a sua característica.

Constitucionalmente é elementar. Compõe de abertura de pedra e reboco, não possui qualquer ornamentação por ocupar a posição mais periférica neste recinto, não desempenhando mais nenhuma função para além impedir a transposição para o interior da cerca e por não se relacionar diretamente com o edifício conventual.

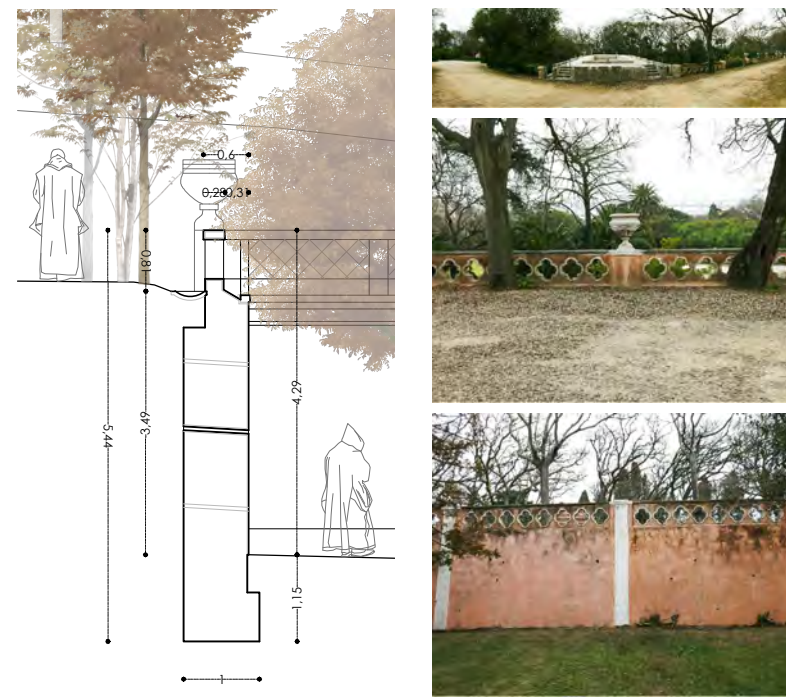


Este muro não constitui um limite, visto não delimitar um espaço. No espaço da cerca este elemento atua apenas como mecanismo de manipulação e contenção de terreno estabelecendo um socato que permite olhar por cima da vegetação de porte mais pequeno. Ao mesmo tempo agota o corpo da casa de fresco, que tem a sua cobertura ao nível do socato estabelecido pelo muro, de forma que este é integrado e encaixado no terreno graças ao muro em questão.

Em relação ao terreno, tratando-se de um muro de contenção de terreno, visto tem obviamente mais expressão a partir da cota mais baixa. Vence a diferença de cota de 3,49m e atinge a altura de 4,29m. A partir da cota alta, este muro tem apenas 1 m de altura servindo apenas como guarda. Possui sistema de drenagem através de buracos que permitem o escoamento de água.

Espacialmente é bastante elementar. Apesar de proporcionar, como acima referido, uma vista menos confusa para o exterior, não propõe uma forma permanente. A cota alta deste socato existe um caminho, de modo que esta pequena plataforma tenha mais o carácter de passagem, integrando o sistema de percursos existentes na cerca.

Do ponto de vista material, estando em continuidade com a casa de fresco, este muro possui alguma identificação construtiva, para além da abertura de pedra, tem igualmente em pedra calcária no seu capamento, nas aberturas da secção que atua como guarda, atribuindo-lhe delicadeza, bem como a presença de voos semelhantes aos existentes na muralha que delimita o hortus catalogi e o hortus contemplationis.

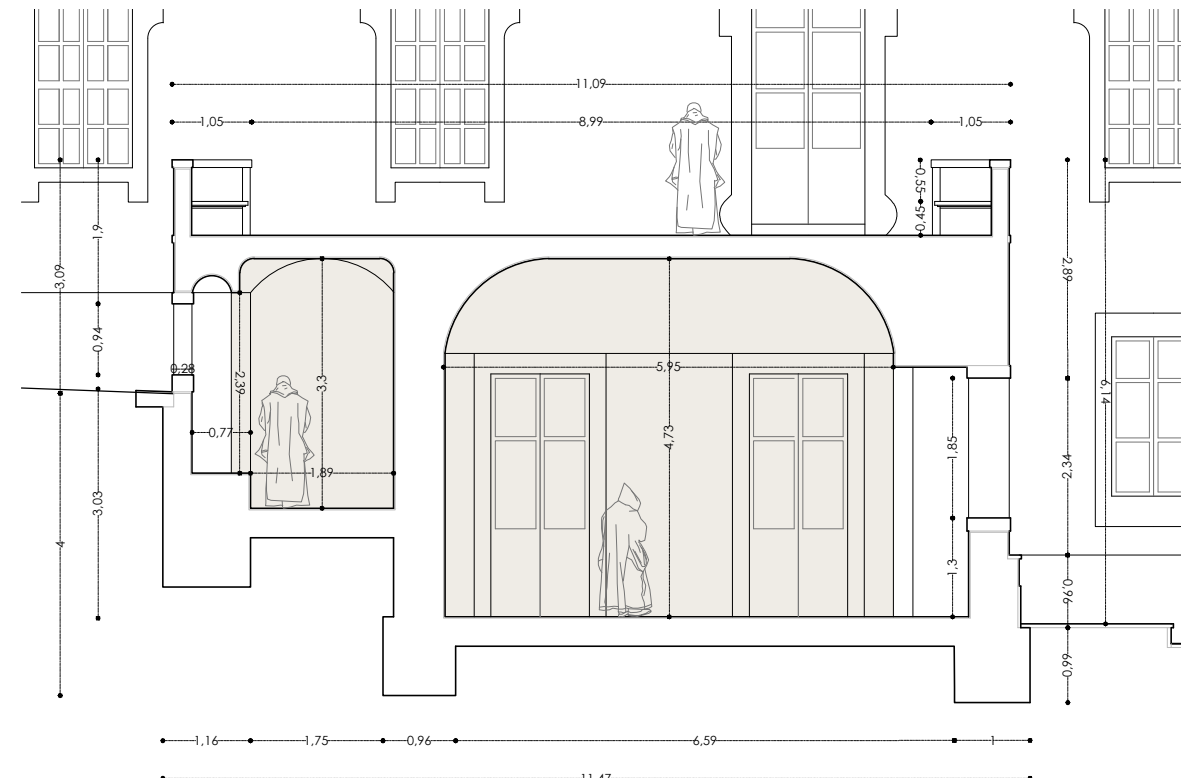


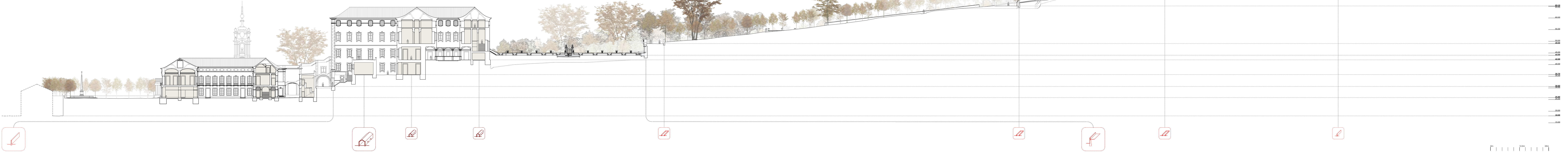
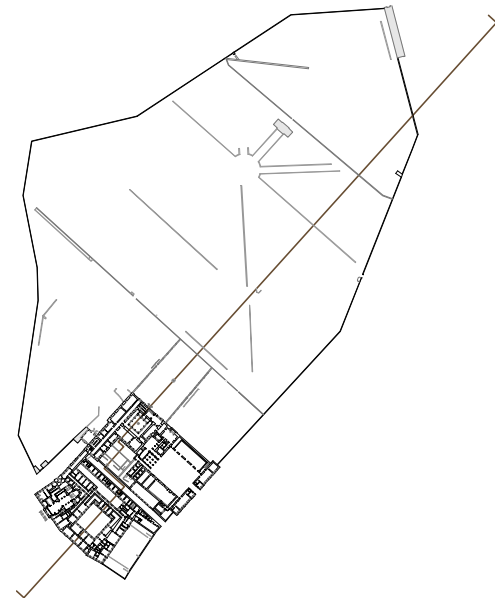
Limite com programa interior. Corpo que estabelece a separação entre exterior e Hortus Lud, remetendo o Nordeste o espaço exterior condicionado a um segundo espaço, a uma cota ligeiramente mais elevada se descobrem as escadas, que ficam encastando-se por debaixo do corpo do convento propriamente dito, condicionando ainda mais o acesso das alas superiores. Apenas por este processo de entrada se pode perceber que no fundo, o ingresso num espaço protegido como o de uma cerca, é algo de profundamente solene, pois é definido um eixo de assimetria que separa o domínio do que é exclusivamente material, de um universo onde impera a espiritualidade. Já na cobertura deste volume é definida uma plataforma de mirante, não só sobre a aproximação ao convento, bem como sobre o Hortus Lud, que com a sua vegetação portentosa e densa quase galga este espaço. Esta vocação de contemplação é afirmada por uma guarda habitável que coroa este volume permitindo estar sentada, através do desenho de ramadas em todo o seu perímetro. A esta plataforma acede-se diretamente a partir do convento, bem como a partir da mata da cerca. Desta aproximação há que reter a pequena escada, em posição central, isolada de dois pequenos vãos ao nível do terreno que iluminam o acesso ao convento a partir do piso inferior e, que na pequena diferença de cota que vence, enquadra perfeitamente o fane do pórtico.

Relativamente ao terreno, este volume a partir da frente tem um alçado de alguma presença, realizada por uma pequena escadaria que a antecede, atingindo 6,14m de altura. Este volume possui grande sensibilidade em relação ao terreno, pois estabelece um patamar intermédio que ajuda a vencer a diferença de cota mais facilmente. Este patamar intermédio que antecede o acesso das alas superiores tem já, apesar de bastante confuso, relação visual com o universo protegido da cerca.

Espacialmente este é o limite mais complexo de toda a cerca. Começa por desviar um patamar no remate da pequena escadaria de acesso. Este espaço funciona como um filtro extra, pois já não pertence inteiramente ao espaço da sua nem se trata ainda do recinto conventual propriamente dito. Esta plataforma é confinada devida ao desenho em L, que este corpo de acesso ao convento possui. Através de um pequeno traço, de aspeto quase telhado, devido à grande espessura e ausência de vãos, que se estende, com uma cerca ligeiramente mais baixa, em continuidade com o muro da

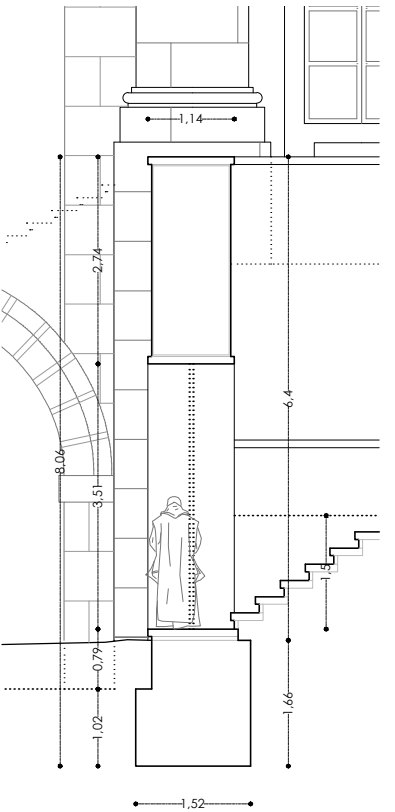
cerca. Ainda à cota de entrada, o primeiro espaço onde se acede ainda não nos deixa perceber como é feito o acesso à cota superior, só chegando a um segundo espaço, a uma cota ligeiramente mais elevada se descobrem as escadas, que ficam encastando-se por debaixo do corpo do convento propriamente dito, condicionando ainda mais o acesso das alas superiores. Apenas por este processo de entrada se pode perceber que no fundo, o ingresso num espaço protegido como o de uma cerca, é algo de profundamente solene, pois é definido um eixo de assimetria que separa o domínio do que é exclusivamente material, de um universo onde impera a espiritualidade. Já na cobertura deste volume é definida uma plataforma de mirante, não só sobre a aproximação ao convento, bem como sobre o Hortus Lud, que com a sua vegetação portentosa e densa quase galga este espaço. Esta vocação de contemplação é afirmada por uma guarda habitável que coroa este volume permitindo estar sentada, através do desenho de ramadas em todo o seu perímetro. A esta plataforma acede-se diretamente a partir do convento, bem como a partir da mata da cerca. Desta aproximação há que reter a pequena escada, em posição central, isolada de dois pequenos vãos ao nível do terreno que iluminam o acesso ao convento a partir do piso inferior e, que na pequena diferença de cota que vence, enquadra perfeitamente o fane do pórtico.





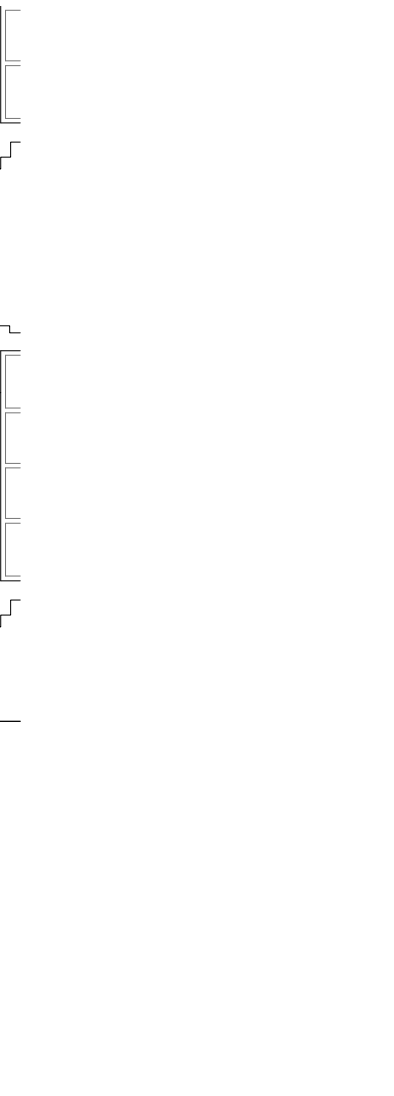
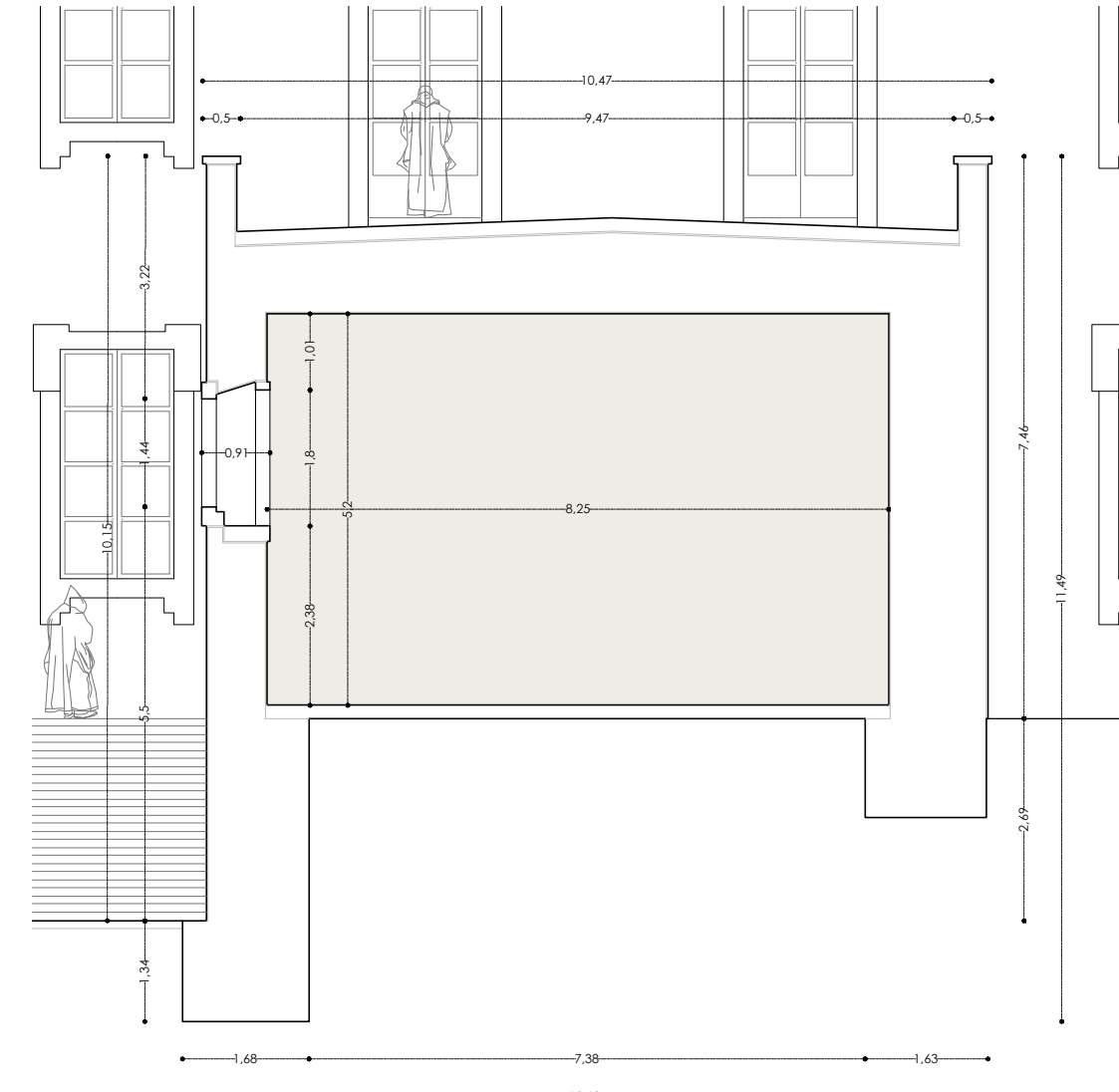
Limite exterior da cerca. Este limite constitui a separação entre o exterior mais concretamente a rueta inserida entre o Palácio e o convento das Necessidades, e uma parcela da cerca que se encontra contida entre o próprio convento, não tendo relação direta com os espaços que se podem inserir na tipologia de Hortus. Este limite insere-se na família de muros de contenção apesar de aqui a diferença de cota entre interior e exterior ser bastante reduzida. Deste modo o seu efeito enquanto barreira, este limite atinge uma altura considerável, estabelecendo assim tensão na rueta contigua tanto ao palácio como ao convento. Constitui um corte visual com o exterior de modo que com a pequena via controlada por este conjunto não existe grande interação, exceto num ponto onde existe um acesso através do limite em questão, que condiz a um espaço que antecede o convento propriamente dito.

Indo de encontro ao que é referido acima, é possível constatar que a diferença de cota vertical é de simplesmente 1,50m, mas que a altura total deste limite é de 4,40m, fazendo com que este tenha uma presença relativamente semelhante que a partir do interior, quer a partir do exterior.



Limite que não contacta com a exterioridade do convento, constituindo um espaço interior. Constitui a separação entre dois pólos, mas que se localizam numa parcela da cerca contida a sudoeste pelo convento, de forma que não constitui um elemento de separação entre o Hortus Contemplatarius e Hortus Lud. Ao mesmo tempo, este limite representa um mecanismo de contenção de terreno, desmarcando a transição de cota entre os pólos acima referidos, que ao se adaptarem à pendente do terreno, acabam por constituir uma sucessão de plataformas, que a partir da rueta, chamada de Travessa das Necessidades, vão subindo até contactar com o convento propriamente dito. Estabelece-se assim novamente uma transição entre exterior/mundano e interior/espiritual bastante controlada e intrínseca.

Na relação com o terreno, ao resolver a pendente do terreno, este corpo estabelece uma diferença de cota de 2,69m, atingindo o seu ápice frontal, visado a Sudeste, os 10,15m de altura, enquanto o seu alçado traseiro tem 7,46m. De salientar que os 10,15m são atingidos unicamente no ponto onde se iniciam as escadarias que dão acesso à cota do pólo mais elevado.



Espacialmente, se encarado isoladamente, não é complexo, pois não propõe espaços de permanência, sendo uma barreira, com uma passagem. Mas visto como parte do acesso intrínseco ao convento, este limite acaba por definir uma sucessão de momentos, onde conduzindo ao edifício propriamente dito, este limite começa por estar ligado a uns degraus que acabam por dar uma profundidade acrescida no momento em que este é transposto, depois define uma plataforma intermédia a partir da qual arrancam duas escadarias sinérgicas onde essas sim já comunicam com o convento, dando acesso a um espaço que se destaca do volume do convento.

Do ponto de vista material possui alguma sofisticação. Comunicando diretamente com o

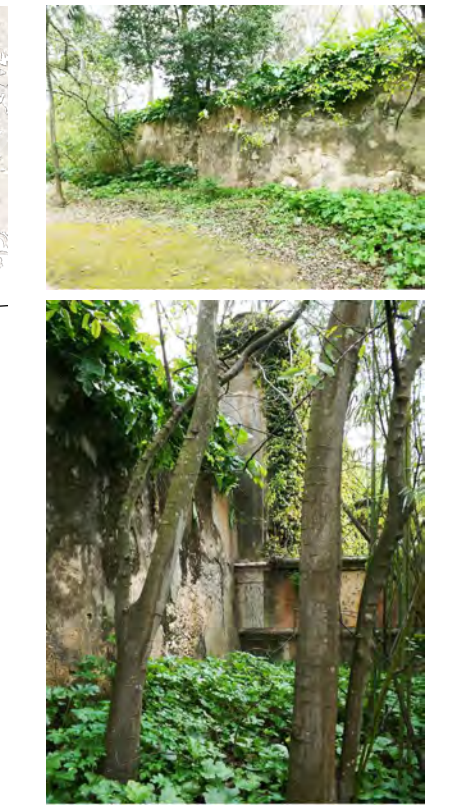
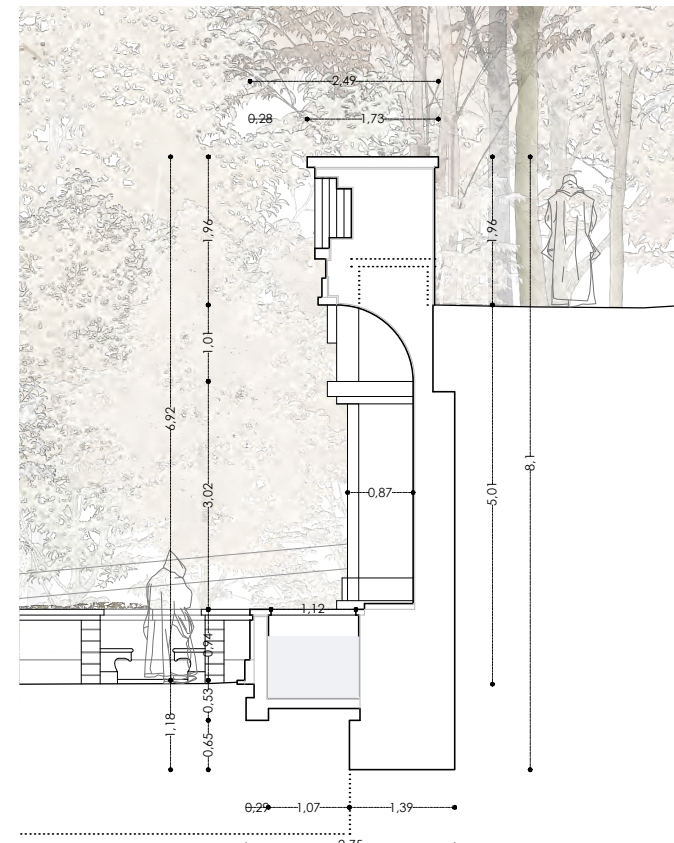
Espacialmente este limite possui alguma complexidade. O seu desenho proporciona um espaço interior que atua como elemento de transição entre dois espaços exteriores. Para além disto a sua cobertura é habitável de modo que é estabelecida a uma cota mais alta um terço a partir do qual se tem controle visual sobre os dois pólos acima referidos, particularmente do pólo que contacta com o alçado frontal à cota baixa, criando assim uma entrada bastante controlada. Aqui é possível estabelecer um paralelo com o entrada principal do convento e Namastele deste, onde o ingresso na cerca é de igual modo bastante vigiado, de modo que é claro, no contexto da tipologia conventual, as entradas nestes recintos enquanto tema de reflexão e complexidade o nível de desenho e espaço. A plataforma acima referida é comunicante com o 2º piso do

Limite interior da cerca. Tem a particularidade de ser um limite que acaba por criar três tipologias espaciais distintas, sendo, portanto, um limite que tem contacto tanto com o Hortus Catalogi, como com o Hortus Contemplatarius, como com o Hortus Lud. Deste modo o mesmo muro acaba por transformar-se e adquirir três expressões distintas. No topo à cota mais alta este elemento estabelece um eixo de assimetria entre Hortus Lud e Hortus Catalogi. Aqui este muro tem uma expressão, idêntica na sua relação com os dois espaços diferentes pois o terreno anda seravelmente à mesma cota tanto de um verso como de outro. A cota intermédia este limite atinge a sua expressão máxima. Aqui atua como separação entre Hortus Contemplatarius e Hortus Lud. Neste segmento intermédio o seu papel enquanto mecanismo de contenção de terreno é bem mais evidente. Neste ponto, entre os dois espaços de Hortus a diferença de cota é bastante significativa. Esta circunstância faz com que do lado do Hortus Lud, que se encontra numa cota elevada em relação ao Hortus Contemplatarius, se possa estar numa posição de mirante sobre o Hortus Contemplatarius, através do socorro estabelecido pelo muro. Esta vocação é satisfeita pela presença que acompanha este muro à cota alta. Esta característica reforça o papel do Hortus Contemplatarius enquanto espaço de contemplação e desambiguação em si mesmo, mas também como espaço que é contemplado, posicionando-se no epicentro de todo este complexo. Deste modo este muro, no trecho em que separa Hortus Contemplatarius de Hortus Lud, surge de forma bastante distinta. Para o espaço de contemplação evidenciar-se constituindo um alçado de grande complexidade e para o espaço lúdico é uma simples guarda que permite um olhar desatado para aquele que é o espaço de maior complexidade espacial e espiritual. No trecho final, que se encontra à cota mais baixa, penetra no Hortus Lud, o muro deixa de ser um limite e passa a atuar simplesmente como elemento de contenção de terreno.

Na forma como lida com o terreno, na primeira referência Hortus Catalogi, este limite tem, como já referido, uma expressão idêntica em ambos os seus versos atingindo uma altura de seravelmente 4,40m. Num segundo momento, quando atua como separação entre Hortus Contemplatarius e Hortus Lud, este limite, ao vencer uma diferença de cota de 5m tem grande expressão em relação à plataforma sinuante, atingindo-se 4,50m enquanto em relação à rueta tem apenas 0,60m, atingindo excepcionalmente os 1,96m no ponto do nicho central embudado nesta muro. No segmento final este limite dividido o terreno em duas cotas distintas, separadas por 0,80m atinge em relação à mais baixa os 4,80m e em relação à mais alta tem apenas 1m.

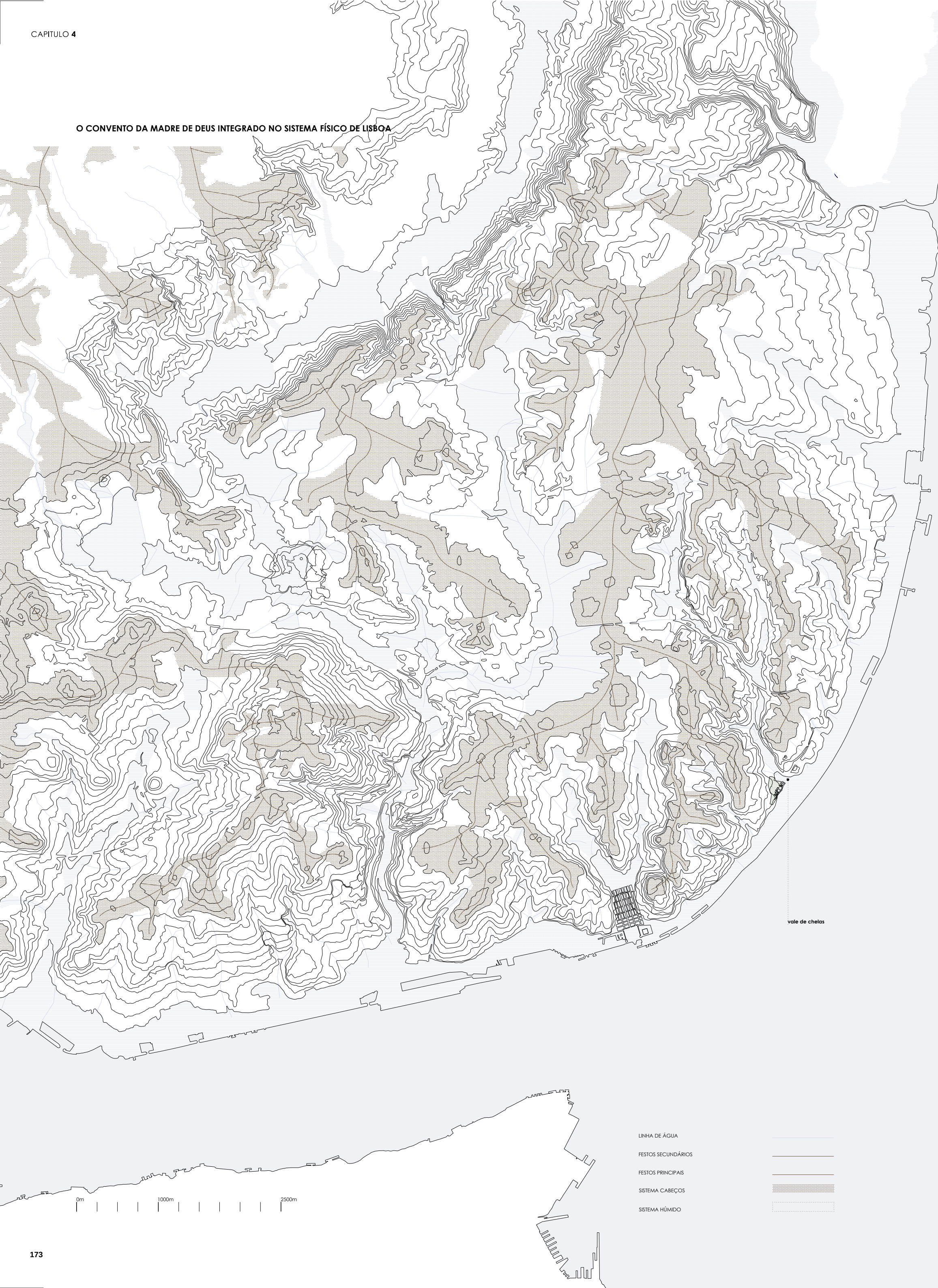
Espacialmente, os segmentos que se relacionam tanto com o Hortus Contemplatarius como com o Hortus Lud são elementares não proporcionando espaços de estar. O trecho que se relaciona com o Hortus Contemplatarius está em continuidade com o limite que separa Hortus Catalogi e Hortus Contemplatarius. A cota da plataforma do Hortus Contemplatarius, confrontando o alçado traseiro do Convento das Necessidades, este limite adensa-se na sua complexidade espacial e pontua-se de nichos, criando uma métrica clara e dando continuidade ao limite que define este espaço à Sudeste. A inclinação da continuidade torna-se ainda mais flagrante quando ao centro se repete a presença de um nicho mais pronunciado onde está inserido o busto de D. João V, patrono desta casa religiosa. Este nicho vê a sua profundidade e presença reforçadas em relação aos demais pela presença de um pequeno tanque que avança sobre a plataforma aplanada e com um frontão que aumenta a sua escala e proporção vertical.

Materialmente, há uma correspondência com a lógica de toda a cerca, no Hortus Catalogi e Lud não há complexidade construtiva, no trecho central, relacionando-se com o Hortus Contemplatarius e com o alçado do convento há maior complexidade. Aqui este limite revela





O CONVENTO DA MADRE DE DEUS INTEGRADO NO SISTEMA FÍSICO DE LISBOA



- LINHA DE ÁGUA
- FESTOS SECUNDÁRIOS
- FESTOS PRINCIPAIS
- SISTEMA CABECOS
- SISTEMA HÚMIDO

4.5 CASOS DE ESTUDO_O SÍTIO DE XABREGAS, O SEU CONVENTO E A SUA CERCA

A zona de xabregas, na parte oriental de Lisboa, é atravessada pelo vale de Chelas que é parte integrante do sistema hídrico primário da cidade, representando assim um dos seus principais canais de escorrência e drenagem. Esta característica naturalmente atribui aos terrenos existentes nesta depressão grande fertilidade. Ao mesmo tempo, a orientação deste vale, aproximadamente no sentido S-N, garante condições de insolação equilibradas em ambas as vertentes, nascente e poente, bem como o resguardo natural em relação aos ventos dominantes. A composição dos seus solos é em larga medida semelhante aos restantes vales que configuram a paisagem lisboeta, com características argilosas, em que detritos trazidos pelas escorrências e sedimentos trazidos pelo rio naturalmente garantem uma forte propensão para a atividade agrícola. O que até recentemente atribuía a este local um forte ambiente rural.

Após a reconquista cristã de Lisboa, o rei D. Afonso Henriques, fez uma série de doações de terrenos tanto a ordens religiosas como a elementos da Nobreza. Estas doações abrangiam os terrenos na zona oriental de Lisboa que atualmente fazem parte da freguesia do Beato. A zona de Xabregas existia já no século XIII enquanto área agrícola, sendo constituída por vinhas, olivais e almoínhas.

Foi no local onde futuramente se iria construir o convento de Santa Maria de Jesus, atualmente conhecido como convento de S. Francisco de Xabregas que, aproximadamente no ano de 1250, se ergueu uma residência campestre real onde D. Afonso III e a seguinte linhagem real haveriam de passar longas temporadas. Esta é a ocupação, de importância, mais antiga atribuída a este local. Este era um local recatado, desviado do centro urbano e cheio de beleza. Não havia qualquer edificação nas proximidades que comprometessem as vistas em redor. O paço de xabregas rematava o vale de chelas, implantando-se junto de uma colina levemente elevada, que o abrigava do vento norte. Na boca deste vale existia um extenso areal onde o rio se espraiava.

Com o cerco da cidade em 1373 por parte dos castelhanos, o paço real de xabregas foi fortemente atingido. Foi então já na segunda metade do séc. XV, em 1455, que as ruínas e respetivos terrenos foram doados para a construção do convento da Santa Maria de Jesus da Ordem de S. Francisco.

No local, a tradição agrícola remanescente de tempos anteriores, é ainda visível pela presença das quintas, azinhagas, cercas e olivais que penetram toda a freguesia do beato. Estes espaços de clara ruralidade aliados aos elementos arquitetónicos de considerável valor que iam surgindo paralelamente ao Rio Tejo, quer fossem palácios, conventos ou mosteiros foram decisivos para a expressão cultural a humanista da cidade, deixando apenas imaginar a beleza da linha de costa do Tejo que se estendia para norte. Aqui, naturalmente que as características físicas naturais eram um fator extremamente atrativo, quer fosse por uma vertente meramente produtiva, quer fosse por uma vertente paisagística.

Neste local a transição entre urbano e rural era gradual. A paisagem deste local, sempre a par com o rio, marcada por edifícios de exceção e as suas respetivas propriedades faziam de xabregas o foco da freguesia do beato, bem como de toda a zona oriental de Lisboa. Este era naturalmente um local de importância no território e a construção do paço de Xabregas cimenta essa condição. A edificação da residência de D. Afonso III aponta claramente para uma pertinente leitura territorial pontuando o vale. Mas este posicionamento acarreta alguns condicionamentos devido à proximidade com o Rio Tejo, de modo que foram necessárias obras para conter as águas do rio, alterando a linha de costa.

Durante o séc. XVI ocorrem duas importantes obras para o sítio de xabregas. O convento de S. Francisco, já iniciado no século anterior e o convento da Madre de Deus da Ordem de Santa Clara. Conjuntamente, o convento da Madre de Deus e o convento de S. Francisco, na sua correta leitura territorial, estabelecem a marcação do vale de chelas, à semelhança do antigo paço já extinto, através da tensão estabelecida entre os dois edifícios, sem perturbarem as dinâmicas físicas do lugar. Infelizmente esta situação é atualmente estrangulada pelo descontrolo urbano que se faz sentir com particular intensidade naquele local.

No séc. XVI, xabregas, é um dos locais mais aprazíveis do termo de Lisboa. Devido em grande parte certamente aos conventos de S. Francisco e da Madre de Deus, com as suas cercas desenhando um cenário de natureza posta ao serviço do homem. Este local deteve sempre algum pendor espiritual, de tal modo que a estrutura territorial é claramente pontuada e enfatizada por instituições religiosas. Progressivamente conventos e mosteiros foram marcando o território oriental de Lisboa e as respetivas cercas vão transformando a paisagem, enchendo-a de vida e beleza.

O convento da Madre de Deus tem particular importância na parte oriental da cidade pois representa o remate da sua zona ribeirinha. A sua cerca, em específico, desenvolveu-se no mesmo sentido que o convento. A cerca estendia-se desde o largo da cruz de pedra, assim batizado devido ao forte aí existente com o mesmo nome onde o muro da cerca define uma espécie de península, acompanhando a estrada real que seguia para norte, descendo em direção rio neste ponto e ligando posteriormente à estrada da circunvalação. Esta parcela da cerca por estar a poente do convento e a uma cota superior gozava de vistas privilegiadas sobre o rio.

A cerca prolongava-se a partir deste ponto por detrás do convento até ao largo do Marquês de Nisa no sentido S-N, chegando assim à boca do vale de Chelas, definindo espaços exteriores, contíguos ao edifício, à cota da igreja. Provavelmente a zona mais baixa de todo o complexo. A cerca estendia-se também em direção a noroeste galgando a vertente poente do vale. Deste modo, da mesma forma que aproveitava os terrenos naturalmente férteis deste espaço, tirava também partido da boa exposição solar e das vistas desimpedidas sobre o rio que se poderiam alcançar subindo apenas alguns metros.

A cerca implanta-se, portanto, num local onde a morfologia do terreno é complexa e irregular. De modo a tirar o máximo partido do terreno, a cerca articulava-se através de um



O Paço de Xabregas, desenho de Francisco de Holanda em Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa, 1571, Biblioteca do Palácio Nacional de Ajuda

intrincado sistema de plataformas bem definidas que se vão inscrevendo na pendente, estabilizando o terreno. Mais regulares junto ao edifício conventual, albergando espaços hierarquicamente e espiritualmente mais relevantes, de desenho mais erudito. Mais orgânicas e relacionadas com o carácter mundano e produtivo à medida que se distanciam do edifício.

A construção do palácio do Marquês de Nisa e a sua posterior aquisição, bem como a aquisição todos os terrenos pertencentes à cerca, pela Casa Pia de Lisboa, para a transformação deste recinto num colégio, fez com que a cerca fosse gradualmente perdendo a sua lógica inicial. Devido a sucessivas construções de apoio, bem como devido ao aparecimento de habitações operárias clandestinas, que atulharam esta propriedade, o recinto da Madre de Deus foi roubado de qualidade ecológica, paisagística e arquitetónica que o caracterizava em épocas mais remotas.

Possuindo hortas, pomares e uma praia. Devido às características naturais favoráveis era intenção de D. João III construir no local um paço régio, de modo a recuperar a utilização do local enquanto espaço de recreio. Esta intenção não terá passado dos planos, mas vem de qualquer modo atestar a vocação deste local, pelas suas características físicas, enquanto ponto de exceção no território.

A praia de Xabregas era local onde acorriam os membros da aristocracia realizando vários tipos de eventos como torneios de cavalaria e touradas, demonstrando o seu potencial para o recreio e o ócio da população de Lisboa.

A grande catástrofe do séc. XVIII, o terramoto de 1755, não produziu estragos tão intensos como noutras zonas da cidade, apenas o convento de S. Francisco foi afetado com mais gravidade.

A brusca transformação urbana causada pela industrialização, faz-se adivinhar pelo estabelecimento das primeiras unidades fabris no vale chelas em finais do séc. XVIII. Em 1814 existiam já três fábricas neste local, mas a verdadeira transformação, da zona rural que xabregas ainda era por esta altura, ocorre com a extinção das ordens religiosas, condição que afetou de forma drástica toda a cidade de Lisboa. As unidades fabris de importância instalam-se então em edifícios religiosos, e o convento de S. Francisco de Xabregas é um exemplo concreto desta situação, onde se estabeleceu a companhia de fiação de tecidos lisboense.

Apesar da forte transformação despoletada pela indústria, Xabregas, continuava a ser um espaço agradável de relação aberta com o rio, convidando a população ao ócio e ao lazer. O acontecimento que veio transformar definitivamente a zona de Xabregas e a sua frente ribeirinha foi a construção do caminho-de-ferro em 1856. Este facto foi marcante a diversos níveis, não só pelo obstáculo que constituía a linha em si mesma, como pela nova dinâmica que veio trazer à indústria, como também pelo impacto que esta infraestrutura tinha sobre a paisagem, devido ao grande número de instalações de apoio que eram necessárias para garantir o funcionamento e manutenção da linha férrea. A introdução do comboio veio não só deturpar a lógica da ocupação territorial estabelecida por estruturas mais antigas como conventos ou palácios como também criar uma barreira entre a zona ribeirinha e o interior consolidado da cidade, cortando Lisboa do seu rio. Esta situação vê-se agravada em Xabregas particularmente com a construção do terminal de contentores do porto de lisboa que dilata ainda mais o hiato existente entre a cidade e o Tejo.

Infelizmente as repercussões negativas da industrialização não cessaram por aqui. Como consequência da instalação das fábricas, bairros operários clandestinos não tardaram a surgir também ocupando desordenadamente as reservas de terrenos deixadas pelos conventos, mosteiros e palácios expropriados, destruindo assim as suas cercas. Situação que se vai gradualmente agravando através do séc. XX.

De paisagem rural, de grande qualidade produtiva, lúdica e cénica, Xabregas, passa a cemitério de fábricas, devido ao abandono das unidades fabris existentes no local. Situação que se mantém atualmente, refletindo uma visão degradante da paisagem industrial do século passado. A história deste local é uma situação comum no território lisboeta. O descontrolado crescimento urbano causado pela industrialização veio destruir as virtudes destes locais como Xabregas, situados à embocadura dos vales.

Este sítio à semelhança de outros casos em Lisboa, em épocas modernas, não foi ocupado de acordo com as suas potencialidades, potencialidades estas que ficaram soterradas por debaixo do descontrolado crescimento urbano.

O sistema transversal de vales em relação à zona ribeirinha surge particularmente associado às funções de proteção dos sistemas físicos do território lisboeta devido ao seu papel enquanto conjunto de linhas de drenagem atmosférica (circulação de ar) e hídrica, e a função de recreio devido às suas potencialidades paisagísticas. Esta possibilidade está atualmente impossibilitada devido à desregrada expansão urbana.

Certo é que o sítio de xabregas, tratando-se da condição específica do encontro de um vale com o Rio Tejo, teria todo o potencial para tornar-se num momento de exceção na frente ribeirinha de Lisboa, atuando como espaço urbano articulador da transição para a zona mais oriental da cidade de Lisboa.

O convento da Madre de deus

A fundação do convento, em 1509, é da autoria da rainha D. Leonor, viúva de D. João II. Esta é uma das figuras centrais deste período em Portugal. Na sua retirada estratégica enquanto viúva, D. Leonor manejou com habilidade poderosos meios financeiros, organizando misericórdias, construindo hospitais e fomentou gradualmente a produção artística nacional, através de nomes como por exemplo Gil Vicente. D. Leonor tornou-se através de todas estas iniciativas, uma das

País, Alexandre; Campos, Alexandra; Matias, Francisco; Leitão, Alexandra Andresen - Casa Perfeitíssima: 1509-2009, 500 Anos da Fundação do Mosteiro da Madre de Deus; Lisboa: Museu Nacional do Azulejo; 2009 - pág. 17



Vista de Convento da Madre de Deus, Dirk Stoop (1610 - c.1686), 1662, gravura 18,3 x 25,4 cm. The British Museum

personalidades cultural e socialmente mais prolíficas do país à altura.

Entre as suas fundações mais célebres, certamente, consta o convento da Madre de Deus.

Na crónica seráfica de Frei Jerónimo de Belém, escrito em 1755 dedicado ao Rei D. José, está bem patente as origens da fundação desta casa conventual: “ Nas margens do celebrado Tejo, à parte oriental da cidade de Lisboa, e em pouca distância do nosso convento de Xabregas, se achavam umas casas tão nobres como proporcionadas para a fundação do mosteiro, que ali mandou fazer Álvaro da Cunha (...) Muito à sua satisfação lhe fez compra delas a generosa rainha, com as hortas que lhe pertenciam chamadas de concha (...) Fez a rainha a compra destas casas e hortas no ano de 1509, mas como já no antecedente havia suplicado a licença da sé apostólica, no próprio ano lhe assignamos o principio desta fundação. No mesmo ano, tal foi a rapidez de todo o processo que, o convento recebeu as primeiras religiosas e se iniciou a construção da Igreja".

A escolha do local de fundação do convento da Madre de Deus, nos terrenos de D. Álvaro Cunha em Xabregas, terá sido instigada por umas casas pré-existentes nestas propriedades que possuíam elementos decorativos aos quais a Rainha D. Leonor, mecenas desta obra religiosa, terá associado a S. Francisco, levando-a a escolher este local para a fundação do convento.

O aproveitamento da estrutura pré-existente explica em parte os aspetos que levam à fundação de uma casa conventual localizada nesta situação ribeirinha. Desde logo a proximidade excessiva em relação ao rio representava inconvenientes que não tardariam a manifestar-se, com frequentes inundações que ocorriam na igreja. Esta relação com o rio ter-se-á prolongado até ao início do séc. XIX, sendo prova disso as várias descrições de fiéis que se deslocavam a este sítio maioritariamente de barco.

Esta situação foi certamente um dos motivos que levaram à ampliação da igreja para oriente, colocando-a a uma cota mais elevada, situação hoje constatável, evidenciada pela diferença entre a nave da igreja e o coro baixo.

Outro problema causado pela fundação da casa religiosa neste local estava relacionado com a escassez de água potável, onde apenas existia uma fonte nas proximidades que proporcionasse às religiosas o abastecimento.

O primitivo convento da Madre de Deus não deveria ultrapassar em altura o piso térreo, pois todo o segundo andar e o grande claustro que atualmente se observa ficou a dever-se às obras financiadas por D. João III. O espaço da igreja em particular ocuparia o atual coro baixo e mais duas salas existentes a poente, uma delas chamada de sala D. Manuel. Deste modo a igreja encontra-se à cota mais baixa, de onde advêm os problemas com as sucessivas cheias. A razão para implantação da igreja a uma cota tão próxima do rio deve-se à intenção de articular este espaço com as já mencionadas estruturas pré-existentes no local: a "sala árabe" com o seu teto trabalhado em madeira e o claustm. Estes dois espaços encontram-se a cotas distintas entre si, o que explica a complexidade de patamares que hoje é constatável no mosteiro da Madre de Deus.

Na primitiva estrutura religiosa deveria também existir uma estrutura adjacente á "sala árabe", que permitia a mobilidade das religiosas entre as casas pré-existentes de D. Álvaro Cunha e a igreja de forma abrigada. Este espaço deveria prolongar-se quase até ao limite da ala que compõe o claustro atual. Calcula-se que o claustro mais recente tenha partido dessa estrutura adjacente, o que explica a sua dimensão.

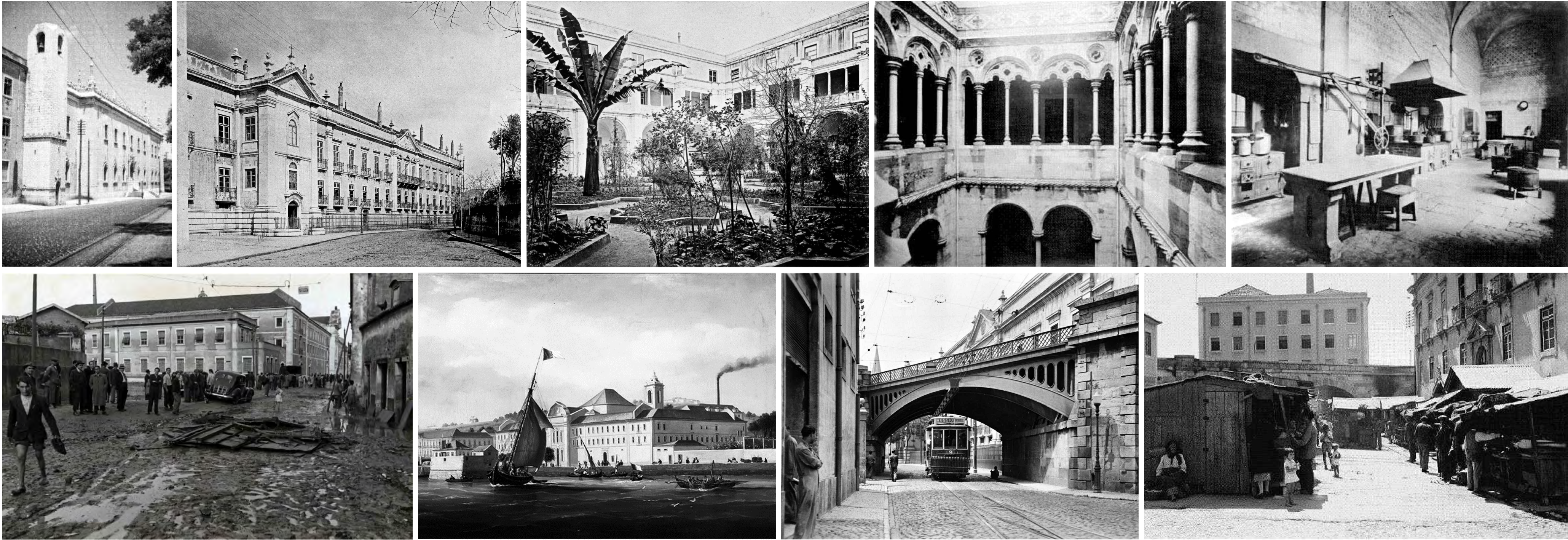
Os espaços que compunham a primitiva estrutura conventual deveriam estar inscritos nos espaços que correspondem às áreas da enfermaria e dormitório do atual convento, necessariamente próximos do coro.

A ampliação do convento através do novo claustro é da autoria de Diogo de Torralva. Seguindo a traça das pré-existências os diversos corpos do monumento são dispostos de forma paralela ao rio, acompanhando precisamente a estrada real que seguia para o norte, revelando a posição proeminente do convento. As novas construções implantam-se mais próximas de xabregas, portanto a uma cota mais baixa. Explica-se assim a diferença de nível de aproximadamente dois metros entre o claustm original e o grande claustro. O corpo conventual cresce para norte, mantendo como matríz o grande claustro e adquire um segundo piso.

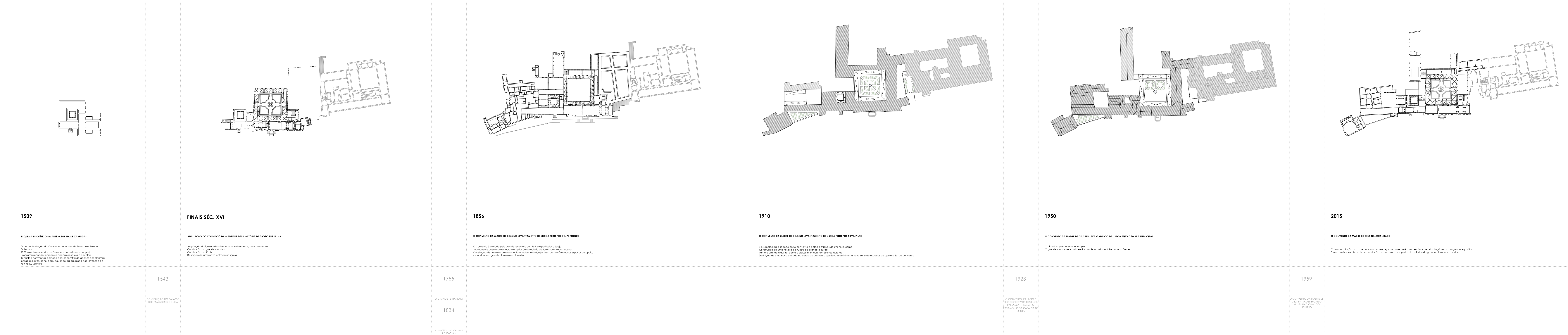
O edifício é alvo de restauro, devido aos danos causados pelo terramoto de 1755 onde lhe é acrescentado um terceiro piso em torno do claustro, bem como o prolongamento do segundo piso para poente. Entre o convento da Madre de Deus e o Palácio de Nisa acaba por ser construído um braço estabelecendo a ligação entre estes dois.

O Palácio de Nisa, fundado sensivelmente quatro décadas após o convento da Madre de Deus em 1543, situa-se a norte da casa conventual. É um edifício de dois pisos com planta retangular, que partilha a cêrcea do convento, estruturando-se em torno de dois pátios. Foi alvo de alterações devido ao terramoto de 1755. Junto do palácio, a norte, surge o largo do Marquês de Nisa, indo buscar o nome naturalmente ao nobre a quem pertencia o palácio. Em 1926 é vendido passando a integrar os bens da Casa Pia de Lisboa.

IMAGENS HISTÓRICAS DE XABREGAS E DO CONVENTO DA MADRE DE DEUS



EVOLUÇÃO MORFOLÓGICA DO CONVENTO DA MADRE DE DEUS



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DO CONVENTO DA MADRE DE DEUS E SUA CERCA BASEADA NA CARTA DE FELIPE FOLQUE 1856-58



- 1 - CONVENTO DA MADRE DE DEUS E A SUA CERCA
- 2 - CONVENTO DE SANTA CLARA
- 3 - CONVENTO DE SANTA APOLÔNIA
- 4 - CONVENTO DOS BARBADINHOS LAUROS
- 5 - CONVENTO DAS FREIRAS DE LÁZARO
- 6 - CONVENTO DE SANTOS-O-NOVO
- 7 - CONVENTO DE SÃO FRANCISCO DE XABREGAS
- 8 - CONVENTO DO GRILO
- 9 - CONVENTO DAS GRILAS
- 10 - CONVENTO DO BEATO

- 1 - PANTÃO NACIONAL
- 2 - CAMPO DE SANTA CLARA
- 3 - VALE DE CHELAS

